

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

VOZES DAS FAVELAS NA INTERNET:  
disputas discursivas por estima social

Márcia Maria da Cruz

Belo Horizonte – Minas Gerais  
Maio 2007

Márcia Maria da Cruz

**VOZES DAS FAVELAS NA INTERNET:  
disputas discursivas por estima social**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientadora: professora dra. Rousiley Celi Moreira Maia

Belo Horizonte – Minas Gerais  
Maio 2007

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado não é uma tarefa fácil e só não se tornou impossível graças à ajuda de muitas pessoas. Desde a minha formação teórica à paz e serenidade de espírito, necessárias para cumprir as exigências de um mestrado, passando pela ajuda logística, todos os gestos foram fundamentais para o meu trabalho.

À minha orientadora Rousiley Celi Moreira Maia agradeço o rigor com que conduziu o processo, fazendo com que eu pudesse me aprimorar com pesquisadora. Sempre serei grata por ter me apresentado um referencial teórico que com certeza não embasará apenas a minha dissertação, mas toda a minha trajetória acadêmica. Ainda não posso deixar de agradecer o convívio que me possibilitou ao participar do grupo de pesquisa Mídia e Esfera Pública (EME), onde encontrei companheiros de primeira linha! Em especial agradeço à Ângela Marques pela amizade, pelas contribuições ao texto sempre feitas de maneira minuciosa e carinhosa.

Também torno pública a minha gratidão aos professores do programa que descortinaram o campo da comunicação para mim um pouco esfumado dado o tempo que não parava para refletir o meu fazer jornalístico. Em especial guardarei com ternura o jeito com a Vera me acolheu desde o primeiro dia em que a vi na banca de seleção! Agradeço aos professores Beatriz Bretas, Regina Helena e Paulo Bernardo Vaz que contribuíram, cada um a seu modo e em momentos diferentes do processo de elaboração da dissertação, com novos olhares e indagações.

Em minha caminhada os baianos construíram um importante capítulo. Agradeço ao professor Wilson Gomes e aos amigos do grupo de pesquisa Comunicação e Democracia pela acolhida tão carinhosa no Programa de Pós-Graduação da UFBA. Espero que o método Márcia Cruz de fazer pesquisa, materializado nessa dissertação, possa refletir um processo de amadurecimento intelectual para o qual minha missão de estudos na Bahia foi fundamental. Também sempre serei grata aos meus professores da graduação do UNI-BH, Carlos Alberto e Adélia Fernandes Barroso que me introduziram ao mundo da pesquisa acadêmica, embora, na época, eu não tenha feito nenhuma iniciação científica.

Agradeço à Clarice Libânio da ONG Favela É Isso Aí, Victor e José Antônio Inácio do grupo Arautos do Gueto, Paula Kimo da Oficina de Imagens e Jaílson de Souza Silva do Observatório de Favelas que se colocaram à disposição para atender às demandas de nossa pesquisa.

Não posso deixar de agradecer à minha mãe Maria da Conceição que tempera a minha existência! À minha família. As experiências fora da universidade foram fundamentais para a minha formação. Com meus amigos jornalistas aprendi que a melhor pergunta é a mais simples; com pessoas que fazem minha vida especial aprendo constantemente que o que mais vale na vida é o amor. A teoria do reconhecimento que o diga. Com eles compartilhei as angústias do processo de escrita de uma dissertação, as minhas alegrias e dramas cotidianos: Alfredo Durães, Nil César, Jorge Lopes, Eliane Gonçalves e Elizângela Orlando.

À LÍlian Gomes, minha conselheira para assuntos profissionais, sentimentais e acadêmicos, à Maria Luísa — que me ajudaram na fase embrionária dessa dissertação, e a Rafael Pedrosa uma gratidão eterna. Por fim, aos que ajudaram tornar esse percurso desses últimos dois anos de minha vida um prazer: Kátia Lombardi, Lígia Lana, Danila Cal, Vítor Braga, minha irmã portuguesa Carmo Pereira, Cíntia Guedes e Sivaldo Pereira.

## RESUMO

A dissertação analisa como a internet constitui-se como plataforma de emissão de voz de moradores de favelas na esfera pública. A partir da análise dos portais Central Única das Favelas, Viva Favela e dos sites Observatório de Favelas, Favela é Isso Aí, Ocupar Espaços e Arautos do Gueto, identificamos e analisamos a rede discursiva que se forma no ciberespaço.

Para empreender a análise, pensamos a noção de “voz” tendo como referência as discussões feitas por Bakhtin (1981, 1986), posteriormente trabalhadas por Mitra (2001) para pensar a utilização de dispositivos da internet para dar visibilidade às questões e demandas de grupos marginalizados. Mitra defende que os dispositivos da Internet possibilitam a inter-relação dos processos de *construção identitária* e a emissão de *vozes* dos sujeitos à medida que são convocados a falarem por si. Empreendemos uma reflexão sobre *identidade* e *alteridade*, a partir da permanente tensão entre o “nós” e os “outros”, pares indissociáveis sempre presentes nas falas de moradores e não-moradores de favelas quando esses estão em interação.

Delineamos uma aproximação entre a *metáfora da voz* e a teoria do reconhecimento proposta por Axel Honneth (2003). A perspectiva do autor busca entender os *conflitos sociais* a partir de uma *gramática moral*. A idéia de estima social, um dos três âmbitos da teoria do reconhecimento, aponta para as inovações e transformações da sociedade que ocorrem à medida que os sujeitos exercem plenamente sua autonomia nas relações sociais. O processo está diretamente relacionado à auto-estima e aos direitos de falar por si e ser ouvido na esfera pública.

## ABSTRACT

This work analyzes how the Internet can be understood as an emission platform of the slum quarters inhabitants' voices in the public sphere. We develop an analysis of the those voices in the following specific sites, *Central Única das Favelas*, *Viva Favela*, *Observatório de Favelas*, *Favela é Isso Aí*, *Ocupar Espaços e Arautos do Gueto*, in order to identify and investigate the discursive web they compose on the Internet.

To undertake the analysis, we use the notion of "voice" as it appears in Bakhtin (1981, 1986) and latter re-appropriated by Mitra (2001) to think about how the use of Internet's tools and spaces can give visibility and publicity to the questions and demands related with marginalized groups. Mitra argues that the Internet's tools make possible the interrelation between the identity construction processes and the emission of marginalized individuals voices in situations that they are invited to speak for themselves. Our main argument is based on the permanent tension between identity and otherness and on the correlate processes of struggle for recognition they instigate.

We delineate an approach capable of create a dialogue between the metaphor of the voice and the recognition theory as proposed by Axel Honneth (2003). His perspective helps us to understand how social conflicts can be conceived from a moral grammar. The idea of social esteem, one of the three levels of recognition considered by the author, points into the social innovations and transformations that occur when citizens fully construct their autonomy within social relations. This process is directly related to the search for self-esteem related to the abilities of speaking and being heard in public sphere.

À minha avó Maria Inácia, que se reinventou como Ignácia Maria de Jesus

À minha mãe, à Thalia e à Thais, minhas sobrinhas tão amadas

## **Lista de Figuras**

Figura 01 – Página Inicial do Site Observatório de Favelas.....	81
Figura 02 – Página inicial site CUFA.....	85
Figura 03 - Página inicial do site Favela É Isso Aí.....	88
Figura 04 - Página inicial do portal Viva Favela.....	91
Figura 05 - Página de exibição dos vídeos do site Ocupar Espaços.....	94
Figura 06 - Página Inicial do site do Grupo Cultural Arautos do Gueto.....	99

## **Lista de Tabelas**

Tabela 01 – Critérios de escolha dos sites e portais.....	69
Tabela 02- Indicadores analíticos da luta por estima social.....	72
Tabela 03.....	75

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - FAVELIZAÇÃO: DISCURSOS EM TENSÃO.....</b>	<b>9</b>
1.1- O QUE SÃO AS FAVELAS? .....	9
1.1.1- <i>As favelas no Rio de Janeiro</i> .....	13
1.1.2 - <i>As favelas em Belo Horizonte</i> .....	15
1.2 - AS FAVELAS E OS <i>MEDIA</i> : PADRÕES DISCURSIVOS.....	20
1.2.1 - <i>As favelas e seus próprios canais de comunicação</i> .....	27
<b>CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO COMO UMA QUESTÃO MORAL .....</b>	<b>32</b>
2.2 - DO AMOR À ESTIMA SOCIAL: A CONTRIBUIÇÃO DO SUJEITO NAS INOVAÇÕES SOCIAIS .....	36
2.2.1 - <i>Identidade do morador de favela: o “nós” e os “outros”</i> .....	40
2.2.2 - <i>A Estima Social: o direito de falar por si</i> .....	45
2.2.2.1 - VOZES DA FAVELA .....	49
2.3 - <i>MEDIAÇÃO NO CIBERESPAÇO: USOS POLÍTICOS DOS DISPOSITIVOS</i> .....	51
2.2.2.3 - <i>INTERNET E POLÍTICA</i> .....	54
<b>CAPÍTULO 3 – MÉTODO DE ANÁLISE DOS USOS DA INTERNET FEITOS POR MORADORES DE FAVELAS .....</b>	<b>62</b>
3.1 – <i>CORPUS</i> .....	65
3.2 – <i>Indicadores analíticos</i> .....	70
<b>CAPÍTULO 4 – A LUTA POR ESTIMA SOCIAL: UMA REDE DE DISCURSOS NA INTERNET .....</b>	<b>73</b>
4.1 – AS FAVELAS NA WEB .....	74
4.1.1 <i>Sites híbridos</i> .....	81
4.1.1.1 Observatório de Favelas .....	82
4.1.1.2 - Central Única das Favelas.....	86
4.1.2 - <i>Sites Noticiosos</i> .....	88
4.1.2.1 - <i>Favela é Isso Aí</i> .....	89
4.1.2.2 - <i>Viva Favela</i> .....	91
4.1.3 – <i>Sites Estético- Políticos: Ocupar Espaços</i> .....	95
4.1.4 – <i>Sites Educativos e Culturais: Arautos do Gueto</i> .....	100
4.2 – DISCURSOS EM REDE.....	102
4.2.1 <i>Bandido x pessoa de bem</i> .....	106
4.2.2 - <i>A favela como lugar de perigo x a favela como lugar da diversidade</i> .....	111
4.2.3 - <i>Alternativa para escapar da pobreza x direito à subjetividade</i> .....	120
4.2.4 – <i>Âmbitos e questionamentos analíticos</i> .....	122
4.2.4.1 – <i>A busca por autonomia e a interlocução pressuposta</i> .....	122
4.2.4.2 – <i>A interlocução com não-moradores</i> .....	125
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>145</b>



## Introdução

Ao longo dos poucos mais de cem anos do processo de favelização no Brasil, as representações desses espaços e de seus moradores têm sido aspecto de uma disputa simbólica constante. O que é uma favela? Quem são seus moradores? As respostas a essas perguntas pontuam as relações sociais entre os moradores de favelas e os não-moradores na instância da vida cotidiana, das relações de trabalho, nos momentos de sociabilidade e em diversas situações em que esses indivíduos se interagem.

As favelas no Brasil têm sido definidas como resultado da ausência de políticas públicas para a população e da má-distribuição de renda. Não obstante, elas também indicam a persistência de uma classe social colocada à margem na sociedade para se estabelecer como cidadã: no sentido estrito da palavra, como habitantes da cidade e, no sentido lato, como parte estimada de uma coletividade e de uma comunidade política com direitos e deveres. No entanto, nem sempre o morador de favela pode exercer e desfrutar plenamente de sua cidadania. Muitas vezes é negado a ele o direito de falar por si, embora ter voz na coletividade seja uma das prerrogativas dos sujeitos de direito.

Associadas à restrição da autonomia do morador de favela, são construídas representações sobre eles, muitas vezes, baseadas em padrões discursivos que não levam em conta a diversidade desses espaços. A denegação ao direito à voz e a construção de representações que não encampam as perspectivas dos moradores criam um quadro desfavorável que os impelem a lutar por estima social. O caminho encontrado para se empreender essa luta é o combate aos estereótipos a partir da construção de representações na tensão entre uma pluralidade de vozes sociais.

Os processos comunicativos são fundamentais para a emancipação dos cidadãos e participação na transformação social. Aos moradores de favelas, atores sociais historicamente excluídos das decisões públicas, tais processos podem conferir um lugar no centro dos debates ligados à esfera pública (HABERMAS, 1997). Ao longo da história das favelas no Brasil, percebemos como a comunicação entre diferentes atores sociais pode ser uma alternativa democrática para a construção de políticas públicas. O combate aos estereótipos e ao estigma segue duas direções complementares: solidifica um processo identitário de construção de auto-estima e faz com que os sujeitos participem das inovações sociais.

Desestigmatizar os discursos sobre a favela e o morador é fundamental para que essa parcela da população tenha seus direitos garantidos em todos os âmbitos da vida, mas principalmente nas interações cotidianas. Ao mesmo tempo, esses discursos estão subjacentes às políticas públicas destinadas a esses espaços. Em muitas favelas, não há transporte público pela alegação da representação de espaço urbanístico do caos. Muitos moradores foram rejeitados em empregos ou colocados sob suspeita em função do local que moram, devido à representação de marginal ou conivente com o crime. Jornais e revistas não são entregues devido à idéia de que os moradores de favelas são pouco escolarizados ou que não há um mercado consumidor para a informação. Muitos projetos de urbanização utilizaram o pior dos materiais de construção influenciado pela representação de um espaço popular que não requer sofisticação. O fato de moradores de favelas terem que utilizar “gatos” de água, luz e, recentemente, de TV a cabo representa a negação de uma gama de direitos: a falta de recursos para se ter o serviço de forma legal, a utilização de um serviço público de forma precarizada, o reforço da idéia de local à parte da cidade.

Todos esses exemplos mostram que o processo de *favelização* não se explica completamente a partir de aspectos econômicos. A *favelização*, mais do que resultado de uma ocupação urbanística, tem sido um processo de significação e ressignificação simbólica. O termo favela foi, ao longo do tempo, conformando-se e assumindo sentidos construídos quotidianamente tanto nas relações face a face de seus moradores com não-moradores, quanto nos debates tornados públicos, principalmente pela mediatização. Pela centralidade que os meios de comunicação ocupam na contemporaneidade, é imprescindível diversificar as vozes que constroem os discursos sobre os moradores de favelas.

O interesse desta pesquisa surgiu, há quatro anos, quando se começa a discutir a relação dos moradores de favelas e as tecnologias de comunicação como sendo a possibilidade de se apresentar informações a partir da perspectiva do morador. Apesar dos níveis de exclusão digital, havia muitos indícios de diferentes usos da Internet feita por grupos organizados e pelos moradores. Em princípio, a rede mundial aparece como um canal alternativo à mídia tradicional, mas diversos estudos mostram que também pode ser um prosseguimento, inclusive, pelo fato de grandes corporações terem migrado para o ambiente digital. Procuramos problematizar a *mediatização* das demandas dos espaços de favelas e de seus moradores no contexto das novas tecnologias, sem contudo, deixarmos de ter um olhar crítico sobre o ambiente digital. Valem parênteses para dizer que essa pesquisa reflete minha vida, os lugares sociais que ocupo: moradora de favela (nasci e ainda moro no Aglomerado

Santa Lúcia), jornalista e atuante em grupos culturais de favelas. Tentei buscar nessas condições a motivação suficiente para construir um trabalho relevante social e cientificamente – se não for redundante essa separação.

Estudar as implicações dos processos midiáticos é de alguma forma contribuir para o entendimento dos conflitos sociais e das relações de poder em uma sociedade da informação. Aliado a preocupação com os usos das novas tecnologias, percebemos ser fundamental estudarmos os aspectos morais que motivam as diferenças sócio-econômicas que resultem nos espaços denominados de favela. No contexto de desigualdades culturais, econômicas e até mesmo políticas, entendemos que os moradores de favelas engendram lutas por justiça social. Uma chave importante para contextualizarmos essa luta é a teoria do reconhecimento, em específico a proposta de Axel Honneth (2003).

O que chama atenção na perspectiva é justamente a tentativa de conectar os processos de formação de identidade dos sujeitos, as mudanças e os avanços sociais - aspectos que emergem ao longo de nosso trabalho empírico. De forma complementar, nossa pesquisa procura entender como as redes cívicas disseminadas pelo tecido social podem politizar novas questões.

As redes cívicas, apesar de, do ponto de vista institucional, serem consideradas pré-políticas, podem captar a dimensão da experiência dos excluídos do debate, catalisar fluxos comunicativos dos setores mais periféricos da sociedade e agir como ativos interlocutores para detectar problemas de forma convincente nesta ou naquela esfera, ou formular demandas e projetos específicos a serem enviados para as arenas políticas institucionais (MAIA, 2003, p.53 e 54).

Na tentativa de apreendermos como redes cívicas virtuais agregam grupos minoritários em busca de justiça social, seguimos as preocupações expressas por Maia que busca entender: “o modo pelo qual os atores coletivos críticos da sociedade civil, ligados aos setores periféricos do sistema político, usam e adquirem conhecimento através da Internet, a fim de politizar novas questões”(MAIA, 2002).

Nesse sentido, a Internet vem se constituindo como uma importante plataforma para que grupos estigmatizados possam se posicionar na esfera pública. Os grupos marginalizados parecem ter encontrado um canal para apresentar suas demandas e questões possibilitando que novos discursos circulem na *esfera de visibilidade mediática*. Analisamos se os dispositivos da Internet, utilizados como plataforma para a emissão de voz de grupos

marginalizados (MITRA, 2001, KHAN e KELLNER, 2004, MAIA, 2002, PALCZEWSKI, 2001), podem ser vistos como um avanço para a democratização da comunicação política.

Os movimentos sociais das favelas, há algum tempo, estão investindo nos processos comunicativos no ciberespaço como forma de intensificar as trocas entre diferentes atores de diferentes cidades. No Rio de Janeiro, o fenômeno foi percebido por Valladares (2005) que o registra como sendo parte do “processo histórico, de construção, invenção e reinvenção das favelas em diferentes conjunturas”<sup>1</sup>. Em entrevista à publicação eletrônica “Nomínimo”, Valladares afirma que, em geral os sites se posicionam no sentido de reforçar a positividade da favela, uma vez que esta interessa, sobretudo,

àquele que defende a favela, aos moradores de favela, às associações de moradores, interessa às ONGs, interessa até a uma parte do governo que está fazendo trabalho social em favela. No livro, faço uma análise dos sites de favela. Há uma enorme gama de sites que defendem a positividade da favela, alguns de natureza puramente comercial, como os de turismo. Eles também estão afirmando a positividade das favelas para vender melhores produtos os mais variados.<sup>2</sup>

A autora aponta para esse fenômeno sem, no entanto, aprofundar em sua análise. Pelo relato de Valladares (2001) e Reginensi (2004), um dos primeiros grupos de favelas a utilizar politicamente o ciberespaço é composto pelos moradores do complexo da Rocinha no Rio de Janeiro. Valladares ainda apresenta uma listagem de sites sobre a temática:

As favelas cariocas passam a fazer parte de uma realidade virtual. Alguns exemplos são os inúmeros sites de ONGs (Viva Rio, CEASM, Observatório de Favelas), de programas sociais ou assistenciais (Favela Faces, Favela tem Memória, CIEDS), de agências de notícias (Agência de Notícia das Favelas, Central Única das Favelas), de escolas de samba (G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira, G.R.E.S. da Rocinha), de agências de turismo que operam em favelas (Exotic Tours, Favela Tour, Jeep Tour), e até mesmo de uma pensão (Pousada Favelinha). Os sites não visam apenas os internautas brasileiros. Vários deles têm páginas em inglês, francês e alemão com fotografias, permitindo ao mundo o acesso às favelas cariocas (VALLADARES, 2005, p.153).

---

<sup>1</sup>Em “Exotismo da favela dá dinheiro”, acessado em 20 de novembro de 2006 em <<http://www.nominimo.com.br>>

<sup>2</sup> Em “Exotismo da favela dá dinheiro”, acessado em 20 de novembro de 2006 em <<http://www.nominimo.com.br>>

Há uma defasagem em termos de utilização de computadores e Internet pelos moradores de favelas quando se compara à classe média de uma cidade. A disponibilização das tecnológicas de ponta dificulta imensamente que as pessoas tenham acesso à Internet de suas casas (nenhuma favela de Belo Horizonte, por exemplo, conseguiu a instalação de cabos para o funcionamento da banda larga). No entanto, mesmo com a limitação no acesso, os moradores de favelas têm feito vários usos da rede mundial de computadores. Um apropriação que parece crescer de forma sistemática é a construção de páginas na Web por grupos que alimentam freqüentemente os endereços virtuais. Há sites mais modestos, mas o certo é que há uma presença forte da temática da favela circulando pela rede.

À medida que fomos sistematizando e aprofundando a pesquisa, percebemos que não é apenas a utilização de um suporte, a conquista de espaços virtuais está associada a um processo amplo de busca por estima social empreendido por essa parcela da população. A utilização de sites e portais como meios de comunicação por organizações não governamentais que tratam sobre a temática da favela é um fenômeno recente, mas que faz parte desse processo histórico de luta para que esses espaços sejam reconhecidos como legítimos diante do conjunto das cidades.

A partir do “método bola de neve”, por meio dos dispositivos de busca da internet, identificamos que, em número absoluto, há uma quantidade aparentemente pequena de sites e portais que tratam da temática da favela, mas que, no entanto, tais dispositivos apontam para um fenômeno ainda pouco estudado, ou seja, os modos como os dispositivos da Internet têm sido empregados por moradores e não-moradores de favelas para apresentar informações e pontos de vistas pouco presentes em outros meios de comunicação.

Em termos específicos, a pesquisa aqui desenvolvida busca investigar os modos pelos quais os dispositivos da rede estão sendo utilizados por moradores de favelas a fim de conquistarem estima social. Como isso de fato tem ocorrido? O que caracteriza esse fenômeno? Interessa-nos entender a relação desses dispositivos com à luta por justiça social que perpassa o processo de favelização no Brasil. Essa questão desdobra-se em outras perguntas: como a construção discursiva de moradores de favelas se constitui no ciberespaço? Como os discursos produzidos dialogam com os padrões discursivos disponíveis publicamente? E por fim, como se constitui a voz dessa parcela da população na esfera pública por meio da plataforma Web? São algumas das perguntas que procuraremos dar resposta ao longo desta dissertação que está dividida em quatro capítulos.

No capítulo 1, mostraremos como a favela foi sendo constituída como um objeto social ao longo das últimas décadas (SILVA, 2005, VALLADARES, 2005, ZALUAR e ALVITO, 2004). Caracterizamos os diferentes discursos sobre as favelas que estiveram em tensão no processo de construção de sentidos sobre esses espaços e seus moradores. Damos uma atenção especial à negociação dos discursos que estão disponíveis publicamente e que circulam em diferentes domínios, inclusive nos meios massivos. Também apresentamos iniciativas de moradores de favelas para a criação de seus próprios canais de comunicação. Cotejamos a reflexão sobre a relação favela e mídia com o processo de *favelização*, ocorrido em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

No capítulo 2, discutiremos como a luta por estima social está inserida em conflitos sociais permeados e guiados por questões morais. Apresentamos a teoria do reconhecimento em seus três âmbitos: do amor, do direito e da solidariedade. As reflexões de Honneth (2003) permitem também pensarmos o processo de favelização no âmbito das interações sociais, especificamente das comunicativas. Partimos da premissa de que a construção de identidades fluídas e discursivas, que podem resultar na autonomia do morador de favela assume aspecto central nos processos de transformação social e de intervenção política. O direito de falar é uma das dimensões da busca por estima social. Apresentamos como a voz e a autonomia dos sujeitos são fundamentais para sociedades mais justas. Mostramos também como a auto-estima, mais do que um ganho dos sujeitos, é fundamental para os processos democráticos de formação da vontade, para que mais pessoas possam participar, opinar, ouvirem e serem ouvidas.

No capítulo 3, apresentaremos nosso caminho metodológico ao discutimos como a teoria crítica da análise de discurso pode ser relevante para estudarmos a produção que atravessa os meios de comunicação, especificamente a Internet. Questionamos qual método melhor se adequa ao estudo de representações sociais e, por fim, acrescentamos alguns apontamentos feitos por Mitra em relação aos usos da rede por grupos marginalizados. Também apresentamos o *corpus* da pesquisa, os critérios utilizados para sua delimitação e os indicadores analíticos que guiaram a análise. Analisamos os depoimentos de moradores em seis sites e portais de duas capitais brasileiras: três do Rio de Janeiro (Viva Favela, Central Única das Favelas e Observatório das Favelas) e três de Belo Horizonte (Favela é Isso Aí, Arautos do Gueto e Ocupar Espaços). Assumimos com tarefa a análise do material de seis sites e portais, com toda a riqueza e complexidade de narrativas, por entendermos ser necessário pensar a produção discursiva no ambiente digital, a partir da constituição de uma

rede. Nesse sentido, a delimitação de nosso corpus é imprescindível para entendermos essa dinâmica.

O capítulo 4 está dividido em duas partes. Na primeira, caracterizaremos a rede discursiva que se forma no ciberespaço, a partir da relação dialética estabelecida entre os sites/portais e as falas de moradores neles disponibilizadas. Em um primeiro momento, circunscrevemos essa rede a partir de uma caracterização das diferentes falas sobre a temática disponíveis no ciberespaço. Na segunda parte, apresentamos as contestações aos discursos hegemônicos sobre as favelas articuladas em cinco eixos: (1) o discurso que contrapõe a representação de morador de favelas como bandido/criminoso versus morador de favelas como pessoas de bem; (2) a contraposição da representação da favela como lugar perigoso, local do tráfico versus a idéia desses locais como espaço da diversidade; (3) A arte, a cultura e o esporte como alternativas para escapar da violência e da pobreza, ou como práticas de expressão da subjetividade. Por fim, apresentamos os âmbitos que perpassam toda a análise: a busca por autonomia e a interlocução pressuposta e a interlocução com não-moradores.

*Mais um dia nós nem pode se alembrá  
Veio os homes c'as ferramentas  
O dono mandô derrubá  
Peguemo tudas nossas coisas  
E fumo pro meio da rua  
Preciá a demolição  
Que tristeza que nós sentia  
Cada táubua que caía  
Doía no coração  
Mato Grosso quis gritá  
Mais em cima eu falei  
Os homes tá c'oa razão  
Nóis arranja outro lugá  
Só se conformemo  
Saudosa Maloca (Adoniran Barbosa/1955)*



## Capítulo 1 - Favelização: discursos em tensão

A luta dos moradores de favelas por melhores condições de vida está no ponto de interseção entre o processo de favelização, a criação sócio-histórica de sentidos e a formulação de políticas públicas. É importante fazermos uma análise sobre os padrões discursivos que, desde o início do processo de *favelização*, no final do século 19, concorrem na construção de representações sobre as pessoas que habitam diferentes espaços que genericamente são denominados de favelas. Três padrões parecem hegemônicos: a favela como local da violência e do tráfico, como chaga social e como o lugar da falta e da carência. Surgem como contrapontos os padrões discursivos romanceados sobre a favela e também os que tentam apontar a sua diversidade. Esses padrões perpassam diferentes campos da sociedade, quais sejam, os meios de comunicação, os espaços onde se gestam as políticas públicas e as conversações cotidianas.

Iniciamos nossa análise indagando sobre o desenvolvimento de favelas no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. A história das favelas nas duas capitais sustenta a hipótese de que os problemas têm raízes simbólicas. Os julgamentos morais sobre os grupos e indivíduos que aí residem, por sua vez, desdobram-se em problemas de ordem distributiva e vice-versa.

### ***1.1- O que são as favelas?***

A palavra favela não é fácil de ser delimitada, porque em diferentes campos do conhecimento foi sendo ressignificada. As locais com essa denominação resultam de processos de ocupação urbana com peculiaridades arquitetônicas e urbanísticas, marcadas pela ocupação projetada pelos próprios moradores e por intervenções posteriores do poder público. Do ponto de vista físico, apresentam uma paisagem diversificada, algumas se localizando em morros e encostas, outras em locais planos. Encontramos nestes espaços diferentes tipos de imóveis e diferentes níveis de violência. As ações e a presença do poder público também são diferenciadas (SILVA, 2002, ROCHA, 2006a; 2006b). No entanto, há uma tendência em homogeneizá-las.

Apesar dessa tendência simplificadora, o processo de *favelização* instiga pesquisadores, jornalistas, músicos e cineastas por se tratar de uma questão central quando o assunto é desigualdades sociais no Brasil. À medida que o progresso avança, a *favelização* intensifica-se nas cidades brasileiras e, por isso, merece ser pensada em toda sua abrangência

histórica e sócio-político e cultural. O fenômeno implica tanto o aparecimento de novas favelas, quanto a expansão das já existentes nos centros urbanos. Principalmente para órgãos oficiais ligados ao poder público indica também que o aumento da população que vive nesses espaços pode ser entendido como o resultado do crescimento de irregularidade na ocupação de terrenos, como também da diminuição generalizada da qualidade de vida urbana.

A Organização das Nações Unidas (ONU) informou que 52,3 milhões de pessoas viviam em favelas brasileiras em 2005, ou seja, 28% da população do país<sup>3</sup>. Em abril de 1999, estavam cadastrados no Rio de Janeiro 604 favelas, 783 loteamentos irregulares e 508 conjuntos habitacionais<sup>4</sup>. Em Belo Horizonte, ¼ da população vive em favelas. Segundo Silva, o termo favela, no imaginário coletivo, designa outros espaços populares que, oficialmente, podem não receber essa denominação.

Pesquisadores como Zaluar e Alvito (2004), Valladares (2005) e Silva (2005) apontam que a *favelização* no Brasil, muito mais que um fenômeno urbano de ocupação de espaços populares, compreende um amplo processo de significação. Valladares (2005) mostra como vários atores sociais sustentam, a partir de uma fala especializada, diferentes discursos sobre a favela. Segundo ela, “pensar a favela somente hoje não faz sentido, é preciso pensá-la como processo histórico, como ela foi sendo construída, inventada e reinventada, em diferentes conjunturas”<sup>5</sup>.

Muitos autores reconstituem a história desses espaços tendo como base, muitas vezes, matérias publicadas na imprensa desde a virada do século 20, e mostram que os *media* não apenas registraram o surgimento das favelas, mas apresentam *as vozes* dos formadores de opinião e também se posicionam como atores relevantes na materialização do fenômeno. A *favelização* ocorre em diversas metrópoles brasileiras configurando-se, portanto, como um fenômeno nacional que traz algumas semelhanças em sua gênese, mas que, obviamente, em cada cidade, assume feições diferenciadas e próprias.

As favelas começaram a ser apontadas como um problema social no início do século 20. Na literatura que trata das origens das favelas, entende-se que os espaços tendiam a ser vistos como um problema urbanístico e, por muito tempo, os governantes pensaram que a única solução possível era removê-las. Especialistas denunciavam as péssimas condições

---

<sup>3</sup>As informações constam do documento *O Estado das Cidades do Mundo 2006-2007*, elaborado pelo programa Habitat (ONU).

<sup>4</sup>Dados extraídos do site do Instituto Pereira Passos.

<sup>5</sup>Entrevista de Lícia do Prado Valladares em “Exotismo da favela dá dinheiro”, de Carla Rodrigues em <<http://nominimo.com.br>>, acessado em 12 de novembro de 2006.

humanas nestas, baseando-se em discursos técnicos que apontavam as condições anti-higiênicas como motivo para eliminá-las das paisagens urbanas.

O termo favela como designação de espaços populares não deixa de estar ligado a julgamentos morais e juízos de valores. A rotulação de moradores de favelas de forma pejorativa encontra-se expressa nas falas de políticos, sanitaristas, médicos-higienistas, engenheiros, jornalistas e intelectuais. Valladares (2005) procurou reconstituir os discursos desses diferentes atores sociais de forma a demonstrar como o fenômeno de favelização vem sendo constituído no Brasil. Ao falar do discurso acadêmico, ela aponta que os estudos sobre o Rio de Janeiro tendem a não problematizar de modo suficientemente consistente três domínios, denominados “dogmas” pela pesquisadora. No primeiro “dogma”, as favelas são vistas como locais *específicos* e *singulares* no que se refere: a) ao traçado urbano desses espaços, b) à construção das habitações, à regularização urbana e ocupação do solo, c) ao pluralismo legal, d) aos indicadores demográficos e socioeconômicos, e) à produção cultural e artística.

Em suma, o que todos afirmam é a forte identidade desses espaços, marcados não apenas por uma geografia própria, mas também pelo estatuto de ilegalidade da ocupação do solo, pela obstinação de seus moradores em permanecer na favela (conforme ilustra a música *Opinião*, de Zé Kéti, popularizada por Nara Leão) e por um modo de vida cotidiano diferente, capaz de garantir a sua identidade (VALLADARES, 2005).

Pensar a favela sobre essa perspectiva relativiza o postulado higienista da determinação do comportamento humano pelo meio social. O segundo “dogma” diz respeito ao território e à caracterização das favelas como *locus* da pobreza e território urbano dos pobres:

A teoria da marginalidade, primeira chave de leitura utilizada pelos cientistas sociais no sentido de compreender o fenômeno, também faz da favela o habitat e o lugar dos pobres (Perlman, 1977). O debate dos anos 1970 e 1980, quando critica a teoria da marginalidade social, provoca uma mudança de perspectiva, tornando a favela não mais um problema, porém uma solução para a moradia das camadas populares (VALLADARES, 2005, p. 151).

A autora alerta para o fato de que a adesão a esse dogma leva ao fortalecimento da favela como local de *residência dos pobres, o espaço popular por excelência*. Nesse sentido, ela pontua que o termo *favelado* passou a designar pejorativamente o lugar social das pessoas pobres. Em um primeiro olhar, a associação entre favela e pobreza parece não trazer grandes

problemas, mas, como ressalta Valladares “nesta representação, o morador de uma favela não só pertence ao mundo popular como também ao mundo dos problemas sociais” (2005, p.151). O risco dessa associação é criar um *círculo vicioso de estigmatização*: a pobreza gerando as favelas e as favelas gerando os problemas sociais.

O terceiro “dogma” se refere ao erro de se pensar a favela de forma unívoca. Por mais que se fale em heterogeneidade, muitos estudos incorrem no equívoco de reforçarem um *tipo ideal, um arquétipo* sobre as favelas.

Assim “a” favela é obrigatoriamente um morro, uma zona ocupada ilegalmente, fora da lei, um espaço subequipado, lugar de concentração de pobres da cidade. Numa mesma denominação genérica, a palavra favela unifica situações com características muito diferentes nos planos geográfico, demográfico, urbano e social (VALLADARES, 2005, p.152).

A consequência de se pensar a unicidade da favela como pressuposto alimenta a dicotomia que se estabelece entre ela e outros espaços da cidade, que gera a desconsideração das diferenças entre as várias favelas e as diferenças internas também ao “resto da cidade”.

A pesquisadora demonstra como os trabalhos científicos tiveram relevância na construção da favela como um objeto social. Nesse sentido, ela aponta o surgimento de um ator social que vem modificando a forma como a academia lida com a questão. Ela se refere ao aumento do ingresso de moradores de favelas na universidade como mais uma possibilidade de questionamento desses “dogmas” enraizados no senso comum. Em seu ponto de vista, universitários provenientes das favelas podem tornar-se pesquisadores capazes de questionar e desestabilizar esses “dogmas”<sup>6</sup>.

A trajetória, certamente atípica, desses indivíduos apresenta uma nova questão às ciências sociais brasileiras: a necessidade de desenvolver uma sociologia da mobilidade social, até hoje pouco presente na pesquisa. O desenvolvimento dessa área temática permitiria justamente abandonar a limitação da categoria construída pelos dogmas, fazendo aparecer claramente o complexo processo de diferenciação social que está ocorrendo na sociedade brasileira, inclusive nas favelas. É possível ser pobre e não residir em uma favela, ou morar na favela acreditando na possibilidade de uma ascensão social (VALLADARES, 2005, pp.162 e 163).

Também Silva (2005) apresenta um olhar atento para o processo de *favelização* ao pontuar a incongruência de algumas representações em relação a elementos materiais das favelas. Há um deslocamento em torno de uma representação. Posicionando-se contra o

---

<sup>6</sup>Valladares (2005) cita Jailson de Souza Silva, ex-morador do Complexo da Maré que se doutorou e, atualmente, vem produzindo diversas reflexões sobre a favela, dentre as quais algumas estão subsidiando a nossa análise.

entendimento de que a favela seria um tipo de disfunção de um “ideário urbano”, Silva chama atenção para o fato de que uma pequena parcela da população nas cidades desfruta efetivamente das benesses trazidas por uma proposta de arquitetura/urbanismo na cidade do Rio de Janeiro. A constatação da existência de um modelo que serve a poucos deveria ser um indicativo de que representar as favelas como chaga social trata-se de um entendimento calcado em “juízos de valores generalizantes” (SILVA, 2005, pp.57 e 58).

Diante desse quadro de repensar as definições oficiais e as apropriações do termo, e com base no que apontam os principais estudos, definimos as favelas como ocupações urbanas que se constitui como espaço de moradia para uma parcela da população, a despeito da permissão do poder público, onde os moradores criam formas de convivência e sociabilidade marcadas por essa condição de não ser parte de uma cidade planejada. Acreditamos com essa definição darmos a ver que esse caráter de ocupação, digamos irregular, contudo deve ser entendido a partir do processo de constituição desses espaços que estão historicamente e geograficamente localizados, o que garante a especificidade de cada um deles. Nesse sentido, a seguir mostramos um breve histórico do processo de formação das favelas no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Consideramos essa apresentação necessária, pois nesse período começam a se formar os discursos que ainda hoje informam sobre esses espaços.

### **1.1.1- As favelas no Rio de Janeiro**

Nos últimos dois anos, cenas de ônibus incendiados, policiais mortos, delegacias e presídios atacados por facções do tráfico em represália à ação das milícias nos morros cariocas estão presentes quase que diariamente nos telejornais brasileiros. A situação das favelas no Rio de Janeiro é assunto de interesse dos noticiários nacionais há muito tempo visto que a própria origem do termo favela está associada aos morros cariocas. A palavra foi utilizada pela primeira vez para designar o Morro da Providência no Rio de Janeiro que, no início do século 20, foi denominado como *Morro da Favella*.

Uma versão muito difundida é que o Morro da Providência ficou conhecido assim em analogia ao Morro da Favela em Canudos, na Bahia, onde os soldados da República montaram um acampamento precário durante o assalto à cidade de Antônio Conselheiro. Favela é uma vegetação típica da região. Com o fim da campanha, alguns soldados que

retornaram ao Rio se instalaram nos morros. Silva e Barbosa (2005) argumentam que as favelas já existiam fisicamente como conjunto de casas populares antes da existência do Morro da Favella. No entanto, esses espaços foram agrupados como tal quando passaram a ser considerados um problema social.

Os *media* tiveram papel fundamental nesse processo de significação, uma vez que Silva e Barbosa (2005) demonstram a centralidade que a imprensa, notadamente o jornal Correio da Manhã, teve naquela época, na construção do imaginário sobre a favela: “Em 1923, o Correio da Manhã descrevia as favelas como um mundo infecto, onde os homens se esfaqueiam com a calma e a simplicidade com que nós, do lado de cá, nos abraçamos” (SILVA e BARBOSA, 2005, p.30). O entendimento dos governantes de que as favelas tinham de ser extirpadas encontra ressonância na imprensa do período, que amplificava a representação de uma perturbação do projeto da cidade moderna.

Havia na época um desejo e uma busca pela modernidade, o que, para urbanistas e formadores de opinião, não combinava com os pobres que viviam em cortiços. As favelas cariocas surgem como uma continuidade dos cortiços. Parte da população que vivia nesses cortiços era formada por negros e mestiços, e foi justamente essa parcela que se viu expulsa para as encostas da cidade tidas como áreas desvalorizadas e distantes do centro urbanizado. As elites emergentes do Rio, na época capital do Brasil, buscavam referência no projeto “civilizador” de Paris. Silva e Barbosa (2005) mostram a intenção de governantes e da elite de colocar a população pobre na invisibilidade: “A favela era permitida, portanto, desde que obedecesse a uma condição fundamental: ser invisível aos olhos burgueses ofuscados pelo *glamour* da arquitetura parisiense e pelo modo de vida moderno” (SILVA & BARBOSA, 2005, p.26).

A despeito dessa intenção, as favelas se constituíram, ao longo do século 20, a partir do embate entre os moradores e o poder público que propunha – indo em direção contrária aos entendimentos desses moradores – a remoção como política pública para esses espaços. Valladares (2005) mostra como o imaginário dos engenheiros responsáveis por melhorias urbanísticas no Rio de Janeiro, em 1905, identificaram as favelas como um mal a ser eliminado.

O *Morro da Favella* foi descrito pela primeira vez pelo engenheiro civil Everardo Backheuser que, embora reconhecesse que havia uma representação estereotipada dos moradores de favelas, ainda assim propunha a remoção como solução mais adequada:

Alli (sic) não moram apenas os desordeiros e facínoras como a legenda (que já a tem a Favella); alli moram também operários laboriosos que a falta ou carestia dos cômodos atira para esses logares altos, onde se goza de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação (BACKHEUSER *apud* VALLADARES, 2005. p.38).

Entretanto, em relatório que apresentou ao administrador do Rio de Janeiro Pereira Passos, em 1905, o engenheiro informava que a favela abrigava habitações anti-higiênicas e fazia uma descrição pormenorizada dos problemas dos casebres que se encontravam nas favelas. Esse diagnóstico sobre as péssimas condições sanitárias do *Morro da Favella* foi estendido a outras favelas cariocas e, de certa forma, perdura ao longo dos anos, pois ainda hoje tendem a ser vistas majoritariamente como espaços anti-higiênicos e sujos. A lógica higienista predominante no início do século XX determinou o entendimento de locais que se opunham “à racionalidade técnica” e aos processos de “regulação do conjunto da cidade”, reforçando a crença de que sua eliminação seria, portanto, um procedimento “natural”.

Os textos que circulam na imprensa ou em documentos oficiais da época, relacionam a favela à sujeira, à malandragem, aos desvios de condutas, ao desajuste moral. Tal visão alimentou diversas ações do poder público no sentido de se acabar com as favelas, o que sempre gerou efeitos perversos: a manutenção de condições precárias nessas localidades, apontadas como temporárias, ao invés de políticas públicas de urbanização. A idéia que as favelas não deveriam existir veio acompanhada do argumento que elas eram provisórias e que tinham de ser eliminadas. A remoção foi e ainda continua sendo um problema para os moradores de favelas<sup>7</sup>. Apesar disso, elas não são ocupações transitórias, visto o crescimento exponencial.

### **1.1.2 - As favelas em Belo Horizonte**

Os estudos (FONSECA, 2006) sobre Belo Horizonte dividem o processo de favelização em três momentos: a) a origem e concepção da cidade pelo engenheiro Aarão Reis na virada do século 20; b) os anos de 1920, quando a capital ganhava o status de

---

<sup>7</sup>No segundo semestre de 2005, instaurou-se uma grande polêmica no Rio de Janeiro diante de uma medida que propunha a remoção de favelas na cidade. Alguns vereadores defenderam a mudança na Lei Orgânica do Município que só permite a remoção em favelas em caso de risco de vida dos moradores. De acordo com reportagem de O Globo, 4 de outubro de 2005, cinco vereadores apresentaram três projetos de emenda para alterar o inciso sexto do artigo 429 da lei. A polêmica também chegou a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que recebeu duas propostas de emenda constitucional propondo a remoção.

“Cidade-Jardim”, período que ficou conhecido como *Belle Époque* e c) o período posterior a 1930, quando ocorreu o desenvolvimento e a expansão urbana da cidade. A primeira fase está relacionada ao surgimento da capital:

Favellas e sobrados neoclássicos, edifícios públicos monumentais e o casório do funcionalismo, ruelas e grandes avenidas, subúrbio e centro nascem todos simultaneamente nessa cidade de contrastes, planejada para ser modelo. (COSTA, 1994 *apud* FONSENCA, 2006, p.54)

Dois anos antes de ser inaugurada, a capital mineira já contava com duas áreas de invasão — a do Córrego do Leitão e a da Favela ou Alto da Estação — com aproximadamente 3 mil pessoas morando nesses locais (GUIMARÃES, 1991, GOMES, 2004, FONSECA, 2006). No projeto de Aarão Reis, o traçado era composto por uma Zona Urbana (área central, delimitada pela avenida do Contorno), Zona Suburbana e Zona Rural. Estudos sobre o processo de favelização mostram que aos operários, que vieram para a construção da cidade, foram destinadas moradias com caráter transitório em locais fora da área central, com pouca ou quase nenhuma infra-estrutura urbana.

Ao mesmo tempo, a cidade foi-se estruturando e se formando de acordo com o poder aquisitivo da população: os mais ricos adquiriam lotes na área central planejada, os menos abastados tinham como opções fora da avenida do Contorno a compra de lotes ou invasão de terrenos públicos.

O centro estava destinado às elites. Aos antigos moradores e trabalhadores coube uma ocupação desordenada em várias regiões da cidade. O que inicialmente preocupava o poder público não era a existência de favelas na periferia, pois, distantes do centro, elas não comprometiam o modelo da nova capital. O problema era as favelas que se colocavam na área nobre, nas quais os moradores apresentaram muita resistência às tentativas de remoção (GOMES, 2004, p.35).

Os especialistas opunham a pobreza à modernidade, mas não eram capazes de, juntamente com os moradores das favelas, perceber que estava de alguma forma sendo criada ou tornada mais aguda a situação de pobreza daquela população quando não se gestava uma política pública para atendê-la. Os conceitos e procedimentos higiênicos que guiavam os reformadores do Rio de Janeiro também norteavam as projeções sobre Belo Horizonte.

No segundo momento — nas primeiras décadas do século 20, os sujeitos que ocupavam áreas invadidas empreendiam um enfrentamento cotidiano com o poder público que tentava retirá-los. A demanda por moradia não era suprida na área central, embora existisse oferta, dados os altos custos dos terrenos. O processo de povoamento, apesar de todo



o investimento no embelezamento e modernização da Zona Urbana, ocorreu da periferia para o centro, que demorou a ser povoado. O caráter provisório que se queria imprimir aos locais de moradia dos pobres orienta a construção das antigas vilas operárias. (FONSECA, 2006).

Nesse contexto, as favelas representavam um desvio no plano original da cidade e o poder público empreendia ações para retirá-los da área central. Os moradores mal ocupavam um determinado lote, eram removidos e esse rotina passa a ser uma constante na vida deles. A lógica era a seguinte: eles ocupavam uma área e, quando o terreno valorizava, a prefeitura ordenava a retirada, levando-os a invadir outros locais.

Em 1918, foi promulgada uma lei que proibia a construção de barracos na Zona Urbana, vetava a doação e a compra de terrenos por essa população. Mas, a despeito dessa determinação, muitos moradores permaneceram na área central até por volta dos anos 20. Um caso emblemático no processo de favelização é a história da Favela da Barroca que, embora tenha sofrido diversas investidas do poder público, só foi extinta em 1945. Os barracos comprometiam a “imagem” da cidade planejada, pois eram vistos como locais anti-higiênicos.

Com o aval do discurso técnico da época, essa população era empurrada para a invisibilidade, uma vez que a única política adotada era a remoção e a transferência dos moradores para lugares distantes da área planejada. O discurso urbanístico tendia a mascarar um conflito de classe que se materializava na criação de áreas nobres para a habitação de uma elite em contraste com áreas de invasão, sejam na Zona Urbana ou na Zona Suburbana, sem a menor infra-estrutura. A especulação imobiliária é apontada como a principal razão para essa divisão. No entanto, as justificativas para proibir essa população de morar na área central estão baseadas em juízos morais, como diversos estudos apontam (GUIMARÃES, 1991, GOMES, 2004, FONSECA, 2006).

No final da década de 20, novas medidas são tomadas para controlar o crescimento da cidade, pois a ocupação de terrenos no subúrbio e periferia era feita de forma descontrolada. Para voltar povoar a área central, o poder público concede e promove a venda de lotes em áreas públicas, e muitos prefeitos, então, defendem a construção de “vilas proletárias” como solução para contrapor o crescimento desordenado das favelas. No entanto, a política de criação dessas vilas não era acompanhada por projetos de infra-estrutura como abastecimento d’água, saneamento básico e rede de energia elétrica.

O terceiro momento marcante no processo de favelização se dá após 1930 com o desenvolvimento urbano e industrial da capital mineira. A exemplo do Rio de Janeiro, também em Belo Horizonte as favelas sempre estiveram associadas a representações

negativas. Desde 1900, as favelas eram removidas, mas tal processo intensificou-se na década de 1960. Por muitos anos, a idéia era retirar as favelas, eliminá-las da paisagem da capital mineira, e a remoção apresentou-se como um fantasma a assombrar a vida dos moradores.

Nesta década, aparecem os primeiros estudos que questionam a marginalização da população pobre, relacionando-a ao processo de *favelização*:

Até esta fase, o favelado foi mais um deserdado da sorte, que a cidade expulsava para suas zonas periféricas, do que um produto de transformações sociais que afetassem toda a sociedade, como viria a ser dar mais tarde (WATANABE E BRAGA, 1960, p.70).

Os autores apontam o fenômeno como resultado de questões distributivas.

Assim, favelar-se é a solução encontrada pelos indivíduos que, em geral por causas basicamente econômicas, venham a perder ou ainda não alcançaram uma ou mais das situações que condicionam sua admissão ou permanência em qualquer dos outros estratos mais próximos da cúpula da sociedade (idem).

Um estudo do Departamento de Habitação e Bairros Populares (DHBP), datado de 1957, ressalta a existência das favelas como fenômeno inerente à construção da nova capital. Viegas (1957) aponta que a favelização em Belo Horizonte ocorre em função dos altos custos dos imóveis que não podiam ser adquiridos pelos trabalhadores que vieram para a construção da capital. O estudo faz uma descrição do morador de favela a partir de suas inaptidões.

Já no ano de 1895, época da construção da cidade, aparece o primeiro grupo de população aventureira. Trabalhadores braçais, em geral, gente turbulenta, sem profissão definida. A cidade crescia lentamente. Em 1922 realizaram-se inúmeras construções. Com a queda das indústrias têxteis no Estado, no ano de 1945 e com o malogro do Zebu, grande quantidade de trabalhadores do interior dirigiram-se para a Capital. Até, então, contavam-se três favelas em Belo Horizonte (VIEGAS, 1957, p.6).

Em 1955, um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a pedido da prefeitura registrava 27 favelas com 9.343 barracos. O estudo caracteriza as favelas principalmente pelos seus aspectos urbanísticos: “ruas sem alinhamento, habitações precárias, expostas às intempéries, sem possibilidades higiênicas”. (VIEGAS, 1957, p.8). A caracterização das favelas é feita de forma homogênea e tendo como base a caracterização a partir da falta e da carência.

Nos 27 núcleos de favelas, existem apenas três grupos escolares. Em nenhuma delas existe telefone público. Nenhum médico residente. Nenhuma delas conhece qualquer serviço de esgoto, encontrando-se para a solução deste problema expedientes de toda a sorte. Alguns são dotados de água, através de um chafariz público. E os caminhões da coleta de lixo se encaminham, alguma vez, para as favelas, foi exclusivamente para aí depositarem os resíduos ajuntados no centro da cidade (VIEGAS, 1957, p. 8). (grifos nossos)

A citação sobre a deposição do lixo da cidade nas favelas sugere que esses espaços não eram parte da cidade e, como tal, eram colocadas à margem. Viegas, no entanto, procura mostrar que a *favelização* é um problema social associado ao poder político e à elite.

Essas habitações infra-humanas não são, exclusivamente as causas de vários problemas sérios para as grandes cidades. O motivo das favelas é a atual conjuntura política, social e econômica do Brasil. A razão das favelas não é inércia dos brasileiros, a delinquência ou a preguiça. É extremamente penoso morar nas favelas. Quem ali está, foi arrastado por circunstâncias diversas e suspira por uma situação mais humana (VIEGAS, 1957, pp.8 e 9).

O DHBP<sup>8</sup> nasce com a função de resolver o problema de *favelização* em Belo Horizonte. O estudo que propõe a remoção das favelas se apresenta como algo extremamente avançado o que não impede de transparecer neste a representação social dos moradores, como fica evidenciado no artigo 2º da lei 517/1955 que cria o DHBP.

Art. 2º - Compete ao DBP, na forma do disposto no art. 2º, da Lei 517, de 1955, a execução dos serviços e obras que visam fundamentalmente, a criar condições de recuperação moral e econômica dos habitantes das favelas, por via de eliminação destas e sua substituição por bairros populares e moradias de baixo custo, planejadas e construídas com observância dos requisitos, mínimos de higiene e conforto.

O estudo que enfatiza a necessidade da *recuperação moral* dos moradores de favelas de certa forma dá continuidade à visão que norteou os primeiros anos de ocupação de Belo Horizonte. Naquela época, o projeto urbanístico e arquitetônico da cidade estava sendo executado dentro de um modelo “modernizador”, mas que, na prática, a exemplo do Rio de Janeiro, eliminava os traços visíveis de pobreza.

Deste modo, o breve histórico aqui traçado sobre o processo de favelização em duas grandes capitais do sudeste brasileiro nos instiga a buscar as relações entre as vivências sócio-históricas dos moradores e as redes de discursos que foram se constituindo em diferentes

---

<sup>8</sup>A lei que cria o DHBP foi sancionada em 29 de novembro de 1955.

espaços comunicativos. Na seção seguinte, nos dedicamos a explorar o modo como as representações das favelas e de seus moradores alcançam *os media* e que tipos de padrões discursivos são aí constituídos.

## ***1.2 - As favelas e padrões discursivos publicamente disponíveis***

Nesta seção, apresentamos como os discursos sobre os moradores de favelas atravessam diversos ambientes — a música, o cinema e os meios de comunicação massivos —, e compõem representações<sup>9</sup> que alimentam quadros de entendimento sobre os moradores de favelas. É importante ressaltar que os *media* propõem enquadramentos que fazem parte de um conjunto amplo de estruturas e de ideologias sociais, a partir de narrativas elaboradas pelos profissionais dos meios de comunicação que resultam de uma construção intersubjetiva de sentidos. Os produtos não são resultado do ato isolado de um profissional da comunicação, e emergem de relações sociais, processos dialógicos entre ele e outros atores sociais, em que há trocas de posições e julgamento de valores.

No entanto, apesar de os *media* estarem em relação com diversos campos sociais para a produção de enquadramentos, há uma crítica generalizada feita por movimentos sociais de favelas sobre a cobertura desses espaços<sup>10</sup>. Para Silva (2004), a relação entre os moradores de favelas e os *media* é constantemente tensa e marcada por discordâncias, sobretudo no que se

---

<sup>9</sup> O conceito de representação social é complexo e, de modo geral, pode ser entendido como “categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificam-na ou questionam-na” (MINAYO, 1994, p.89). O conceito deriva do termo representação coletiva, cunhado por Durkheim. Tal concepção foi bastante criticada pelo seu caráter positivista e pelo fato de se atribuir um sobrepeso ao coletivo em detrimento aos indivíduos. Ao longo da história das ciências sociais, o termo foi sendo reinterpretado. Weber destacou o juízo de valores das representações sociais; Marx e Gramsci procuraram descrever a dinâmica da formação das representações sociais a partir dos grupos aos quais estavam ligadas; Schutz procurou entender como elas são formadas a partir das relações do cotidiano e no campo das ciências. Um consenso entre diversos autores é que as representações sociais são expressas por meio de palavras e dos discursos tornando-se, portanto, construções simbólicas estabelecidas intersubjetivamente. As representações podem ser sustentadas por um grupo específico, mas, em alguns casos, elas podem mudar de grupo “hospedeiro”, podem vagar por entre os grupos sociais de forma que sua autoria fique dissipada. (BAUER, 1994, p.235). O conceito de representação social ganha grande relevância a partir do trabalho de Moscovici (JOVCHELOVITCH, 1994), que desenvolve importantes reflexões acerca do diálogo entre as elaborações psíquicas dos sujeitos e os quadros compartilhados pelos grupos sociais.

<sup>10</sup> O site Observatório de Favelas realizou uma pesquisa entre seus usuários para saber como as pessoas avaliavam a cobertura feita pelos meios de comunicação sobre as favelas. Os usuários foram questionados se “a mídia apresenta um olhar preconceituoso e estigmatizado das favelas e periferias brasileiras”: 93% das pessoas responderam que sim, enquanto 7% acreditam que não.

refere aos discursos da “ausência” e da violência:

Os dois discursos, muito comuns nos meios de comunicação, ignoram a multiplicidade e diversidade de ações objetivas encaminhadas por diferentes atores dos espaços populares no processo de enfrentamento dos limites sociais e pessoais de suas existências. Os moradores das favelas, com efeito, não analisam suas vidas apenas a partir das noções de ausência e/ou negação. Da mesma forma, não reconhecem a violência existente em seu cotidiano de modo semelhante à concebida pela maioria dos setores dominantes e médios. Eles levam em conta também os aspectos afirmativos, integrantes de sua cotidianidade (SILVA, 2004).

Embora concordemos que seja necessário problematizar as representações sociais sobre as favelas, consideramos que apontar os meios de comunicação como responsáveis pelas mazelas que as acometem mascara uma disputa discursiva estabelecida em torno do que é e de quem são seus moradores, que envolve diferentes atores sociais. Os discursos sobre as favelas e seus moradores encontram-se disponíveis publicamente e, por isso, trabalhamos com a idéia de *ordens de discurso* (Fairclough, 1995), que compreendem práticas enraizadas em determinados grupos sociais a partir do uso corrente da linguagem, e são constituídas por um conjunto de discursos localizados social e historicamente. As *ordens de discurso* atravessam diferentes grupos sociais e são, portanto, espaços de tensão entre perspectivas e formas de entender o mundo. Por sua vez, os discursos podem ser compreendidos como conjuntos de proferimentos (sejam textuais ou verbais), porosos e resultantes da interação entre textos. Mediado pela linguagem, o discurso é uma construção social que permite a constituição intersubjetiva das representações sociais.

Um discurso sempre apresentará determinadas assunções, juízos, discordâncias, predisposições e aptidões. Estes termos comuns significam que os aderentes a um dado discurso serão capazes de reconhecer e processar estímulos sensoriais em histórias ou relatos coerentes, os quais, por seu turno, podem ser compartilhados de uma maneira intersubjetivamente significativa. Conseqüentemente, qualquer discurso terá em seu centro um enredo, o qual pode envolver opiniões tanto sobre fatos como valores (DRYZEK, 2004, p.49).

Dryzek (2004) defende que “o discurso pode ser definido como um modo compartilhado de se compreender o mundo incrustado na linguagem” (p.48). A existência de diferentes discursos é fundamental para a democracia, uma vez que favorece o debate público

e a presença de múltiplas vozes. A esfera pública<sup>11</sup> é por excelência o *locus* da competição discursiva, o domínio social em que ocorrem os fluxos de comunicação, “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões” (HABERMAS, v2, 1997). As idéias são filtradas e sintetizadas para formação de *opiniões públicas*. Nesse sentido, em termos morais, os processos democráticos tornam-se mais legítimos à medida que têm como horizonte normativo a incorporação de todos os concernidos na tomada de decisões.

A esfera pública constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as *funções* nem com os *conteúdos* da comunicação cotidiana (HABERMAS, 1997, v2, p.92).

Habermas parte da premissa que há uma construção intersubjetiva das idéias e que os atores, ao falarem, têm em vista o outro como pressuposto, embora considere também que, nessa busca por entendimento, concorram por influência. No entanto, espera-se que haja uma abertura para a mudança de *preferências* e de *enfoques* dos participantes nos debates. A influência que cada ator desempenha nesse processo está relacionada ao seu papel específico no sistema político, mas, sobretudo, ao prestígio social que se pode obter mediante à notoriedade alcançada por diversas razões.

Na medida em que cabe à sociedade civil “captar os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas” (HABERMAS, 1997, v2, p.99), os sujeitos adquirem centralidade nos debates a respeito de questões coletivas. A interferência de atores periféricos nos centros de tomada de decisão, sobretudo em momentos de crise política, é um dos principais aspectos do modelo de circulação de poder proposto por Habermas. Seu funcionamento determina que os problemas e as demandas da periferia (sociedade civil) sejam captados, identificados e comunicados ao centro do poder político (parlamentos e governos) através dos canais discursivos dispostos em redes de múltiplas esferas públicas.

---

<sup>11</sup> Embora para muitos teóricos, a esfera pública confira à democracia mais legitimidade, o fato de seu surgimento estar atrelado à ascensão da burguesia traz duas implicações teóricas muito polemizadas na obra de Habermas: a) a esfera pública inevitavelmente está relacionada à outra atividade da vida social intimamente ligada à burguesia: a imprensa/mídia.; b) a esfera pública passa a ser vista por muitos críticos como o âmbito dos homens, brancos, europeus e letrados — condições para a participação que a tornaria distante de uma ampla parcela da população e, por conseguinte, extremamente excludente. Outras objeções dizem respeito à expectativa exagerada depositada na virtude e na moral dos sujeitos políticos e às divergências quanto ao ideal normativo que seria extremamente elevado em termos das exigências morais para um debate racional e também pelas possibilidades materiais para que as pessoas pudessem se engajar em discussões que podem se estender por longos períodos quando baseadas na troca argumentativa (GOMES, 2007).

O conceito de Habermas alimenta a perspectiva deliberativa, uma alternativa teórica ao elitismo, predominante na teoria democrática desde o início da década de 1940. A idéia da discutibilidade como caminho para a constituição do bem comum coloca as exigências para além do ato de votar ou da ação plebiscitária dos governantes sondarem a opinião dos eleitores. Nesse contexto, a legitimidade das decisões se justifica não só pelo seu conteúdo procedimental, mas pelo ganho moral advindo da troca de argumentos em um contexto livre de qualquer coerção. A democracia passa a ser o resultado de trocas comunicativas que se estabelecem em uma *esfera interativa* em que *racionalidade e participação* se conciliam (AVRITZER, 1996, p.20 e 21).

Embora saibamos que o uso do termo esfera pública exija muita parcimônia, pois tem sido assimilado ou utilizado por pesquisadores de diferentes formas, entendemos o conceito como o domínio social de troca de razões. Partimos da premissa de que os debates travados são fundamentais para que os cidadãos participem de transformações sociais e políticas. Como aponta Dryzek, é na esfera pública que ocorre a circulação das idéias, essencial para a legitimidade democrática que:

pode ser buscada na ressonância de decisões coletivas junto à opinião pública, definida em termos de um resultado provisório da competição de discursos na esfera pública conforme transmitido ao Estado ou outras autoridades (como as transnacionais) (DRYZEK, 2004, p.58).

Para Dryzek, tanto a formulação de políticas públicas quanto processos sociais, que não passam necessariamente pelo campo da política institucional, são sempre atravessadas pelos debates na esfera pública<sup>12</sup>. Consideramos relevante pensarmos a *competição discursiva* que se constitui para entendermos o processo de *favelização* no Brasil.

Do cinema ao jornalismo, passando pelos programas de entretenimento, identificamos pelo menos cinco discursos sobre a temática da favela. Gostaríamos de ressaltar que essa divisão é analítica, tendo em vista que os discursos se cruzam e se perpassam em vários momentos: a) Discurso da violência e do tráfico; b) Discurso da chaga social; c) Discurso da falta e da carência; d) Discurso do idílio e e) Discurso da diversidade.

---

<sup>12</sup>Um dos grandes dilemas dos estudos sobre democracia deliberativa é como efetivamente todos os cidadãos podem participar efetivamente dos processos de debate. Dryzek apresenta uma importante contribuição para resolver esse dilema. Não podemos pensar os discursos associados diretamente a sujeitos e grupos. É necessário um entendimento mais fino da questão: “O próprio Habermas agora fala de uma “comunicação sem sujeito” [*subjectless communication*] dispersada que gera a opinião pública. De forma semelhante, Benhabib fala de uma

No *Discurso da violência e do tráfico*, o crime e o tráfico ganham uma supervalorização de forma que as favelas são vistas apenas como o lugar da desordem. Esse discurso, em alguma medida, alimenta visões estereotipadas que relacionam o morador da favela sempre à ilegalidade. O crime e o tráfico tendem a ser vistos como consentidos pelos moradores. As favelas são apresentadas como zonas de guerra, em que há toque de recolher e onde os não-moradores não são bem-vindos. Nessa perspectiva, as gangues e as quadrilhas tomam conta do morro, assumem o papel de Estado, ocupando, em certo sentido, as funções do Executivo e do Judiciário. Esse padrão discursivo é bastante evidente em matérias jornalísticas que apresentam as favelas como um lugar sem lei, de briga entre gangues e facções criminosas, onde impera a lei do silêncio. As matérias ao falar de chacinas, crimes e desovas de cadáver apontam as favelas como um problema insolúvel.

O *Discurso da chaga social* revela como as favelas são apresentadas como um problema social, urbanisticamente confusas, um desvio de rota arquitetônico. Um mal que atinge o conjunto da cidade que deve ser eliminado da paisagem para se restabelecer a normalidade. Nessa perspectiva, emerge a preocupação do avanço das favelas sobre as cidades e seus bairros, o que leva à desvalorização imobiliária. Algo inaceitável arquitetonicamente. A representação da chaga social atrela-se às propostas de remoção que, em muitos momentos, mostrou-se uma política ineficaz para resolver a questão de habitação para os moradores.

Não é à toa, então, que ela [a favela] é considerada uma *disfunção*, um problema que afeta a saúde da cidade. A Revista Veja expressou, em uma de suas capas, esse juízo marcado pelo temor: acompanhada da manchete “A periferia cerca a cidade”, apresenta-se uma imagem na qual as construções de alvenaria, em cor escura — remetendo à visão de formigas saúvas em movimento —, vão *devorando* gradativamente prédios brancos e limpos (SILVA, 2005, p 58).

O *Discurso da falta e da carência* reúne concepções das favelas como locais da ausência e da precariedade. São espaços da ilegalidade, territórios sem lei em que tudo é possível, onde os moradores não pagam impostos, e há um crescimento desordenado. Faltam boas escolas, os moradores não são escolarizados. Há carência econômica, as pessoas estão desempregadas, vivem abaixo da linha da miséria. São locais que necessitam de intervenções sociais em função da carência por excelência. Se a pessoa é moradora de favela, logo é carente.

---

“conversação pública anônima” [*anonymous public conversation*] em “redes e associações de deliberação,



Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade (...) (ZALUAR & ALVITO, 1999, p.7 e 8).

Valladares pontua que o discurso da carência e da falta costuma ser acionado para se justificar a implementação de projetos sociais nas favelas em detrimento de outras regiões (2005). Oliveira & Marcier (2004) também identificam de forma recorrente tal padrão discursivo em diversas músicas que tratam da temática:

**Acender as velas (1965)**

Zé Kéti

(...) Deus me perdoe/ Mas vou dizer/O doutor chegou tarde demais/ Porque no morro/ Não tem automóvel prá subir/ Não tem telefone prá chamar/ E não tem beleza prá se ver/ E a gente morre sem querer morrer.

**Morro do Barraco sem água (1970)**

Roberto Correa, Jon Lemos

(...) No barraquinho sem água/ A gente vive a amar/E e a nega/Mais um neguinho bonito/ Já está prá chegar/ Da minha nega/ Mais uma latinha de água/Vou ter que arrumar/ Ó minha nega/ Mais uns trocados pro leite/ Vou ter que arrumar/ Pró Negrinho criar/ Ei! (OLIVEIRA & MARCIER, 2004).

As composições localizam um determinado período de dificuldades enfrentado pelas favelas, década de 1960 e 1970, quando, em muitas favelas, ainda não havia água encanada, rede de esgoto, pavimentação.

*O Discurso do idílio* expressa algumas tentativas de se criar representações positivas que podem cair no extremo oposto, ou seja, quando as favelas são pintadas como lugares quase perfeitos. De forma romantizada, a favela aparece como o espaço da solidariedade, em que a relação entre os moradores é mais próxima, as pessoas se conhecem e se ajudam. Esse discurso enfatiza as peculiaridades das favelas de forma tão extrema que as aproxima do exotismo. No cinema, encontramos exemplos de filmes em que a romantização: *Orfeu Negro*, *Favela dos Meus Amores*, *Rio Zona Norte* (BENTES, 2002). A arte, a cultura popular, o carnaval e o samba, aparecem como a única saída e alternativa à miséria.

A cultura do samba e dos morros é vista, de forma recorrente como um “nicho”, uma espécie de “quilombo” urbano ao mesmo tempo integrado e isolado da cidade. Território de crises, de fissuras, mas também nicho de tesouros e riquezas culturais e simbólicas que se abrem, se expõem, se oferecendo à integração e pilhagem (BENTES, 2002, p.78).

Na tentativa de retratar de forma positiva a vida nos morros, esse discurso pode apresentar a miséria transubstanciada em primitivismo, arcaísmo e simplicidade (Bentes, 2002). Algumas representações reforçam as imagens estigmatizantes dos moradores de favelas uma vez que enquadram a todos sem distinguir as singularidades:

Os favelados são transformados outra vez em “índios”, numa humanidade original que dispara fantasias de uma democracia racial, onde os negros pagam suas mercadorias com beijos e onde a sexualidade lúdica e brincante é contagiante (BENTES, 2002, p.80).

Silva mostra que a percepção romanceada reforça visões estereotipadas dos moradores de favelas que, por estarem nessas condições, não teriam que pagar taxas de energia, esgoto e água, por exemplo. Silva destaca que tal prática representa uma lógica individualizada na resolução de problemas sociais, o que impediria a implementação de políticas públicas que de fato possam solucioná-los.

Na representação *progressista*, os residentes em favelas, há algumas décadas, eram identificados por alguns setores sociais como *bons favelados*. O juízo estabelecia uma analogia com a visão romântica do *bom selvagem*, símbolo antimoderno de uma cidade racional e individualista. Embora essa idealização ainda se faça presente, tornou-se mais comum, entre os que assumem a perspectiva identificada como *progressista*, sua identificação como *vítimas passivas* — e intrinsecamente infelizes — de uma estrutura social injusta (SILVA, 2005, p. 60).

É certo que tanto os discursos que só ressaltam os aspectos negativos das favelas quanto os que as apresentam como lugares sem problemas contribuem para representações que não abarcam a complexidade desses espaços.

O *Discurso da diversidade* aponta, nessa perspectiva, as favelas como espaços diversificados culturalmente, economicamente e socialmente. Elas também são apontadas como locais singulares, criativos, onde são empreendidas ações para inovações. As saídas para os problemas das favelas viriam da interação entre diferentes atores sociais.

A caracterização dos discursos é importante para pensarmos a tensão entre perspectivas sobre a favela. Mas, delimitar onde um padrão discursivo começa e o outro termina é uma tarefa complexa, tendo em vista que estão intimamente relacionados. O filme

*Cidade de Deus*, por exemplo, apesar de apontar para uma leitura preferencial sobre a violência e o tráfico também traz outros elementos ao mostrar que os jovens envolvidos com o tráfico necessitam ou buscam um reconhecimento social. Eles querem ser respeitados pelas “comunidades” onde vivem e pela sociedade em geral. O desejo de Zé Pequeno, um dos personagens centrais da trama, de aparecer nas manchetes de jornais evidencia uma busca do morador de favela por estima social embora ele o faça por meio da transgressão às leis.

### 1.2.1 - As favelas e seus próprios canais de comunicação

Desde o início do processo de favelização no Brasil, alguns moradores de favelas perceberam a relevância de participarem na construção social dos entendimentos sobre a realidade na qual estavam inseridos. Nem sempre dispo de recursos técnicos, mas antenados com a importância dos meios de comunicação para dar visibilidade às suas demandas, os grupos criam seus próprios canais de comunicação. Identificamos dezenas de exemplos de meios alternativos nas favelas cariocas e belo-horizontinas. Há registros de jornais comunitários editados no Rio de Janeiro no início do século 20 (SILVA, 2005, p. 40). O impresso *A Voz do Morro* expressa a intenção de fazer frente aos vínculos hegemônicos da época:

A cidade, em sua luz feérica, com a elegância dos que nela imperam, vai quedar extasiada quando o nosso jornalzinho lhe surgir aos olhos acostumados aos magazines de luxo e jornais gritantes e dominadores. He de lhe causar dúvida que estas páginas hajam descido os caminhos íngremes do morro da Mangueira ao lado dos sambas que ela canta entusiasta e folgazã na avenida repleta, glorificando o deus da galhofa. Mas a sua identidade se estabelecerá de pronto, pois que elas não lhe falarão dos sambas dedilhados em pianos caros, mas só, só e unicamente do samba pobre e espontâneo que ecoa no barracão como hino fácil. E aqui está, traduzida pela “estação primeira”, a escola campeã, a imprensa do morro<sup>13</sup> (*apud* SILVA, 2005).

Em Belo Horizonte, os moradores conseguiram montar rádios comunitárias no Taquaril, Pedreira Prado Lopes, Aglomerado Santa Lúcia e na favela Cabana.

---

<sup>13</sup>Silva (2005, p.40) apresenta o texto para mostrar que no *campo dos media*, há uma preocupação de se oferecer canais alternativos que contraponham às visões hegemônicas que criam representações equivocadas sobre as favelas. O trecho é parte do editorial de *A Voz do Morro*, março de 1935, p.1. A publicação encontra-se na Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa.

A música foi um dos primeiros e um dos mais importantes canais utilizados por moradores de favelas (OLIVEIRA & MARCIER, 2004). Esse uso está bastante circunscrito ao Rio de Janeiro, embora também identifiquemos diversos exemplos em Belo Horizonte nos últimos dez anos<sup>14</sup>. O antropólogo Hermano Vianna pontua como a música e a produção cultural ao seu entorno criam canais de expressão para uma parcela da população colocada à margem pelos meios massivos:

Não tenho dúvida nenhuma: a novidade mais importante da cultura brasileira na última década foi o aparecimento da voz direta da periferia falando alto em todos os lugares do país. A periferia se cansou de esperar a oportunidade que nunca chegava, e que viria de fora, do centro. A periferia não precisa mais de intermediários (aqueles que sempre falam em seu nome) para estabelecer conexões com o resto do Brasil e com o resto do mundo. Antes, os políticos diziam: “vamos levar cultura para a favela”. Agora é diferente: a favela responde: “Qualé, mané! O que não falta aqui é cultura! Olha só o que o mundo tem a aprender com a gente!” (VIANNA, 2005).

A música tem sido um importante *medium* para reflexão do lugar social do morador de favela. No início do século 20, o samba foi um espaço simbólico para apresentação de questões, tornando-se um meio de comunicação eficaz na politização de temas relacionados às favelas:

Longe de se reduzir a meras referências descritivas, a abordagem do tema na MPB torna possível evidenciar, de um lado, a extensa e intrincada rede de relações sociais que se atualizam na favela e, de outro, a dinâmica de sua própria transformação. Por meio de uma linguagem multifacetada, em que se combinam a idealização e o realismo cortante, o protesto e a ironia, as músicas sobre a favela, como fragmentos de um quebra-cabeça, articulam-se em seu conjunto para reconstruir poeticamente, aquele espaço social (OLIVEIRA & MARCIER, 2004, p.104)

Na década de 80 e 90, surge no cenário brasileiro o rap também como *medium* de expressão para os jovens de favelas e, recentemente, ganha evidência o funk como o *locus* de demandas que ganham publicidade.

Com esse mesmo intuito, em Belo Horizonte, a Rádio Favela<sup>15</sup> desempenhou papel fundamental ao colocar em discussão o termo favela. Em um momento que o processo de

---

<sup>14</sup> É o caso dos grupos NUC (Alto Vera Cruz), Arautos do Gueto (Morro das Pedras), Berimbrown (região do Glória). Esses artistas colocam com centralidade em suas músicas questões e demandas relacionadas às favelas e periferias belo-horizontinas.

<sup>15</sup> A Rádio Favela foi fundada em 1981. A história da rádio é marcada por diversos processos de interdição, quando os transmissores eram lacrados pelo Ministério das Comunicações. “ ‘Você está na Favela’ – É com esta frase que o ouvinte é saudado, ao sintonizar a Rádio Educativa Favela FM (104,5), concebida por moradores da

favelização estava esquecido na capital mineira, a emissora se assume como um veículo da favela e não usa nenhum tipo de subterfúgio ao se autodenominar. Misael Avelino, um de seus fundadores, desapega-se totalmente de toda carga negativa que o termo engendra e, em suas próprias palavras, “usa o microfone para amplificar o que os moradores de favelas têm a dizer”.

Como propõem França e Simões (2002), há uma divergência entre alguns moradores — entrevistados pelas autoras — que vêem a rádio como representante dos excluídos e outros que consideram que ela não cumpre este papel. Não vamos entrar no mérito dessa questão, mas ressaltamos como a Rádio Favela se torna um marco em Belo Horizonte justamente por questionar e propor uma nova representação da favela e dos moradores. A pesquisa nos aponta como a carga pejorativa que o termo carrega impede que alguns moradores se identifiquem assim:

Em grande medida, a insistência da rádio em ser favela — é a Rádio Favela, situada na favela, que fala pela favela através do “favelês” — vai ferir a representação que as pessoas da comunidade gostariam de construir. A própria denominação — “favela” e “favelado” — soa às vezes incômoda. Os grupos de baixa renda não dizem que moram em “favelas”, mas em “vilas”. Nas entrevistas, as pessoas faziam questão de marcar uma diferença entre elas e o estigma do “povo favelado”. Há um desejo de desconstruir a imagem negativa da favela — sem infra-estrutura, suja, feia, violenta — e de seus moradores — violentos, marginais, ladrões, criminosos — e, assim, construir uma outra representação (FRANÇA e SIMÕES, 2002, p.237).

A divergência com relação à auto-representação do morador de favela ocorre, porque enquanto os moradores ordinários entendem o termo a partir da representação proposta pelo “asfalto”, os fundadores da Rádio Favela propõem novos entendimentos que entram na disputa pela construção de sentido. Eles não propõem escamotear o fato de serem moradores de favelas, mas, pelo contrário, apresentam novos entendimentos sobre essa questão.

Também temos exemplos da rádio comunitária na Pedreira Prado Lopes e no Aglomerado Santa Lúcia com a Rádio Popular e posteriormente com a Rádio União. Devido à restrição apresentada pelos próprios suportes (jornal impresso com tiragem limitada, rádio

---

Vila Nossa Senhora de Fátima, situada no Aglomerado Serra, um dos mais amplos conjuntos de favelas de Belo Horizonte. A origem da Rádio Favela, segundo seus integrantes, remonta aos eventos de cunho musical e cultural que surgiram como alternativa de lazer em locais próximos ao Aglomerado, no final dos anos 70. Esses eventos passaram a se constituir em ponto de encontro e espaço de expressão e discussão de seus frequentadores. A fim de dar visibilidade às discussões, um grupo de amigos decidiu criar um canal de comunicação, um espaço para divulgar a cultura negra, falar sobre a discriminação social e racial e conscientizar os jovens em relação à violência e às drogas” (FRANÇA, 2002, p.226).

com alcance limitado, vídeos com circulação restrita), essas rádios tinham suas emissões captadas apenas pelas comunidades onde foram originadas.

O quadro apresentado nos revela que a utilização de ferramentas da Internet não representa uma descontinuidade na relação de moradores de favelas com meios de comunicação, mas um certo aprimoramento de conhecimentos associados aos usos de novas tecnologias de comunicação e informação. Nesse contexto, as tecnologias de comunicação e informação (TICs) abrem novas perspectivas. A informação colocada no ciberespaço potencialmente pode ultrapassar limites físicos e atingir um público diferido (não presencial e imediato) e difuso (uma ampla gama de pessoas) (BRAGA, 2001).

Antes de propriamente entrarmos na discussão sobre os usos políticos sobre a internet, consideramos ser importante contextualizar a luta empreendida pelas favelas. Consideramos relevante, para compor o nosso quadro analítico, entender os aspectos morais que perpassam os discursos sobre as favelas e conformam representações. Propomos uma argumentação teórica tentando mostrar que aspectos distributivos, apontados com causa da existência das favelas, não explicam completamente o fenômeno. É preciso olhar com atenção os aspectos simbólicos que permeiam tal processo.

*Alvorada lá no morro, que beleza  
Ninguém chora, não há tristeza  
Ninguém sente dissabor  
O sol colorindo é tão lindo, é tão lindo  
E a natureza sorrindo, tingindo, tingindo  
( a alvorada )  
Alvorada (Cartola/1976)*

## Capítulo 2 – O processo de favelização e o conflito moral

No capítulo anterior, caracterizamos os padrões discursivos sobre as favelas, identificamos em alguns deles a idéia de o processo de favelização como resultado, sobretudo, de problemas distributivos. Watanabe e Braga (1960, p.70) apontam que, em Belo Horizonte, constituíram-se a partir da desigualdade econômica, e as condições de extrema pobreza denunciam as discrepâncias do Brasil. No entanto, as diferenças econômicas não são suficientes para explicá-las. Elas são comumente associadas à má-distribuição de renda, às desigualdades sociais e à falta de políticas públicas na área da habitação.

Consideramos necessário agregar algumas variáveis à discussão sobre favelas e iniquidade distributiva, uma vez que tais aspectos são as pontas do iceberg e não explicam completamente, nas palavras de Souza, “por que as pessoas, e muito especialmente uma determinada classe de pessoas, sentem humilhação e mal-estar como sua experiência cotidiana” (2006, p.11). Ao apontar a “gramática social da desigualdade brasileira”, Souza questiona os motivos que fizeram com que as diferenças sociais tenham se naturalizado no país. A desigualdade brasileira está associada ao que o autor chama de vínculo perdido entre “padrão de modernização, dominação opaca e impessoal, formação de consensos *pré-reflexivos* e a naturalização da pobreza” (p.10). Para Souza, é necessário tirar a cortina de fumaça que encobre nosso conflito de classe cuja base é formada por diferentes grupos sociais, relações de solidariedade ou de preconceitos a partir de juízos morais.

A reprodução de classes marginalizadas envolve a produção e a reprodução das pré-condições morais, culturais e políticas da marginalidade. Elas desconhecem que a miséria dos desclassificados é produzida objetivamente não apenas sob a forma de miséria econômica, mas também sob a forma de miséria emocional, existencial e política (SOUZA, 2006, p.10).

Souza aponta que os conflitos de classe são atravessadas por relações de dominação e poder que procuram mascarar que há um acesso seletivo e arbitrário de classes inteiras em detrimento de outras aos poucos recursos da sociedade. Apesar de considerar fundamental evidenciar essa luta de classes, Souza considera que a perspectiva marxista não dá conta de toda a complexidade das sociedades modernas. São necessárias chaves conceituais que enfoquem também os aspectos valorativos, morais e simbólicos dos conflitos. Segundo ele, é preciso ampliar a idéia de conflito de classes sociais para além da determinação econômica



que encobre outros aspectos que as conformam (culturais e simbólicos). Dessa forma, Souza propõe uma noção de estratificação que combina aspectos econômicos e socioculturais e vincula a situação de classe a uma “condução de vida específica”. O esforço por ele empreendido consiste em reunir uma reflexão teórica e empírica que explique a complexidade do quadro de desigualdade no Brasil a partir da “teoria da ação social”. Para tanto, ele busca elementos na teoria do reconhecimento, principalmente em Taylor, mas também em Honneth. Compartilhamos o pressuposto expresso por Souza de se examinar a importância da auto-estima individual e do reconhecimento social para se entender a busca por justiça social: “para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada” (SOUZA, 2006, p.31 e 37).

Como ressalta Valladares, estudos colocam a favela como o local por excelência de moradia dos pobres. Essa relação entre favela e pobreza parte de um entendimento predominantemente calcado nas diferenças distributivas. A partir dessa perspectiva, a luta dos moradores de favelas por melhores condições de vida passa pela busca por empregos, salários e por melhorias urbanísticas. No entanto, ao longo dos cem anos de existência das favelas, muitas dessas demandas distributivas foram em parte sanadas: muitas favelas receberam urbanização, há um número cada vez maior de pessoas que se qualificam para o mercado de trabalho, muitos moradores de favelas estão empregados.

As demandas distributivas nas favelas existem sem a menor dúvida e são realmente questões centrais para a melhoria das condições de vida dos moradores. Parece-nos, no entanto, que pensar as favelas somente como resultado de problemas distributivos não abrange todos os aspectos do processo de favelização e coloca, em segundo plano, as disputas de valores.

O conflito moral que motiva a luta de moradores de favela, em nosso entendimento, tem base no seguinte paradoxo: se por um lado, entendemos que a favela é fruto de problemas sociais; por outro, esse entendimento contribui para a interpretação equivocada do morador de favela como seres "inferiores", inaptos socialmente. Encontramos nessa contradição experiências morais alimentadas por sentimentos de desrespeito presentes em interações sociais nas quais os moradores de favelas estão inseridos. Ao mapearmos os padrões discursivos pareceu-nos evidente a força desse paradoxo. As favelas efetivamente precisam de melhorias materiais, mas não são espaços apenas de carência. Por sua vez, os moradores enfrentam problemas das mais diferentes naturezas, mas, nem por isso podem ser desconsiderados como sujeitos de direito, dotados de autonomia e capazes de, juntamente

com outros atores sociais, colaborarem para a construção da sociedade como um todo. Uma sociedade igualitária deve estar disposta a ouvir e a dialogar com os moradores de favelas sobre a realidade desses locais, mas também sobre a realidade da cidade em sua totalidade. Essa luta por estima social está latente no Brasil e costuma receber visibilidade em momentos de crise, sobretudo, quando há um aumento nos índices de violência.

As lutas por reconhecimento dos moradores de favelas se processam em diferentes e inter-relacionados âmbitos e formas: na organização em associações comunitárias; em mutirões para a melhoria das condições urbanísticas; na criação de pré-vestibulares comunitários; nas reuniões de orçamento participativo e, principalmente, nas interações cotidianas que moradores estabelecem com outros atores sociais dessa parcela da população tendo em vista, entre outros, a conquista da estima social.

Nesse contexto, tentamos entender como questões da ordem do reconhecimento estão imbricadas com as de redistribuição (Fraser, 1997)<sup>16</sup>. A nosso ver, no campo da ciência política, a teoria do reconhecimento trata com bastante propriedade dessas questões. Honneth, por exemplo, adota um modelo calcado na idéia de identidade e no princípio de auto-realização, argumentando que os processos de formação de identidades e de alteridade ocorrem principalmente nas interações sociais cotidianas. A luta por reconhecimento materializa-se no campo discursivo, entendido para além de seu aspecto lingüístico, mas, sobretudo, como processo relacional em que os sujeitos estão se constituindo como tais e, ao mesmo tempo, construindo e experienciando o mundo.

Ao pensarmos apenas os aspectos distributivos, muitas vezes, negligenciamos as influências fundamentais relacionadas à construção das identidades sobre o processo de favelização. Ao reivindicar uma outra compreensão sobre os termos “favela”, “favelado”, “morador de favela”, os moradores se vêem diante de um emaranhado de relações entre discursos, identidades, representações e experiências. No processo de luta pela autoconfiança, auto-respeito e auto-estima, eles estão diretamente envolvidos nos processos de interações discursivas.

---

<sup>16</sup> Há um amplo debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth quanto à teoria do reconhecimento. Consideramos o debate fundamental, mas a idéia de reconhecimento proposta por Honneth atende de forma melhor às questões levantadas por nossa pesquisa, pois ele apresenta-se preocupado não apenas com as lutas que já alcançaram a visibilidade pública mas com aquelas lutas que ainda não alcançaram esse patamar e o autor através das três formas de reconhecimento fornece critérios claros para determinarmos em que estágio determinada sociedade se encontra em termos de suas lutas por reconhecimento (Honneth, 2003). Não vamos aprofundar nessa discussão em nossa dissertação por considerar que não poderíamos contemplá-lo de forma adequada sem sairmos muito da lógica argumentativa de nossa pesquisa.

Ao fazer a revisão de literatura sobre o processo de favelização, identificamos como são expressivos os juízos morais sobre esses espaços e, conseqüentemente, sobre seus moradores. As repetidas tentativas de participarem da esfera pública, através de veículos como o jornal “A Voz do Morro”, A Rádio Favela, O Observatório de Favelas, entre outros exemplos, mostram que a luta para apresentar as questões dessa parcela da população é o pano de fundo de outras reivindicações.

O conceito de reconhecimento proposto por Honneth (2003) busca inspiração nos apontamentos teóricos de Hegel e na base empírica apresentada por G.H. Mead na psicologia social. Honneth vê em Hegel um avanço no entendimento da constituição da sociedade à medida que a luta social não se dá para a autoconservação dos indivíduos, mas, pelo contrário, constitui-se como uma construção intersubjetiva de afirmação das identidades particulares que resulta efetivamente na constituição do mundo vivido.

A vinculação das teorias de Hegel e Mead feita por Honneth situa a luta pelo reconhecimento dentro de um contexto comunicacional/relacional, como um processo atravessado pela formação da identidade, a desestabilização das representações e pela intervenção discursiva no mundo. Por isso, as questões distributivas estão relacionadas diretamente a uma gramática moral que orienta as interações sociais.

No entendimento filosófico de constituição social, a função pragmática da linguagem evidencia o modo pelo qual efetivamente se constróem os entendimentos compartilhados que dão materialidade às interações sociais. A nossa relação com o mundo está diretamente associada às formas como construímos sentido sobre nós mesmos, sobre o outro e sobre o mundo em torno de nós. Para Mead (1993), a linguagem é a base dos atos sociais uma vez que os sentidos são produzidos na experiência da interação. É importante destacar que a análise de Mead se dá a partir das relações face a face. Acreditamos, no entanto, que mesmo em interações mediadas por máquinas — em nosso caso específico a Internet — a função pragmática da linguagem continua sendo um aspecto central para o entendimento das interações.

## **2.2 - Do amor à estima social: a contribuição do sujeito nas inovações sociais**

A partir da perspectiva de Honneth (2003), podemos inferir que os problemas de ordem material e econômica que atingem os moradores de favelas passam por questões morais ligadas ao reconhecimento. O autor utiliza três padrões de reconhecimento: o amor, a igualdade de direitos, a estima social. Quando o sujeito vive plenamente a experiência do amor, ele cria autoconfiança. A igualdade de direitos o possibilita o auto-respeito e, a estima social, a auto-estima. Os três âmbitos propostos trazem, para a teoria política, aspectos dos conflitos sociais que costumam ficar em segundo plano: as interações sociais cotidianas, regidas por aspectos morais e juízos de valores.

Analisaremos, em nossa pesquisa, a inserção dos moradores de favelas na sociedade tendo em vista a centralidade atribuída aos sujeitos nos processos de inovações sociais. A teoria nos permite entender como os processos de construção identitários estão diretamente imbricados com as construções sociais. Pretendemos observar especificamente como o âmbito da estima social aparece expresso em sites e portais que acolhem depoimentos de moradores de favelas cariocas e belo-horizontinas.

O âmbito do amor é extremamente relevante, mas não teríamos como verificar, nos sites, os processos de desrespeito à autoconfiança, ocorridos nas relações primárias. Em tese, a perspectiva do direito também possibilita-nos uma reflexão profícua à medida que a normatividade das leis necessita de dialogar com a validade das mesmas que se dá a partir do reconhecimento do outro como sujeito de direito. No entanto, também teríamos dificuldades para aplicá-lo à nossa pesquisa, pois o próprio Honneth salienta as dificuldades metodológicas de análise empírica envolvendo esse âmbito. No entanto, os três níveis estão relacionados, e sua interseção permeia nossas análises de modo a permitir que identifiquemos como o sujeito alcança o reconhecimento de seu status moral.

a) O primeiro âmbito do reconhecimento, o amor, está ligado à esfera das relações familiares e de amizade. As relações primárias são essenciais para que os indivíduos, a partir da afetividade, tenham confiança em si próprios. A partir dessas relações, o indivíduo adquire autoconfiança e segurança emocional. Quando, de alguma forma, há um desrespeito a essas condições o indivíduo perde a autonomia sobre seu corpo. Por sua vez, o desrespeito à integridade física — quando uma pessoa é torturada ou escravizada — leva o indivíduo a perder autonomia sobre o seu corpo, ferindo a sua autoconfiança. São necessárias pré-

condições psicológicas para que os indivíduos desenvolvam o auto-respeito, fundamental para que tenha boas relações nos outros âmbitos. Tais condições começam a se desenhar logo nos primeiros anos de vida dos indivíduos. Para que a socialização ocorra, é necessário que mãe e filho entendam que são indivíduos distintos. Nesse processo de desligamento, o filho necessita se sentir amado para obter autoconfiança. A necessidade de afeto se estende para outras relações primárias.

Se o amor representa uma simbiose quebrada pela individuação recíproca, então, o que nele encontra reconhecimento junto ao respectivo outro é manifestamente apenas sua independência individual; em razão disso, poderia sugerir a miragem de que a relação amorosa seria caracterizada somente por uma espécie de reconhecimento que possuiria o caráter de uma aceitação cognitiva da autonomia do outro (HONNETH, 2003, p. 178).

Como salienta o autor, as relações primárias não caracterizam apenas o ato de reconhecer a autonomia do outro. Trata-se de uma experiência mútua entre os indivíduos de um processo duplo de liberação e ligação entre eles em que a autonomia de cada um se constrói a partir dessa sustentação afetiva.

Não vamos, em nossa pesquisa, tratar do âmbito das relações primárias dos moradores de favelas, mas faz-se necessário entendermos a relevância dessas para a formação da autonomia individual dos sujeitos. Nas palavras de Honneth, a autoconfiança é “base indispensável para a participação autônoma na vida pública” (2003, p. 178)

b) O segundo âmbito é o reconhecimento jurídico, que encampa a igualdade de direitos. As interações devem ser guiadas por um sentimento de respeito recíproco entre os indivíduos que se enxergam mutuamente como portadores de direitos. A dimensão do “outro generalizado”<sup>17</sup>, nas interações sociais é fundamental para os indivíduos encararem o interlocutor como sujeito de direitos e deveres e se reconhecerem também com status tal. Os

---

<sup>17</sup>MEAD, G.H. *Espiritu, persona y sociedad*. 2 ed. México: Paidós, 1993. Para Mead: “É na forma do outro generalizado que os processos sociais influem na conduta dos indivíduos envolvidos neles e que os levam a cabo, de fato, é nessa forma que a comunidade exerce seu controle sobre o comportamento de seus membros individuais; porque dessa maneira o processo ou a comunidade social entra, como fator determinante, no pensamento do indivíduo. No pensamento abstrato, o indivíduo adota a atitude do outro generalizado para si próprio, sem referência à expressão que o referido outro generalizado pode assumir em algum indivíduo determinado; no pensamento concreto, adota essa atitude na medida em que é expressa na conduta por parte daqueles outros indivíduos junto com quem está envolvido na situação ou o ato social dado. Mas, somente adotando a atitude do outro generalizado feito ele - em uma ou outra dessas maneiras - lhes é possível pensar, porque somente assim pode se dar o pensamento. E somente quando os indivíduos adotam a atitude ou atitudes do outro generalizado, se faz possível a existência de um universo de raciocínio, como o sistema de significações sociais ou comuns que o pensamento pressupõe”. (Mead, 1993, p.186)

direitos aparecem como pretensões individuais em relação às quais alimento a expectativa de que o outro generalizado as satisfaça. Quando um desses direitos é processado cognitivamente nas relações intersubjetivas, o indivíduo se entende como parte de uma coletividade. Quando alguém se reconhece como pessoa de direito está incorporando as normas reconhecidas na sociedade, mas, ao mesmo tempo, está afirmando sua singularidade.

A perspectiva do outro generalizado aparece como fundamental para que cada um se entenda como parte de uma comunidade e, conseqüentemente, como portador de direitos. As garantias legais devem dar condições para que os indivíduos, intersubjetivamente, se reconheçam e se respeitem. Honneth aponta que o indivíduo pode ser “considerado portador de direitos quando reconhecido socialmente como membro de uma coletividade” (HONNETH, 2003, p. 180).

Visto que desse modo uma disposição para a obediência de normas jurídicas só pode ser esperada dos parceiros de interação quando eles puderam assentir a elas, em princípio, como seres livres e iguais, migra para a relação de reconhecimento do direito uma nova forma de reciprocidade, altamente exigente: obedecendo à mesma lei, os sujeitos de direito se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais. (Idem, p.182)

O âmbito do direito garante o auto-respeito moral. Quando isso não ocorre, o indivíduo torna-se estruturalmente excluído da posse de determinados direitos na sociedade. Trata-se de um desrespeito cognitivo da capacidade moral dos indivíduos. A pessoa passa a ocupar uma posição desigual na ordem social institucionalizada não podendo gozar de direitos que legitimamente lhes caberia.

c) O terceiro âmbito está relacionado às experiências de solidariedade que se apresentam na sociedade. O “respeito social” salienta o “valor” de um indivíduo, na medida em que este se mede intersubjetivamente pelos critérios de relevância social (HONNETH, 2003, p. 184). O desrespeito à estima social representa uma degradação de uma forma de vida, de valores culturais. "Ela tira dos sujeitos atingidos toda a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades" (Idem, p.17). A estima social difere-se do direito, uma vez que o reconhecimento jurídico pressupõe primeiro uma apropriação das normas e leis pelos indivíduos e depois a validação ou não dessas nas interações cotidianas, enquanto a estima vai na direção contrária. Partimos dessas interações cotidianas para fazermos e atribuímos escalas de valorações sobre os sujeitos e situações a partir de “propriedades e capacidades concretas”. Esse “sistema referencial valorativo” é guiado pelo respeito moral

recíproco entre os indivíduos. No nível do reconhecimento jurídico, todo ser humano deve ser considerado, de acordo com Honneth, um “fim em si”. O autor lembra que “a estrutura do reconhecimento jurídico ainda não pode ser determinada adequadamente em seus detalhes” (Idem, p.185). Ele enfatiza a necessidade de fazer uma diferenciação entre os diversos tipos de respeito: o garantido pelo direito e o motivado pela estima social. Nesse sentido, o sujeito, mesmo tendo todos os seus direitos garantidos pode não ser socialmente estimado, ou seja, suas opiniões e perspectivas podem não ser levadas em conta pelo conjunto da sociedade. Não podemos, todavia, estabelecer uma relação direta entre garantia de direitos e estima social, como um sendo conseqüência do outro. Por certo, não poderíamos dizer que a falta de direitos automaticamente representaria uma perda de estima social. Mas é certo que estas duas dimensões estão imbricadas no processo de constituição de uma sociedade mais justa.

Em nosso entendimento, ao utilizarmos as reflexões propostas por Honneth (2003), avançamos no sentido de pensar o processo de favelização de forma ampla na sociedade, mas, sobretudo, considerando a autonomia dos moradores. A partir da teoria do reconhecimento, entendemos a luta por melhores condições como algo que precede as carências materiais das favelas. O desrespeito aos direitos dos moradores e à sua possibilidade de contribuir coletivamente no contexto social corrobora a naturalização da favela como chaga e problema social. A ação de estigmatizar um morador de favela o inferioriza, reduzindo sua estima social e, conseqüentemente, gera uma situação de injustiça social. Por outro lado, o reconhecimento pressupõe a incorporação social na qual os cidadãos são capazes de participar de contextos cooperativos na sociedade:

Se nós considerarmos que tal reconhecimento compreende também a incorporação do cidadão no processo da cooperação social, a conclusão é que os programas de proteção econômica não bastam; o bem-estar do estado é então sujeito à exigência de que a cada indivíduo seja dada a possibilidade de participar em uma maneira elementar no contexto cooperativo da sociedade dando sua própria contribuição. A conclusão seria que cada indivíduo está em uma posição para agarrar seu *self* como um membro pleno de uma sociedade. (HONNETH, 2004, p.352)

A participação em baixos níveis ou a não-participação de moradores na esfera pública devido à degradação do reconhecimento desse grupo traz conseqüências materiais/distributivas diretas para essa população. Honneth (2004, p.353) aponta que os conflitos distributivos são a ponta de um *iceberg*, uma vez que muitos deles são motivados pela não incorporação das contribuições sociais de grupos e indivíduos que são desrespeitados

em um dos três âmbitos: o amor, o direito e a estima social. No capítulo anterior, vimos que ao longo do processo de favelização uma série de políticas públicas foram implementadas nas favelas sem que os moradores fossem ouvidos ou que pudessem participar da maioria dessas decisões. A não-inclusão dos moradores nessas decisões muitas vezes era justificada a partir de julgamentos morais que os colocavam ora como criminosos, ora como pessoas sem instrução ou como cidadãos necessitados de ajuda.

A participação dos moradores em processos de implementação de normas e decisões contribui para avanços sociais, tendo em vista que as lutas por reconhecimento são a força motriz da sociedade. O caráter constitutivo das interações sociais apresenta-se com um forte potencial inovador.

a luta por reconhecimento não somente contribui como elemento constitutivo de todo processo de formação para a reprodução de elemento espiritual da sociedade civil como influi também de forma inovadora sobre a configuração interna dela, no sentido de uma pressão normativa para o desenvolvimento do direito (Honneth, 2003, p. 95).

A partir dessa avaliação, defendemos a premissa que as mudanças sociais serão substantivamente mais relevantes quanto maior for a participação de diversificados grupos sociais. As experiências de injustiça e de desrespeito têm levado diversos moradores a se mobilizarem, articulando suas questões de modo a dar visibilidade para a ampla sociedade.

### **2.2.1 - Identidade do morador de favela: o “nós” e os “outros”**

Identidade é um conceito espinhoso cuja delimitação é motivo de prolongados embates teóricos. Embora não pretendamos nos aprofundar na trajetória deste debate intelectual, tentaremos apresentar alguns apontamentos que possam delimitar melhor o nosso entendimento sobre o conceito e a possibilidade de operá-lo quando falamos em luta de moradores de favelas por estima social. O processo de formação identitária está imbricado na luta por estima social. Os movimentos de representação e autodeterminação dos sujeitos relacionam-se com os processos de formação identitário à medida que os entendemos discursivamente como o ponto de encontro do que é atribuído aos sujeitos e de suas identificações. Segundo Hall (2001), a perspectiva sociológica de identidade pressupõe que “o núcleo interior do sujeito não é autônomo e auto-suficiente, mas é formado na relação com



‘outras pessoas importantes para ele’ que mediavam para os sujeitos valores e símbolos – a cultura – do mundo que ele/ela habitava” (HALL, 2001, p.11).

Defende-se que o sujeito compartilha, ao mesmo tempo, diferentes e, por vezes, até divergentes identidades. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente” (Idem, p.13). Não se pode limitar a identidade do sujeito aos parâmetros identitários tradicionais: gênero, raça, sexualidade, classe social. Um mesmo sujeito pode ter diferentes identificações que são flexíveis e flutuantes.

Na contemporaneidade, as identidades são atravessadas pelas imagens e representações disseminadas e distribuídas globalmente pela mídia. Os meios de comunicação criaram uma nova relação com o tempo-espaço, possibilitando aos sujeitos vivenciarem experiências de culturas diferentes sem a necessidade de deslocamento físico em pequenos espaços temporais. Há, em diversos locais, um movimento de reafirmação de identidade de determinados grupos como forma de demarcar a diferença com outros grupos. Esse movimento de demarcação das diferenças também possibilita a formação de *novas identidades*. Os sujeitos, embora tenham muitos pontos de diferença, unem-se em torno de *um eixo comum de equivalência* (HALL, 2001, p.86). A unidade representa um posicionamento político contra grupos hegemônicos. Assumir essas novas identidades cumprem um caráter *posicional e conjuntural (sua formação é para tempos e lugares específicos)* (p.86). Hall relata a formação identitária em torno do significante *black*. No contexto britânico, *black* abrigava tanto as comunidades afro-caribenhas como as asiáticas que guardavam muitas diferenças culturais entre si, mas se unificavam por serem não-brancos. Podemos arriscar que a mesma lógica serve aos moradores de favelas que, embora tragam diferenças significantes entre eles, adotam uma identidade coletiva de caráter posicional e conjuntural.

Quando se fala em moradores de favelas “a discussão da identidade é, no mesmo movimento, a discussão da alteridade, da diferença marcada que se tenta estabelecer entre o “nós” e os “outros” (ROCHA, 2006a; 2006b). França ( 2002, p.27) aponta a dificuldade ontológica de definir os limites entre esses pares indissociáveis. Por isso, não estamos nos propondo a entrar no mérito dessa diferenciação, pois estaríamos impossibilitadas de apresentar essas delimitações. Não há como explicá-los separadamente nem estabelecer relações de causalidade entre eles. No entanto, frequentemente, o “nós” e os “outros” passam a ser categorias definidas em relação às localizações geográficas do cidadão: morador do morro e morador do asfalto, morador da cidade formal e morador da favela. Muitas vezes, a

diferença é utilizada pelos movimentos sociais como forma de denunciar situações de injustiça ou de violação de direitos nas favelas. É aconselhável cuidado para que no esforço de mostrar que do lado sócio-econômico e sócio-jurídico esses espaços da cidade se apresentam de modo desigual não se crie uma divisão que só reforça o preconceito entre os moradores e os não-moradores. França (2002), no entanto, chama a atenção para o processo que está por trás da tensão entre esse par:

A “fala do outro” – a questão da alteridade – aparece quando ele toma para si o papel de construir seu próprio lugar de representação. A fala do outro é o discurso da diferença; [...] Ela desvela ou inaugura um *outro lugar* – e ao fazer isto, mexe com a própria estrutura e com o jogo dos posicionamentos (FRANÇA, 2002, p.42).

A perspectiva apontada por França revela o potencial político da formação da identidade, aspecto pelo qual consideramos entender melhor como essa relação entre identidade e transformação social se estabelece. A fala dos outros sobre “nós” e sobre eles próprios é fundamental para se pensar as representações tanto sobre “nós” como sobre o “outro”. Trata-se de um processo dinâmico, em que os valores e os juízos morais estão sempre em tensão. A teoria do reconhecimento, em nossa avaliação, apresenta indicativos para entendermos como a formação de identidades está relacionada com as mudanças sociais.

Na abordagem de Honneth, a justiça social e o bem-estar podem ser medidos em uma sociedade a partir da possibilidade e das condições que essa sociedade cria para que os indivíduos desenvolvam sua identidade plenamente. Nesse sentido, a emancipação apresenta-se como fundamental para redução das assimetrias e da exclusão. Interessa-nos, particularmente, na teoria do reconhecimento desenvolvida por Honneth, a dimensão da identidade como algo em constante construção, levando-se em conta a *auto-realização* referenciada no reconhecimento recíproco e mútuo. A perspectiva defendida por Honneth fica mais clara quando confrontada com as reflexões empreendidas por Mead acerca dos processos de socialização, uma vez que elas se revelam fundamentais para se entender o conceito de identidade, aspecto central no conceito de reconhecimento. Honneth busca principalmente na formação do *Self*, categoria analítica apontada por Mead, elementos para entender a formação identitária diretamente relacionada à constituição da sociedade. Adotamos em nosso trabalho a dimensão relacional da identidade que está no mesmo espectro em que Honneth insere o conceito. As identidades são formadas “no contexto das interações

sociais, como parte do processo de experiências e atividades sociais de cada indivíduo” (Idem, p. 9).

A identidade<sup>18</sup> se constrói a partir da experiência de reconhecimento intersubjetivo nos diversos processos de interação social mediados pelo uso da linguagem. França e et. al nos apontam alguns aspectos centrais sobre a discussão de identidade:

- a identidade diz respeito ao compartilhamento de características e traços, bem como certo nível de percepção e consciência, por parte dos membros do grupo, deste compartilhamento; ou seja, a identidade refere-se a um terreno e um legado comum, bem como ao processo cognitivo de percepção e interpretação daquilo que nos unifica (...) (FRANÇA et. al, 2002, p.11).

Nesse sentido, a identidade nunca é algo acabado; ao contrário, ela é um processo de construção cotidiana, flutuante, discursivo e sempre referenciado no outro. Como aponta Mead, a identidade é resultado das constantes interações entre diferentes *Selves*<sup>19</sup>. Em nosso entendimento, a noção central no texto de Mead, na qual Honneth se ampara para construir o elo com a teoria hegeliana, é a intersubjetividade. Os *Selves* são a primeira instância em que os conflitos morais aparecem. Mas Honneth deixa claro que para haver as lutas sociais, os indivíduos precisam compartilhar coletivamente esta insatisfação.

A ‘luta por reconhecimento’ toma seu ponto de partida de idéias morais em que personalidades dotadas de carisma souberam ampliar ‘o outro generalizado’ de seu meio social, de um modo que estava em concordância com as expectativas intuitivas dos contemporâneos; assim que essas inovações intelectuais puderam influir sobre a consciência de grupos maiores, procedeu daí uma luta por reconhecimento de pretensões jurídicas,

<sup>18</sup>Honneth aponta que “a formação prática da identidade pode ser entendida ainda como uma versão da teoria do reconhecimento do jovem Hegel, precisada nos termos da psicologia social” (2003, p. 138).

<sup>19</sup>O *Self* pressupõe duas instâncias da personalidade humana: o “Me” (*me*) e o “Eu” (*I*), chaves conceituais criadas por Mead para entender a constituição social sem cair na dicotomia entre sujeito e sociedade. Conforme pontua Honneth, o “Eu” é marcado pela espontaneidade prática e a porção que reage às atitudes da comunidade e ao mesmo tempo é “o receptáculo de todos os impulsos internos que se expressam nas reações involuntárias aos desafios sociais” (HONNETH, 2003, p.140). O “Me” é a instância da auto-relação cognitiva, a força inconsciente. É a porção que “hospeda as normas sociais através das quais o sujeito controla seu comportamento em conformidade com as expectativas sociais” (Idem). O “Me” representa no processo de interação as experiências subjetivas, mas está sempre se referenciando no outro. “É a imagem cognitiva que o sujeito recebe de si mesmo, tão logo aprenda a perceber-se da perspectiva de uma segunda pessoa” (HONNETH, 2003, p.133). A identidade é constituída a partir de um “reservatório de energias psíquicas” do Eu em diálogo com a sociedade, em um processo que dá ao indivíduo singularidade, sem, no entanto deixar de considerar neste a dependência do outro para que aquela se apresente. O Eu está em tensão direta com o “Me”. Logo, a identidade é sempre fruto de tensões e conflitos entre singularidade do indivíduo (representado por aspectos psíquicos) e elementos culturais do contexto no qual está imerso. No entanto, esse conflito não se faz entre indivíduo e sociedade, uma vez que a noção de *Self* deixa claro que estamos sempre dialogando com outros *Selves* a partir das interações com os indivíduos. A identidade aparece como a força criativa do “Eu”.

que acabou colocando em questão a ordem institucionalizada (HONNETH, 2003, p. 145).

O *Self* não é resultado apenas de um movimento da subjetividade, mas é justamente o cotejamento entre as subjetividades dos diferentes sujeitos ainda no nível do pensamento. Honneth chama de reconhecimento a relação de reciprocidade entre os indivíduos que se apresenta a partir da autonomia de cada um deles, levando-se em conta a relevância de aspectos de singularidade de cada indivíduo para a inovação social. O processo de formação da identidade é fundamental para os processos de transformação social. Na teoria do reconhecimento, Honneth mostra que quanto melhor são as condições para que o sujeito desenvolva plenamente sua identidade, mais democrática será essa sociedade e, conseqüentemente, maior será a participação nos processos de inovação social.

Rocha mostra que os processos de formação identitária do morador de favelas são atravessados por padrões discursivos, “engendra práticas culturais e sociais, possibilita uma mobilidade simbólica e o deslocamento de visões preconceituosas” (2006, p.4). Guimarães (2002, p.22) realça o aspecto político da construção discursiva em torno das imagens sobre a “favela” e o “favelado”. Os moradores de favelas conformam identidades a partir do confronto com os atributos concedidos às favelas que são apropriadas “simbolicamente em contraste e em confronto com os outros espaços da cidade e as formas de vida que esta abriga” (Idem). A *capacidade de enunciação* reconfigura a experiência, pois conforme nos aponta Guimarães (2002, p. 23), a relação entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos de dizer são aqueles que definem a organização sensível da comunidade, as relações entre os espaços e as relações desse fazer entre os sujeitos.

Sob essa perspectiva, as diferentes falas em torno do significado do termo “favelado”, para além de uma defesa contra a discriminação ou de uma querela sobre o conteúdo da linguagem, concernem à situação dos seres falantes que reivindicam um mundo comum que ainda não existe, isto é, um mundo comum que deve, a partir de agora, incluir aqueles que dele estavam excluídos, pois estes não eram contemplados pelos termos da linguagem comum que até então distribuía o que cabia a uns e a outros (GUIMARÃES, 2002, p.23).

O autor aponta que, para superar exclusões, sejam elas de quaisquer naturezas, é preciso empreender uma ação discursiva. No campo da teoria política, os autores vêm pensando essa ação discursiva sobre o “mundo”. Trata-se da perspectiva que entende que as mudanças ocorrem pela deliberação, ou seja, pelo confronto de argumentos e entendimentos

sobre uma determinada realidade. O parâmetro deliberativo para a configuração de uma democracia nos parece fundamental para pensarmos o conceito de estima social, do qual estaremos tratando especificamente na seção que se segue.

### **2.2.2 - A Estima Social: o direito de falar por si**

No modelo de democracia deliberativa, a participação se efetiva pela argumentação pública de razões e posicionamentos sobre questões de interesse coletivo. Dryzek (2004) apresenta a deliberação como o embate entre diferentes discursos entendidos como “modos compartilhados de se compreender o mundo incrustado na linguagem” (p.48). A estima social é justamente a possibilidade de os sujeitos se inserirem nesta “constelação de discursos”. Em um mundo significado pela linguagem, a organização dos entendimentos sobre a realidade é feito sob a forma de discursos, umas das principais vias de intervenção e transformação da realidade. Mas, para se alcançar essa participação, os sujeitos precisam ser estimados socialmente. Não é algo dado, mas insere-se em diferentes processos históricos e se verifica nas situações em que o sujeito consegue desenvolver amplamente sua autonomia individual e política.

A estima social está relacionada à garantia dos direitos dos cidadãos, mas não podemos fazer a associação direta com a implementação dos direitos. Honneth nos mostra que representa mais que o reconhecimento, no sentido estrito do termo, dos sujeitos. Não se trata de ser reconhecido pelo outro, pressupõe um processo de construção compartilhada de quadros de valores sociais. Os sujeitos que gozam da estima social cooperam principalmente na implementação de valores culturalmente definidos. Nesse contexto de cooperação no âmbito da vida social, os membros de uma coletividade agem de forma a garantir objetivos comuns, ou seja, o reconhecimento neste âmbito possibilita ao sujeito participar de *comunidades de valores* em que são co-autores na construção simbólica do contexto social. É relevante, no entanto, pensarmos que as *comunidades de valores* ultrapassam as delimitações geográficas das favelas, pois são orientadas pelos entendimentos e juízos de valores que os sujeitos apresentam sobre uma determinada questão.

Honneth, no entanto, chama a atenção para a relação proporcionalmente direta entre o grau de pluralidade de valores de uma sociedade e o aumento da estima social. Quanto maior

for a pluralidade maior será o ambiente para que os sujeitos exerçam sua autonomia, criando relações horizontais entre os sujeitos.

Seu alcance (da estima) social e a medida de sua simetria dependem então do grau de pluralização do horizonte de valores socialmente definido, tanto quanto do caráter dos ideais de personalidade aí destacados. Quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas (HONNETH, 2003, p. 200).

Em outras palavras, Honneth está propondo que o número mais variado de opiniões, dos mais diferentes sujeitos, possam ser levadas em conta nos contextos coletivos. Para que o sujeito possa desenvolver auto-estima, ele precisa ser visto com um membro relevante da coletividade. Nesse sentido, as reflexões de Honneth possibilitam-nos diversas leituras sobre o processo de favelização. Como apresentamos no capítulo anterior, desde quando as favelas começaram a ser entendidas como um problema social e seus moradores como sujeitos desajustados dos padrões morais da sociedade, há iniciativas no sentido de contrapor esses entendimentos.

A busca pela estima social proporciona aos moradores de favelas a construção de identidades, tendo a individuação como pressuposto para a autonomia dos sujeitos. Isso reforça a necessidade de o morador de favela ser chamado socialmente para falar, por exemplo, sobre o destino do local onde ele vive. A luta por reconhecimento dos moradores de favela caracteriza-se justamente pela possibilidade de, a partir da experiência vivida desses sujeitos, serem construídos entendimentos mais amplos sobre a favela. A inclusão discursiva do morador de favela permite que eles passem a ser encarados como capazes de falarem por si como qualquer outro cidadão. É uma forma de desestabilizar a imagem do morador de favela como um indivíduo que precisa ser tutelado.

Quando há um ataque à auto-estima por meio de degradação e ofensas incorre-se em uma ameaça à dignidade dos sujeitos e, conseqüentemente, ao seu valor social. Contrariamente, quando os sujeitos são reconhecidos em sua autonomia constituem-se *relações sociais de estima simétrica asseguradas pela solidariedade*. “Por ‘solidariedade’ pode-se entender, numa primeira aproximação, uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de maneira simétrica” (HONNETH, 2003, p.209).

A simetria apontada por Honneth está na possibilidade de todos os sujeitos experienciarem sua autonomia:

Que o termo “simétrico” não possa significar aqui estimar-se mutuamente na mesma medida é o que resulta de imediato da abertura exegética fundamental de todos os horizontes sociais de valores: é simplesmente inimaginável um objetivo coletivo que pudesse ser fixado em si de modo quantitativo, de sorte que permitisse uma comparação exata do valor das diversas contribuições; pelo contrário, “simétrico” significa que todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade (HONNETH, 2003, p. 211).

A possibilidade de os sujeitos viverem em plenitude sua autonomia é condição para que tenhamos uma sociedade em que haja uma maior pluralidade de valores. Os julgamentos morais atribuídos aos sujeitos que moram nas favelas relacionam-se com os processos de formação de identidade. Seja refutando ou reafirmando, ampliando ou simplificando os julgamentos feitos sobre eles, os moradores de favelas significam ou ressignificam os entendimentos e julgamentos compartilhados na sociedade. Os julgamentos sobre os moradores de favelas podem ser percebidos em interações face a face nas relações cotidianas e também podem ser apresentados no espaço de visibilidade midiática que, conforme Maia (2006b), “constitui-se como uma ‘arena’, ou um ‘palco’, em que vários grupos sociais e instituições competem sobre a definição e a construção de sentidos a respeito de questões-chave da vida pública”. A auto-estima, portanto, também está relacionada às possibilidades de os sujeitos terem suas opiniões levadas em conta no espaço de visibilidade midiática, julgadas e colocadas à prova nessa arena. Maia (2006b) nos alerta que, no entanto,

a oportunidade de falar não garante efetividade sobre aquilo que se diz. Para avaliar a qualidade democrática dos debates, torna-se fundamental ir além e indagar acerca dos graus de reciprocidade e responsividade, de reflexividade e revisibilidade das opiniões e dos argumentos apresentados pelos interlocutores. Os desdobramentos dos debates — os pesos relativos e a ressonância cultural de certos discursos junto ao público — compõem um processo complexo.

Levando-se em conta essa ressalva, entendemos que a luta por estima social configura-se como um importante processo imbricado na formação de identidades do morador de favela. A construção identitária está diretamente relacionada à possibilidade de dialogar com as representações que *os media* produzem sobre eles. Apropriando-se de forma ampliada do

conceito de estima social proposto por Honneth, consideramos que, então, também a possibilidade de falar por si nos espaços de visibilidade midiática é fundamental para o processo de reconhecimento do morador de favela. A possibilidade de construção desses entendimentos sobre o morador de favela é um forte indicativo de estima social.

Um trecho da apresentação de um dos sites por nós analisados evidencia o quão prioritário é para o morador de favela participar na construção coletiva de entendimento sobre esses espaços. A partir da descrição da organização não-governamental Central Única das Favelas podemos encontrar no texto, de forma subentendida, a relação da estima social e a possibilidade de transformação social das favelas. A possibilidade de expressão por meio do hip hop apresenta-se como um caminho para a transformação social.

A Central Única das Favelas é uma organização nacional que surgiu através de reuniões de jovens de várias favelas do Rio de Janeiro – geralmente negros – que buscavam espaço na cidade para expressar suas atitudes, questionamentos ou simplesmente sua vontade de viver. Estes jovens, em sua maioria, pertenciam ao movimento hip hop ou por ele eram orientados. A partir das reuniões, descobriram que juntos poderiam sonhar mais e se organizaram em torno de um ideal: transformar as favelas, seus talentos e potenciais diante de uma sociedade onde os preconceitos de cor, de classe social e de origem ainda não foram superados.<sup>20</sup> (grifos nossos)

Ressaltamos o fato de que, em nenhum momento, o texto faz referência aos problemas materiais das favelas, mas confere grande centralidade a quebra de preconceitos de cor, de classe social e de origem como caminho para transformá-las. O site aponta o movimento hip hop como espaço social em que o jovem pode desenvolver auto-estima. O próprio movimento se auto-intitula “porta-voz da periferia”, a “voz do gueto”. Mas o que falar? O que é relevante trazer para a cena pública, para o espaço de visibilidade midiática? A questão tem gerado debates públicos que sempre trazem como pano de fundo qual seria a representação ideal dos moradores de favelas, quais entendimentos devem ser combatidos e quais devem ser reforçados. De certo, nas últimas duas décadas, a questão de favelização tem cada vez mais ganho o espaço de visibilidade midiática. Como mostramos no capítulo anterior, a questão está posta do cinema ao jornalismo, passando pela música e pelo debate acadêmico. Não há como estabelecer quem pauta quem, se o cinema pauta o jornalismo ou o inverso. Se a luta por estima social prevê que o sujeito fale por si, parece-nos essencial entender como os moradores de favelas aparecem ou contribuem com as discussões no espaço de visibilidade midiático. Nesse sentido, primeiro trabalharemos a metáfora da voz e retomamos a discussão



sobre as possibilidades de uso político da Internet a partir da apresentação de um quadro geral dos sites e portais sobre a temática da favela.

### 2.2.2.1 - Vozes da favela

A busca por estima social ocupa papel relevante entre as reivindicações de moradores de favelas. O direito de falar por si, de ser reconhecido como cidadão, de não ser visto como um sujeito de segunda classe norteia a ação dos movimentos sociais que debatem o processo de *favelização*. As experiências dos moradores na elaboração de produtos de comunicação — jornais comunitários, programas em rádios livres — sempre revelam a importância do direito de falar por si. No capítulo anterior, apresentamos o exemplo do jornal *A Voz do Morro*, editado, a partir de 1935, pela escola de samba Estação Primeira de Mangueira e Rádio Favela que se apresenta como a “voz da favela”. No processo de luta por estima social, ter direito a voz é fundamental. Mas como se constituem efetivamente as vozes dos moradores de favelas? O que significa o direito à voz? É importante ampliarmos nosso entendimento sobre o que seria a voz na esfera pública. Não se trata apenas do ato de falar. Ter voz é expressar um lugar social, conforme destaca Bakhtin. As “vozes sociais e históricas” são as palavras e as formas que povoam a linguagem.

Em nossa pesquisa, a metáfora da voz é fundamental para entendermos como os moradores de favelas se manifestam no ciberespaço. Para caracterizar o que estamos considerando como vozes, buscamos referência em Bakhtin<sup>21</sup>. Vivendo no período de efervescência da produção marxista, Bakhtin, a partir da filosofia da linguagem, mostra que a palavra é “a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios”(1986, p.14). Se a palavra é a arena, a fala e o discurso são o próprio processo onde se instauram as disputas. As vozes surgem, portanto, como resultado do que Bakhtin chama de condição de sentido do discurso, o *dialogismo*, ou seja, a interação verbal que se estabelece entre o enunciador e o enunciatário.

Em outros termos, concebe-se o dialogismo como espaço interacional entre o eu e o tu ou entre o eu e o outro, no texto. Explicam-se as freqüentes referências que faz Bakhtin ao papel do “outro” na constituição do sentido

---

<sup>20</sup>Ver <<http://www.cufa.com.br>>, acessado em 12/05/2006.

<sup>21</sup>Bakhtin empreende uma análise sobre a filosofia da linguagem a partir da literatura, mas as suas reflexões sobre o uso da linguagem têm sido referência principalmente para a análise crítica do discurso e também para os estudos sobre identidade.

ou sua insistência em afirmar que nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva de outra voz (BARROS, 1999, p.3).

Portanto, a palavra nunca é pura ou unívoca, pois traz a “voz do outro”. Quando um grupo social se torna porta-voz de seu próprio discurso traz em sua fala, a fala de outrem sobre ele próprio. A fala traz em si todo o conflito que se instaura em torno de uma determinada questão e de várias formas responde, refuta, compara, referencia-se nas falas de outrem.

Uma voz criadora sempre pode ser apenas a *segunda voz* no discurso. Apenas a segunda voz — a relação pura — pode ser não objetivada até o fim, pode projetar a sombra de sua imagem, da sua substância. Expressar-se a si mesmo significa fazer de si um objeto para o outro e para si mesmo (“a realidade da consciência”). Esta é a primeira fase da objetivação. Mas pode-se também expressar a relação pessoal consigo mesmo enquanto objeto (é a segunda fase da objetivação. Com isso, minha própria palavra se torna objeto e adquire uma segunda voz – a voz que me pertence pessoalmente. E essa segunda voz, desde então, deixa de projetar uma sombra (vinda de mim), pois expressa uma relação pura, ao passo que toda a substância objetivante, materializante da palavra é entregue à primeira voz (BAKHTIN, 2000, p.337).

Na concepção de Bakhtin, as vozes são atravessadas pela intertextualidade ou seja sempre os sujeitos estão fazendo referência a outros textos. O uso da linguagem é dialógico e traz em si o conjunto de relações entre diferentes vozes. Partimos, portanto, da premissa que não há vozes puras, mas que, ao contrário, elas são polifônicas. As vozes são sociais, uma vez que:

em todos os domínios da vida e da criação ideológica, nossa fala contém em abundância palavras de outrem, transmitidas com todos os graus variáveis de precisão e imparcialidade. Quanto mais intensa, diferenciada e elevada for a vida social de uma coletividade falante, tanto mais a palavra do outro, o enunciado do outro como objeto de uma comunicação interessada, de uma exegese, de uma discussão, de uma apreciação, e uma refutação, de um reforço, de um desenvolvimento posterior, etc., tem peso específico maior em todos os objetos do discurso.(BAKHTIN, 1998, p.139)

Pietikäinen e Dufva (2006) trabalham a metáfora da voz como fundamental para entendermos os processos de formação de identidade.

As formas individuais de falar são caracterizadas pela pluralidade de vozes (*multi-voicedness*), ou polifonia. A presença de muitas vozes pode ser constituinte de nossas identidades. (...) A *pluralidade de vozes* pode ser

compreendida como uma metáfora que descreve a presença de diferentes perspectivas, ou vozes em uma dada realidade (PIETIKÄINEN e DUFVA, 2006, p.210).

### 2.3 - Mediação no ciberespaço: usos políticos dos dispositivos

Dentre muitas outras possibilidades, a Internet configura-se como um canal para os moradores de favelas apresentarem suas demandas no *espaço de visibilidade midiático*. Entendemos, como Gomes (2001), a Internet como “ambiente de conexão”, “complexo de conteúdos”, e “sistema de interações”. Ao considerar a Internet como *ambiente de conexão*, Gomes faz referência às características de conectividade entre computadores em diversas partes do mundo. A rede das redes, como é caracterizada, é extremamente extensa, desnacionalizada e descentralizada. Os computadores estão interconectados formando, nas palavras de Gomes, “malhas intermediárias conectadas entre si e ao todo ou, numa outra metáfora, auto-estradas que servem ao tráfego eficaz de gigantescas quantidades de informação” (2001, p.2). Dessa forma, a Internet é apontada como um ambiente de interconexão. Não é um meio de comunicação, mas a própria conectividade material. Ela se difere de outros meios de comunicação massivos por possibilitar uma maior flexibilidade de papéis dos sujeitos entre emissor e receptor.

A possibilidade de ser um reservatório de informações faz da internet um *complexo de conteúdos*. Segundo Gomes, com o desenvolvimento da Web, a rede possibilitou a organização e a configuração de conteúdos disponíveis para o consumo por meio dos computadores. As informações encontram-se disponíveis para o acesso *online* e estão organizadas de forma a serem acessadas pelos usuários da rede. Ao mesmo tempo, podem ser também reproduzidas e distribuídas “em uma linguagem mais ou menos padronizada” (GOMES, 2001, p.3).

Como *sistema de interações*, a rede possibilita a conversação entre as pessoas em “situações de interlocução contextual”. Gomes refere-se às listas de discussão, *newsgroups* e assemelhados, a correspondência eletrônica e os *chats*. Para essa dimensão da internet, Gomes considera que a produção e circulação de conteúdo “quente” pelos meios de comunicação tradicionais se contrapõem ao conteúdo “frio” do conteúdo da Web.

Nesta pesquisa também utilizaremos o termo ciberespaço como uma idéia complementar à Internet. A palavra ciberespaço foi cunhada pelo autor William Gibson, no

romance de ficção científica *Neuromancer* em 1982. Teóricos da cibercultura vêm atribuindo ao termo a idéia de um mundo virtualizado. Nas palavras de Lemos (1996), “um espaço mágico, uma rede de inteligências coletivas. (...) é assim uma entidade real, parte vital da cibercultura planetária que está crescendo sob nossos olhos”.

Menos que o sentido metafórico de ambiente virtualizado, interessa-nos pensar o ciberespaço como o domínio da hipermídia, modalidade caracterizada pela convergência entre as características do hipertexto e da multimídia; com navegação aberta, e capacidade, graças à digitalização, de ser disseminada nos mais distintos suportes e plataformas (JÚNIOR, 2001, p.132) . Nesse sentido, a Internet é uma das plataformas que compõem o ciberespaço.

Esse ciberespaço é povoado por moradores de favelas. Cada vez mais aumenta o número de páginas relacionadas às favelas e de comunidades no Orkut destinadas a essa discussão. No Aglomerado Santa Lúcia, por exemplo, estão sendo criados os sites do Grupo do Beco e da Associação dos Universitários do Morro (AUM). Trata-se de um fenômeno ainda pouco estudado.

Mas de fato, também no ciberespaço, estão sendo construídas representações e imagens sobre os moradores de favelas, como já foi feito em outras mídias, mas com um diferencial: os sites buscam justificar a sua existência como sendo um espaço alternativo para a construção de representações que encampem uma diversidade de vozes sociais sobre os moradores de favelas. A utilização dos dispositivos da Internet representa um movimento de continuidade em um processo social amplo de embates morais, de juízos de valores, de entendimentos e sentimentos sobre as favelas. Nesse sentido, torna-se importante indagar como as potencialidades da Internet — interatividade, a hipertextualidade, a possibilidade de se conectar com um público diferido e difuso, a convergência de mídias — têm sido utilizadas no sentido de propiciar aos moradores de favelas oportunidades de falarem por si e buscarem estima social?

Apesar de verificarmos o acesso limitado dos moradores de favela às novas tecnologias da informação, é possível, no entanto, remarcar um investimento crescente desses moradores nos processos comunicativos do ciberespaço. Não se trata de qualquer modalidade de acesso tendo em vista que o exercício da cidadania passa a pressupor não "apenas o direito ao acesso aos novos códigos, mas, sobretudo o direito à interatividade" (LEMOS, 2004, p.20). Obviamente ao elemento da interatividade precisam somar-se outras dimensões que o conceito de cidadania engloba: do ponto de vista legal, a relação de direitos e deveres; a

participação do indivíduo na comunidade; a capacidade de auto-suficiência material dos sujeitos - o sustento econômico; o direito de falar sobre si e por si (ALEJANDRO, 1993). Para que o direito à interatividade esteja à disposição de uma parcela maior de moradores de favela, é imprescindível a ampliação do acesso. Palczewki (2001, p.169) apresenta três críticas relacionadas às restrições do acesso: a) para o ciberespaço gerar interpretações alternativas de identidade é necessário superar as barreiras estruturais de acesso; b) apesar de a Internet possibilitar a união das pessoas, por si só ela não garante que não haverá discriminação; c) o acesso a Internet está mais disseminado entre brancos do que negros e hispânicos.

Diversos estudos vêm demonstrando que características como nível escolar, raça e gênero determinam fortemente o que o usuário faz quando está *online*. Apesar dessas pontuações, Palczewski (2001, p. 171) afirma que a presença de "grupos marginalizados" no ciberespaço pode garantir interpretações oposicionistas de identidade. "De diversas maneiras, a Internet cria necessariamente espaços para discursos oposicionistas e formação de identidade da mesma forma que transforma a nossa maneira de compreender o espaço" (PALCZEWSKI, 2001, p.173).

Maia (2001) faz uma interessante ressalva ao lembrar que pensar "a participação apenas como uma questão de acesso físico individual à tecnologia é equivocado" (p.115). A formação discursiva da vontade está relacionada a uma cultura política. Portanto, não é somente a garantia do acesso, embora seja importante, que irá garantir a participação das pessoas, antes de mais nada é preciso interesse político.

### 2.2.2.3 - Internet e política

Muito se tem discutido e pesquisado sobre os usos políticos das ferramentas da Internet. O advento da rede, na década de 1990, ampliou a atenção dada pelos pesquisadores aos estudos sobre a relação dos meios de comunicação e a política. Há controvérsias quanto aos usos efetivos dos dispositivos para a promoção da democracia, mas há indícios de que a Internet por si só não garante práticas democráticas e engajadas. Kahn e Kellner (2004) mostram que os dispositivos têm sido utilizados tanto por grupos de esquerda, direita e centro afinados ou não com práticas democráticas. Para eles, a rede é um espaço disputado por diferentes grupos e tanto os dominantes como os marginalizados podem apresentar suas agendas e interesses.

Os pesquisadores adotam diferentes posições teóricas ao estudar o fenômeno e costumam agrupar seus pares, fundamentalmente, em três grupos que podem receber denominações diferenciadas, mas no geral, indicam posições relacionadas aos utópicos (otimistas), aos distópicos (pessimistas) e aos realistas em relação à Internet.

Em um primeiro momento, os pesquisadores tendiam a apontá-la Internet como a solução para todos os problemas advindos dos meios de comunicação tradicionais que limitavam a participação dos cidadãos, cerceavam a livre circulação das idéias e do debate político. Os utópicos defendiam que ela tornaria os cidadãos mais informados sobre o governo e politicamente mais ativos (O'LOUGHLIN, 2001), supervalorizando as facilidades propiciadas pelos dispositivos da Internet. Para eles, a existência desse novo meio resolveria, por exemplo, o déficit da participação dos cidadãos. No entanto, seguiu-se à fase otimista um período em que os pesquisadores colocaram-se de maneira extremamente cética diante dos resultados políticos que poderiam ser potencializados pelos usos da Internet. Alguns estudos (BALLARD et al, 2002, EMBAR-SEDDON, 2002, STANTON, 2002), por exemplo, são bastante críticos ao apontarem os efeitos antidemocráticos, de cunho opressor, possibilitados por alguns usos dos dispositivos da Internet: o ciberterrorismo, o panótipo e outras ciberameaças.

Gomes (2005) lista as *ciberfacilidades* da Internet que, em um primeiro momento, fascinaram muitos pesquisadores: (a) superação dos limites de tempo e espaço para a participação política, (b) extensão e qualidade do estoque de informação *online*, (c) facilidade

e extensão do acesso, (d) produção de informação sem filtros nem controles, (e) interatividade e interação e (f) oportunidade para vozes minoritárias e excluídas. Outros pesquisadores questionam se, de fato, essas *ciberfacilidades* podem levar a um aumento da participação política e qualificar a democracia. O mesmo autor apresenta também as principais suspeitas levantadas em torno dos potenciais da Internet quanto: (a) à qualidade das informações políticas disponibilizadas na Internet quanto ao grau de confiabilidade e interesse das fontes; (b) às desigualdades no acesso – até que ponto “a rede poderia aumentar o quociente de isonomia política dentre os cidadãos”(p.93); (c) ao potencial de mobilização da rede - mesmo que em quantidades abundantes a informação política depende de uma cultura política que valorize a participação política (p.94); (d) ao alcance da audiência em comparação aos meios de comunicação tradicionais, a rede ainda teria uma pequena penetração junto aos cidadãos; (e) à relação de liberdade e controle na rede e, por fim, (f) à possibilidade de controle da vida do cidadão por meio de dispositivos da rede.

Atualmente, os estudos concentram-se nas pesquisas empíricas para aferir resultados que não subestimem ou superestimem as potencialidades políticas da Internet. Sendo pessimistas, otimistas ou realistas, um volume expressivo desses estudos parte do conceito habermasiano de esfera pública ou pensam a participação política a partir da discussão e debate de questões. Muitos procuram responder aos seguintes questionamentos: a Internet é uma nova esfera pública? Como ela pode ampliar a participação política a partir da criação de espaços para a deliberação? A Internet possibilita uma esfera pública global uma vez que os dispositivos da Internet derrubam as barreiras espaciais e temporais? Para dar respostas a essas indagações, os autores adotam diferentes linhas argumentativas que foram agrupadas em torno dos seguintes aspectos: a) a Internet como esfera pública, b) a Internet como locus da participação, c) a Internet como plataforma de grupos marginalizados.

### ***Esfera Pública***

Para dar as respostas se a Internet se constituiu ou não como esfera pública, muitos estudos utilizam, de forma recorrente, elementos da ética do discurso como parâmetros para analisar os debates *online*. Para tanto, desenvolvem análises qualitativas e quantitativas sobre comunidades virtuais e fóruns *online* onde ocorrem debates e discussões acerca de questões controversas.

Dean (2003) busca identificar nos debates *online* esse conjunto de normas que definiria a esfera pública: igualdade, transparência, inclusividade e racionalidade. A partir

desses pré-requisitos, a autora faz críticas à estrutura da Internet ao concluir que as comunicações na rede são dominadas por jovens, brancos, homens e americanos.

Os indicadores analíticos proporcionados pela ética do discurso configuram um parâmetro com alto grau de exigência, o que torna muito difícil encontrar um debate que atenda a esse nível normativo. Questionamos se pensar a Internet como esfera pública não limita o debate público a um espaço. Apesar do caráter multidimensional da rede, as discussões não se mantêm circunscritas apenas ao ciberespaço. O esforço de analisar os fóruns de discussão é extremamente importante, mas consideramos ser necessário também analisar a circulação da discussão em outros espaços da Net e em outros meios. Uma questão apresentada em um blog pode ser debatida por dezenas de outros blogueiros ou ser tematizada em um portal, passar a ser assunto de comunidades do orkut. Partimos do entendimento de que a esfera pública se forma na rede discursiva estabelecida pelos diferentes meios por onde os argumentos circulam.

Dahlberg (2001b) investigou uma experiência americana de utilização de uma comunidade virtual para fins políticos, o Minnesota E-Democracy, a partir dos requisitos do conceito de esfera pública: troca de argumentos racionais, reflexividade, reciprocidade, responsividade, inclusão discursiva, autonomia em relação ao Estado e ao poder econômico. Para o autor, a análise das deliberações *online* a partir desse conjunto de requisitos fornece parâmetros para averiguar a expansão da esfera pública em função dos dispositivos da Internet<sup>22</sup>.

Também Kallio e Känkönen (2002) apontam que a Internet é uma plataforma para se efetivar um debate racional, embora façam a ressalva de que, mesmo no ciberespaço, há mediadores da conversação. Eles apontam diversas vantagens para os usos da Internet, uma vez que ela: a) permite a diversos e pequenos grupos locais comunicarem globalmente e reunirem pessoas com interesses similares, b) promove a coordenação das ações pelos movimentos sociais que podem recrutar novos participantes, informar sobre suas ações e ainda organizar demonstrações públicas e c) permite a publicização de temas que não

---

<sup>22</sup> O autor conclui, no entanto, que embora haja uma grande quantidade de fóruns de discussão *online*, eles não cumprem todos os requisitos de uma esfera pública. Ele apresenta algumas conclusões referente às análises: a) a reflexividade está presente em uma mínima parte das *ciberdeliberações*; b) muitos fóruns falham em criar um ambiente em que haja um razoável nível de respeito entre os usuários quando lidam com as diferenças; c) os discursos tendem a ser qualitativamente e quantitativamente dominados por um grupo específico; d) a exclusão *online* ocorre como resultado das desigualdades sociais e e) a expansão de interesses econômicos tem levado ao deslocamento de uma comunicação racional para uma racionalidade instrumental. Ele ainda pontua que a



conseguem visibilidade suficiente nos meios massivos. No entanto, Kallio e Känkönen consideram que o espaço dos movimentos sociais, a exemplo da política tradicional *offline*, permanece ainda marginal.

Não nos interessa tratar a Internet como esfera pública, mas entendê-la como “redes fluídas”, fluxos relativamente desorganizados de tematizações de identidades, interesses e anseios dos moradores de favelas. Langman (2005) afirma que a comunicação mediada por computadores (CMC) torna possível “esferas públicas virtuais” e um novo tipo de rede fluída. Um tipo de mobilização social que pode ser melhor entendida pela idéia de fluxos do que como organizações formais. A CMC tem sido utilizada pelos movimentos sociais para criar e planejar estratégias, coordenar ações com objetivo de impactar públicos específicos e a elite e, dessa forma, influenciar no processo de tomada de decisão pelo Estado. O autor conclui que a CMC, entre outras modalidades de comunicação eletrônica, têm criado formas de relativa facilidade de transmissão de informação, comunicação, coordenação e conexão entre atores sociais que tornam-se capazes de realizar novos tipos de mobilização. Para ele, a esfera pública da sociedade civil global não só fornece informação e comunicação, mas também age como geradora de identidades de subculturas que adotam identidades coletivas.

As “esferas públicas virtuais” ainda possibilitam a tematização de diversas questões para além das fronteiras dos estados-nação. Há uma tendência, nos regimes liberais, a Internet leva a uma fragmentação de uma larga, porém politicamente focalizada, audiência de massa de acordo com um grande número de questões de interesse público isoladas (HABERMAS, 2006). Habermas faz a ressalva, no entanto, que dentro do que denominou de esferas públicas nacionais, os debates *online* se estabelecem entre usuários da Web que fazem parte de grupos cristalizados em torno de assuntos específicos<sup>23</sup>. Nosso interesse é esclarecer como a luta por estima social se configura neste ambiente.

### ***Participação política***

---

expansão da esfera pública por meio da Internet requer não somente o desenvolvimento de espaços para a deliberação, mas principalmente a atração dos cidadãos..

<sup>23</sup> O ceticismo de Habermas em relação aos meios de comunicação (*broadcasting*) parece amenizado em relação à Internet (HABERMAS, 2006), embora ainda seja bastante crítico. As reflexões por ele delineadas apontam como a rede pode contrabalancear o déficit dos processos deliberativos advindos da natureza do rádio e da TV cujas principais características são a “impessoalidade” e a “assimetria”. A Internet reintroduz, segundo ele, elementos deliberativos na comunicação eletrônica, reativando a popularidade de um público igualitário de escritores e leitores. Habermas ainda pontua as limitações da Internet em países de regime antidemocrático onde impera a censura e o desejo de se controlar e reprimir a opinião pública.

Depois de quase duas décadas de pesquisas nessa área, podemos aderir ao pressuposto de que a Internet e seus dispositivos por si só não podem representar ou levar a um aumento da participação política ou contribuir para a melhoria da democracia. Não há, no entanto, consenso se os dispositivos da Internet apenas ampliam a participação e os debates existentes no mundo *offline* (perspectiva do reforço) ou se possibilitam o engajamento de novos indivíduos cujo envolvimento com questões políticas é motivado pelas facilidades dos dispositivos (perspectiva da mobilização).

Stanley e Weare (2004) argumentam que, no entanto, embora o contraste entre a perspectiva da mobilização e a do reforço tenha sido útil a uma rede de trabalhos sobre Internet, essa dicotomia pode mascarar aspectos sutis da relação entre tecnologia e participação, impedindo avanços teóricos e empíricos. Os efeitos do reforço e os da mobilização não são mutuamente exclusivos, pois a participação encampa concepções multidimensionais. A pesquisa sugeriu que muitos participantes das discussões na Web já eram politicamente ativos e foram atraídos para exercitar sua voz em um outro canal. O impacto da abertura proporcionada pela Internet para novas vozes e interesses pode ter uma grande influência na política de participação e intensificar a motivação dos indivíduos.

As pesquisas tentam dar uma resposta mais realista à pergunta que instigou boa parte dos estudos sobre Internet e tecnologia - a Internet pode ampliar a participação política e engajamento cívico? Ao tentar responder a questão, Bimber (2000) procura alertar para o fato de a Internet ter se transformado em um constructo problemático nas ciências sociais. Para o autor, duas razões dificultam desatar os nós em torno desse novo meio: a) a *integração das tecnologias*, ou seja, a convergência de diferentes tecnologias que torna cada vez mais difícil delimitar os limites da Internet e b) o *mutualismo* – a Internet é composta por velhos e novos meios de comunicação. A separação entre o ciberespaço e o mundo do engajamento cívico tradicional em muitos casos é inútil. A observação do autor é importante para que não se pense os usos da Internet como uma descontinuidade ou um descolamento com a vida *offline*.

---

### *Vozes de marginalizados*

A Internet facilitou o acesso de grupos marginalizados à espaços de ampla visibilidade como nenhuma outro meio possibilitou (MITRA, 2001, KHAN e KELLNER, 2004, MAIA, 2002, PALCZEWSKI, 2001). Compartilhamos da perspectiva que vê os usos por grupos marginalizados como uma forma de eles alcançarem a esfera pública. Tal perspectiva mostra como os dispositivos possibilitam a inter-relação dos processos de *construção identitária*, a formação de *comunidades* e a emissão de *vozes* de grupos marginalizados. A possibilidade de os sujeitos falarem por si e de se identificarem em comunidades através dos dispositivos tecnológicos instaura a possibilidade de os usuários responderem às mensagens, de explicitarem suas necessidades e de compartilharem experiências. A interatividade faz com que a emissão de vozes na Internet seja um diferencial em relação a outros meios.

A tensão entre vozes é algo particularmente significante no caso da Internet. A Internet tem tornado essa tensão palpável porque a fala do outro é acessível para um grande número de pessoas subordinadas, onde eles agora podem emitir seus discursos persuasivos e esperam entrar em diálogo com o discurso dominante no ciberespaço interconectado (MITRA, 2001, p.32).

Um discurso persuasivo pode alcançar uma “audiência global” tendo em vista que a rede mundial de computadores conecta usuários de todas as partes do mundo. Mitra (2001) conclui que, enquanto na *mídia tradicional* constrói-se um discurso sobre o outro, na Internet, grupos marginalizados não só podem falar por si, mas como podem esperar respostas de seus interlocutores. Essa emissão difusa de informação, na avaliação de Mitra, potencializa a tensão intrínseca do discurso. A tensão entre o “eu” e o “tu” que confere o caráter dialógico da fala extrapola para as interações verbais entre os sujeitos. A autora defende que as diversas vias que podem ser criadas nas interações comunicativas no ciberespaço intensificam o *dialogismo* entre as falas dos sujeitos.

Essa conceituação da tensão entre vozes torna-se particularmente significativo no caso da Internet. A Internet tem feito esta tensão palpável porque a formulação (*call*) do outro é acessível para um grande número de pessoas subordinadas onde eles podem agora expressar (*voice*) seu discurso persuasivo individual e esperar entrar em diálogo com o dominante no interconectado ciberespaço (MITRA, 2001, p.32).

Um grupo social que vem utilizando amplamente os dispositivos da Web são os moradores de favelas. Há uma dezena de sites, blogs e comunidades virtuais que discutem

temas do interesse desse segmento da população. Essa utilização poder ser, em parte, explicada por alguns aspectos que facilitam a emissão de vozes de grupos marginalizados na Internet, quais sejam: a) a oportunidade de os sujeitos oferecerem contribuições individuais - falando por si de modo a criar uma voz coletiva; b) os assuntos referentes aos grupos marginalizados podem ser tratados em sites específicos, como também podem estar em outros fóruns, sites e portais de assuntos variados; c) a organização da informação sobre a forma de links e hipertextos possibilitando a formação de uma rede de vozes, descentrada; d) o ciberespaço possibilita desvincular a relação entre poder e regiões geográficas. Não é mais necessário estar em um centro de poder para que a argumentação seja levada em conta; e) os dispositivos da Internet ultrapassam as barreiras de tempo e espaço, sendo possível alcançar um público diferido e difuso e f) As vozes não estão organizadas, são o conjunto de *vozes* de diferentes usuários (Mitra, 2001).

A Internet tem se estabelecido como uma plataforma para que esse grupo expresse seu ponto de vista sobre diversas questões na esfera pública (CRUZ e KIMO, 2006). Os sites não aparecem como fóruns *online*, embora com frequência haja discussão sobre temas específicos, mas como ambientes em que os moradores lutam por estima social. Há uma produção discursiva sobre o que é ser morador de favela e sobre o que é uma favela. Tais discursos vão para a esfera pública compor o que Dryzek (2004) chama de *competição discursiva*. No capítulo 4, a partir dessa idéia apresentamos como essa competição se configura nos sites e portais analisados. A internet se mostra uma espaço em que se forma uma rede de discursos que ora se contrapõem, ora são tensionados.

*Palafitas, trapiches, farrapos  
Filhos da mesma agonia  
E a cidade que tem braços abertos  
Num cartão postal  
Com os punhos fechados na vida real  
Lhes nega oportunidades  
Mostra a face dura do mal*

*Alagados, Trenchtown, Favela da Maré  
A esperança não vem do mar  
Vem das antenas de TV  
A arte de viver da fé  
Só não se sabe fé em quê  
(Alagados, 1986)*

### **Capítulo 3 – Método de análise dos usos da Internet feitos por moradores de favelas**

Ao longo do processo de *favelização* no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte foram criados canais de comunicação por iniciativa de moradores, grupos sociais ou organizações não-governamentais para que eles pudessem falar por si. A luta dessa parcela da população pela estima social é bastante midiaticizada. Por isso, a utilização da internet se insere como uma etapa desse processo. Os sites analisados encontram-se às voltas com as perguntas tratadas no capítulo 1 — o que são as favelas? Por quê elas existem? O que fazer com as favelas? — e de uma forma ou de outra procuram também respondê-las, mesmo que de forma implícita.

Para entendermos a amplitude do fenômeno de utilização dos dispositivos da Internet para se tratar da questão da *favelização*, são necessários três momentos: 1) Caracterizar e contextualizar o fenômeno, buscando perceber como os dispositivos da Internet estão sendo utilizados como canal para a expressão da voz de uma parcela excluída da sociedade na esfera pública; 2) Analisar como os discursos produzidos nos portais e sites da Web se inserem em uma esfera de visibilidade ampliada, buscando perceber a ressonância desse discurso em outros espaços e, por fim, 3) Medir os resultados dessa inserção na esfera pública. Como, de fato, a produção desses novos discursos pode, por exemplo, interferir na elaboração de políticas públicas para as favelas.

Por se tratar de um assunto ainda pouco estudado (há pesquisas sobre a questão, mas elas não respondem, a nosso ver, a todos os nossos questionamentos), optamos por focar nossos esforços na análise desse primeiro conjunto de questões sobre o fenômeno: A) Os sites e portais apresentam-se como alternativa aos meios de comunicação da grande mídia, logo pressupomos que nestes espaços é possível haver a construção de discursos que combatem os estereótipos ao morador de favela presentes nos discursos da chaga social, da violência/tráfico, da ausência e carência e do idílio. B) Os sites e portais apresentam-se como a “voz” dos moradores de favelas, logo, o morador de favelas tem grandes chances de aparecer como protagonista na produção de informações nestes sites. C) Os sites e portais trabalham de forma implícita ou explícita com a identidade do morador de favela, logo acionam a constante tensão entre o “nós” e os “outros”, constituindo-se, portanto, como *locus* para a formação do processo identitário.

Neste capítulo, apresentamos o caminho teórico-metodológico por nós empreendido, as escolhas feitas e seu conseqüente desdobramento de modo a revelar como compusemos nosso percurso de análise.

Em um primeiro momento, o nosso objeto de pesquisa causa uma certa estranheza pelo fato de muitas pesquisas, como por exemplo o Mapa da Exclusão<sup>24</sup>, apontarem que, no Brasil, poucas pessoas em favelas têm computador ligado à Internet nas suas casas e que o acesso era feito de forma precária por ser um acesso discado. Ainda mais grave é o caso dos moradores de favelas que costumam ser vistos como excluídos tecnológicos. O fato de eles utilizarem a Internet é algo em si curioso. No entanto, mais do que um fato pitoresco, a pesquisa foi percebendo que a utilização de ferramentas da Internet não era algo fortuito ou gratuito, mas vem-se consolidando como uma opção estratégica para que o grupo insira suas demandas e questões na esfera pública ampliada.

As organizações não-governamentais, em parceria com grupos sociais das favelas, criaram sites para dar visibilidade a questões de seu interesse e participar da construção de discursos sobre eles próprios. Propósito importante e que fica ainda mais relevante quando confrontado com a teoria do reconhecimento proposta por Axel Honneth. Tal teoria chama atenção para os aspectos morais e os juízos de valores envolvidos nos conflitos sociais e mostra o quanto problemas de ordem distributiva estão relacionados com a autonomia dos sujeitos individuais e coletivos.

Pela diversidade da Internet em termos de possibilidades de uso e de multiplicidade de linguagens e formatos, propomos, nesta pesquisa, fazer dialogar diferentes métodos para que possamos dar a ver aspectos relevantes do fenômeno delineado. Buscamos alguns elementos da teoria crítica do discurso para construirmos as análises acerca das falas de moradores de favelas no ciberespaço. A teoria crítica do discurso mostra como a análise de discurso contribui para o entendimento de questões sociais e culturais em sua intrínseca ligação com a linguagem (FAIRCLOUGH, 1995). Partindo da tradição de estudos linguísticos, Fairclough

---

<sup>24</sup>“Precisamos desenvolver um plano nacional de banda larga que contribua para a integração de políticas sociais e para a generalização das políticas de governo eletrônico. Em uma favela, a possibilidade de o cidadão substituir uma transação presencial com o governo por uma transação virtual significa uma economia considerável. Vários levantamentos evidenciam que as pessoas residentes nessas localidades acessam pouco os serviços de e-gov. Uma pesquisa sobre a penetração e o uso da Internet nos domicílios e empresas do Brasil, realizada no ano passado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, em parceria com o Instituto Worldwide Social e Opinion Research, mostra que, dos domicílios das pessoas que usaram governo eletrônico num período correspondente a 12 meses, apenas 4% localizam-se em uma favela. Na amostra, 8% dos domicílios consultados encontram-se nessa localidade”, no artigo “Pela democratização da banda larga”, de Rogério Santanna - *26 de julho de 2006*, acessado em <<http://www.cgi.br/infoteca/artigos/artigo30.htm>>.

amplia o entendimento dos diferentes quadros de compartilhamento de sentidos acerca de fatos sociais. A perspectiva por ele defendida é a de que a “linguagem é socialmente e historicamente um modo de ação situada, em uma relação dialética com outras facetas do social” (FAIRCLOUGH, 1995, p.54). O uso da linguagem é sempre simultaneamente constitutivo de: (1) identidades sociais; (2) relações sociais e (3) sistemas de conhecimento e crença. Fairclough apresenta âmbitos complementares para analisarmos os discursos que conformam representações sociais: *ordens de discurso* e *eventos comunicativos*. Em nosso trabalho, o conceito de padrões discursivos derivou-se do termo *ordens de discurso*.

Os eventos comunicativos compreendem três dimensões que estão inter-relacionadas: texto, prática do discurso e prática sociocultural. Procuramos contemplar ao longo desta pesquisa estas três dimensões: nos dois primeiros capítulos procedemos à contextualização sociocultural do fenômeno de favelização. No capítulo de análise, focamos no texto e em suas condições de produção por atores sociais marginalizados.

Estamos considerando como texto a organização lingüística, uma vez que, nessa dimensão é possível dar a ver as representações e as recontextualizações das práticas sociais, a construção particular das identidades do escritor e do leitor e a relação particular entre o escritor e o leitor (idem, p.58). A prática de discurso é a dimensão dos eventos comunicativos que envolvem os processos de produção e concepção do texto. A prática sociocultural dimensiona o evento comunicativo em diferentes níveis de contextualização: desde a contextualização imediata do termo, como o contexto histórico e institucional ao qual os eventos estão submetidos.

Fairclough propõe esses âmbitos de análise para serem aplicados nos meios tradicionais, especificamente os jornais impressos. Consideramos, então, trazer para análise dos eventos comunicativos instaurados na internet algumas reflexões sobre a rede. À teoria crítica da análise de discurso associamos algumas escolhas metodológicas feitas por Mitra para estudar a formação de vozes de grupos marginalizados na internet. Embora, ela não utilize Fairclough em seu trabalho, entendemos que ela contempla as três dimensões — texto, prática de discurso, prática sociocultural — por ele propostas. Mitra analisa como as especificidades da rede instauram o processo de construção de diferentes ordens de discurso no ciberespaço. Portanto, consideramos que as pontuações de Mitra vão ao encontro das preocupações de uma análise crítica dos discursos. Ela investiga: (a) a organização hipertextual como meio para se estabelecer redes discursivas, (b) a interatividade como espaço dialógico de falas, (c) o deslocamento espaço-tempo como forma de descentralizar a



produção de discursos e (d) a heterogeneidade da Internet como possibilidade de os indivíduos falarem por si, criando vozes coletivas.

### 3.1 – *Corpus*

Um fenômeno social não está delimitado em si, mas é o resultado do olhar do pesquisador sobre o objeto empírico. Nos capítulos anteriores, apresentamos o arcabouço teórico que guiará nosso olhar sobre algumas dimensões da realidade. Procuramos construir um corpus de análise que pudesse, de alguma forma, ser a amostragem do que tem sido feito na Internet por moradores de favelas e por não-moradores no sentido de tematizar assuntos e demandas dessa parcela da população. Delimitamos nosso corpus com a intenção de apresentar uma reflexão mais aprofundada.

O *corpus* é composto por uma amostragem das falas de moradores de favelas disponibilizadas em diferentes sites e portais<sup>25</sup> de duas capitais brasileiras: três do Rio de Janeiro (Viva Favela, Central Única das Favelas e Observatório das Favelas) e três de Belo Horizonte (Favela é Isso Aí, Arautos do Gueto e Ocupar Espaços). A análise será construída sobre os discursos que os atravessam. No entanto, não incluímos no corpus falas disponibilizadas nas centenas de comunidades do orkut, em dezenas de blogs de moradores e mais recentemente de vídeos disponibilizados no Youtube<sup>26</sup>. Estamos analisando uma amostragem de 20 textos, selecionada em um universo de cerca de 100 textos lidos no período de 5 a 15 de outubro de 2006<sup>27</sup>, 15 vídeos com duração de 5 a 6 minutos, 92 arquivos de áudio com depoimentos com duração de 30 segundos a 1 minuto.

---

<sup>25</sup> Estamos trabalhando a concepção de site e portal com base na diferenciação apresentada na Wikipedia, enciclopédia eletrônica mantida a partir da colaboração dos usuários: **Site** - “é um conjunto de páginas Web, isto é, de hipertextos acessíveis geralmente pelo protocolo HTTP na Internet. O conjunto de todos os sites públicos existentes compõem a World Wide Web. As páginas num site são organizadas a partir de um URL básico, onde fica a página principal, e geralmente residem no mesmo diretório de um servidor. As páginas são organizadas dentro do site numa hierarquia observável no URL, embora as hiperligações entre elas controlem o modo como o leitor se apercebe da estrutura global, modo esse que pode ter pouco a ver com a estrutura hierárquica dos arquivos do site”. Ver em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Site>>, acessado em 21 de janeiro de 2007. **Portal** - “Um portal é um site na internet que funciona como centro aglomerador e distribuidor de tráfego para uma série de outros sites ou subsites dentro, e também fora, do domínio ou subdomínio da empresa gestora do portal. Na sua estrutura mais comum, os portais constam de um motor de busca, um conjunto, por vezes considerável, de áreas subordinadas com conteúdos próprios, uma área de notícias, um ou mais fóruns e outros serviços de geração de comunidades e um diretório, podendo incluir ainda outros tipos de conteúdos. Ver em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Portal\\_%28internet%29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Portal_%28internet%29)>, acessado em 21 de janeiro de 2007

<sup>26</sup> O YouTube é um programa popular que permite aos usuários baixarem e, principalmente, postarem vídeos que depois são submetidos a outros usuários. Usuários podem colocá-los em um ranking de avaliação.

<sup>27</sup> O período se refere a data de coleta do material e não diz respeito à data de publicação dos textos.

A nossa opção teórica de analisar a luta por estima social direcionou nosso olhar para os textos, sejam escritos ou audiovisuais. No entanto, ressaltamos a importância do caráter impactante que as imagens podem ter. No caso específico das favelas, as imagens, principalmente difundidas pela TV, foram fundamentais para a construção dos padrões discursivos sobre a favela. Dada a delimitação de nossa pesquisa, não iremos aprofundar esta avaliação, mas salientamos sua relevância para o entendimento do problema em questão.

O corpus empírico foi delineado à medida que as discussões conceituais da pesquisa se estabeleciam. No início, o fenômeno de utilização da Internet por moradores de favelas aparecia um pouco amorfo. A literatura que trata do assunto, em grande parte, apenas referia-se a programas de inclusão digital e não tratava especificamente sobre os usos efetivos dos moradores. As discussões focalizam a criação dos telecentros e a instalação de softwares livres que pudessem reduzir a exclusão digital.

A nossa opção foi analisar sites e portais que tivessem as favelas e seus moradores como temática principal. O nosso primeiro passo foi procurar os sites por meio dos canais de busca da própria Internet. Utilizamos o termo favela como palavra chave, a exemplo de um procedimento que qualquer usuário interessado no assunto faria. Olhamos todas as indicações e averiguamos os sites que de fato apareciam. O nosso segundo procedimento constituiu-se em encontrar, nos sites identificados por meio da busca, a sugestão de links para sites que tratassem da mesma temática. O terceiro passo resultou em uma pesquisa aleatória junto aos movimentos sociais e ongs que tratam da temática. Por fim, também fizemos uso da lista apresentada por Valladares (2005).

A maior quantidade de sites que tratam sobre a temática está no Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, tentamos identificar sites construídos apenas por moradores de favelas, dada a intenção de analisar a voz do morador de favelas na luta por estima social. Depois de diversas buscas na Internet e também de uma sondagem junto a movimentos sociais e ongs que tratam da temática, não identificamos sites “puros”. Todos os sites analisados são híbridos, ou seja, são feitos por moradores de favelas e não-moradores que, na sua grande maioria, são profissionais da área de comunicação.

Não trabalhamos com sites “puros” porque eles não existem. Mas o fato de o site ser híbrido poderia desvalorizar a participação dos moradores de favelas? Não em nossa avaliação. A metáfora da voz deve ser entendida de forma mais ampliada. O direito à expressão pressupõe tensões que emergem nas falas e, conseqüentemente, nos discursos dos sujeitos. Não estamos argumentando contra a democratização dos meios de comunicação no

sentido de que os moradores de favelas devem ter seus próprios canais de comunicação. Mas inclusive tentando ampliar a discussão ao mostrar que a construção de uma representação menos estigmatizante sobre o morador de favela requer a participação de diferentes atores sociais e o confronto de diferentes discursos. A partir da perspectiva comunitarista, os meios de comunicação, para atenderem aos interesses da coletividade, devem ser dirigidos e administrados pelos grupos comunitários. Essa perspectiva, por exemplo, inspirou grande parte da ação do movimento de rádios comunitárias no Brasil. Somente com a apropriação dos meios de comunicação – da administração e da produção – as informações poderiam ser produzidas de forma coerente. Mas não basta apenas a apropriação técnica dos suportes.

Em Belo Horizonte, o número de sites que tratam sobre a temática é mais reduzido se comparado ao Rio de Janeiro. O corpus é composto por sites e portais destas categorias: educação e cultura, noticiosos, híbridos e estético-políticos, apesar de encontrarmos outras duas: banco de dados e comerciais. Optamos por não analisar sites da categoria banco de dados — porque apresentam um caráter mais documental e histórico — e os comerciais — pelo caráter mercantil. A nossa escolha contemplou ainda o nível de importância dos sites (mais antigos, com maior número de acessos), capilaridade na Internet, sites que integram uma rede de links com sites que tratam sobre a temática.

A capilaridade é uma característica essencial na Internet, pois possibilita uma maior visibilidade e, conseqüentemente, gera um maior número de acessos - circunstâncias que dão mais relevância para os discursos que são apresentados nestes espaços. Ainda optamos pelos sites que tivessem um maior volume de textos que tratassem da questão da favelização. Interessaram-nos os sites com um volume razoável de textos que problematizavam questões relacionadas ao processo de favelização, sites que tratam a questão da favela de forma mais ampla, não se restringindo a uma favela ou a um grupo social em específico.

A nossa escolha ainda buscou respaldo na intenção declarada pelos próprios sites: publicizar demandas e questões relativas ao universo das favelas, a partir da perspectiva dos próprios moradores. Os sites e os portais contam com um vasto conjunto de textos em diferentes formatos, o que impossibilitaria que todos fossem analisados por nós. Portanto, seguimos alguns critérios para selecioná-los. Embora tenham objetivos semelhantes, os sites apresentam formatos bastante diferentes, não sendo possível seguirmos um critério padrão para a escolha dos textos. Definimos critérios diferentes para as categorias: 1) educativos e culturais e estético-políticos – textos que aparecem o depoimento dos moradores de favelas;

2) noticiosos – as notícias que aparecem em destaque na home page; 3) reflexivos – artigos assinados.

Tabela 01 – Critérios de escolha dos sites e portais

Site	Natureza	Descrição/propósito	Motivos da escolha
Arautos do Gueto	Educativos/ culturais	Sobre projetos ou programas sociais localizados e específicos, normalmente circunscritos a uma comunidade. Um dos principais propósitos é divulgar a instituição e seus respectivos projetos sociais.	Para contrabalancear o número de sites entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte, optamos em escolher, nesta categoria, um site belo-horizontino. Das possibilidades, era o site melhor estruturado.
Viva Favela	Noticioso	Canal de informação sobre o que acontece nas favelas. A intenção é dar um tratamento jornalístico aos fatos ocorridos nestas localidades. Adotam uma linguagem jornalística.	Um dos portais noticiosos sobre a temática com maior número de acessos.
Favela é Isso Aí			É o principal site noticioso que trata especificamente da temática em Belo Horizonte.
Central Única da Favela	Híbrido	Propõe-se a fazer uma reflexão sobre o processo de favelização. Normalmente, pensam a favelização de uma forma mais abrangente, não se restringindo as determinadas comunidades.	Trata-se de um site de referência para jovens moradores de favelas de todo Brasil, muito em função da notoriedade de um dos seus coordenadores, MV Bill.  Está vinculado a uma rede de sites distribuídos por oito estados brasileiros, além do Distrito Federal.
Observatório de Favelas			Tem média diária de 1.497 acessos e mensal de 44.936. O acumulado de 2006 aponta 380 mil acessos. <sup>28</sup>
Ocupar Espaços	Estético-político	Trabalham com as imagens da favela, seja por meio de fotografias, seja por meio de vídeos.	Entre os sites estético-político é o que dá mais espaço para o discurso verbal e não apenas para o discurso imagético.

<sup>28</sup>As informações foram obtidas junto ao jornalista responsável pelo site, Vitor Monteiro de Castro.

### 3.2 – Indicadores analíticos

O percurso metodológico foi orientado pela seguinte indagação: como os processos comunicativos instaurados nos sites e portais mediam a luta dos moradores de favelas por estima social? O primeiro passo foi operacionalizar o conceito de *reconhecimento* (Honneth, 2003). Como apontado anteriormente, de modo a extrair dele os indicadores analíticos norteadores de nossa investigação, enfatizamos as seguintes características da luta por reconhecimento: a) expressa a relação de respeito recíproco e valorização mútua entre os indivíduos; b) pressupõe a construção das identidades pessoais em processos intersubjetivos; c) encampa a possibilidade de os sujeitos falarem por si, participarem ativamente de processos de construção coletiva para a inovação social; d) pressupõe a antecipação da expectativa do interlocutor nos processos comunicativos de produção de enunciados e sentidos; e) é princípio imbricado nas relações de interação social mediadas pelo uso da linguagem.

No momento seguinte, as premissas teóricas foram transformadas em indicadores analíticos. Guiou-nos nesse processo o entendimento de que o reconhecimento está intimamente ligado ao desenvolvimento das capacidades autônomas dos sujeitos, voltadas para a construção e a justificação de razões e ideais de bem-viver ligados à própria identidade e também à identidade do outro. Entendemos a autonomia individual é a capacidade de falar por si próprio, de se auto-representar, de criar entendimentos políticos e soluções para os problemas; capacidade cognitiva de participar de forma crítica dos processos políticos; possibilidade de opinar sobre aspectos da coletividade.

De modo a explorar como os discursos apresentados nos textos conduzem a deslocamentos e à desestabilização de imagens e representações monolíticas e fechadas, interessa-nos verificar a possibilidade da construção intersubjetiva de sentido. Os conceitos intertextualidade, dialogismo e polifonia (Bakhtin) nos permitem construir uma análise capaz de evidenciar como diferentes discursos sobre o morador de favela — idílio, violência e tráfico, chaga social, falta e carência e diversidade — estão em constante tensão.

(...) deve-se reconhecer que os traços impressos na língua, a partir do uso discursivo, criam em seu interior choques e contradições que fazem Bakhtin afirmar que em todo signo se confrontam índices de valor contraditórios e que, em suma, "o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes" (BARROS, 1993, p.8).

Em um espaço de visibilidade mediático no qual se interconectam diferentes discursos sobre as favelas, torna-se importante indagar como os moradores falam sobre si próprios e como esse discurso é construído e articulado a partir da relação com o não-morador? Entendemos que à medida que os moradores de favelas estão construindo discursos sobre eles próprios, estão empreendendo também uma luta por estima social.

De modo a facilitar a apreensão dos indicadores por nós utilizados, criamos um quadro analítico que visa contemplar dois momentos de nossa investigação empírica. No primeiro momento, procuramos identificar e classificar o texto analisado com relação à autoria, ao gênero e ao formato. No segundo momento, buscamos pontuar elementos que nos permitissem identificar, nas falas escolhidas, indícios dos tipos de dispositivos virtuais acionados, do discurso construído e das dinâmicas e tensões expressas no entrecruzamento de diferentes vozes e posições. O quadro apresenta uma coluna com os indicadores, uma breve descrição dos objetivos relacionados a cada um deles e as perguntas por eles suscitadas.

Tabela 02 – Indicadores analíticos da luta por estíma social

<b>Indicadores</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Perguntas</b>
Identificação do autor do texto	Traçar um perfil dos moradores de favelas que estão na internet	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Nome</li> <li>➤ Idade,</li> <li>➤ Favela e cidade de origem</li> <li>➤ Gênero</li> </ul>
Classificação do texto	Verificar o gênero do texto	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ formato</li> <li>➤ gênero</li> </ul>
Dispositivos da internet	Analisar as especificidades da Web	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Hipertextualidade</li> <li>➤ Interatividade</li> </ul>
Discurso	Desvendar qual discurso que se constrói nestes sites sobre o morador de favelas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sobre o que falam?</li> <li>➤ Quais assuntos lhes interessam?</li> </ul>
Identidade x Alteridade	Identificar as marcas textuais da relação “nós” e “outro”. Se há uma ação explícita para delinear uma identidade nos textos. Se não, qual identidade emerge.	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Como se pensa a condição de morador da favela na cidade?</li> <li>➤ Quais os elementos apresentados como relevantes na construção dessa identidade?</li> <li>➤ O que pode ser concedido para a construção de novas representações,</li> <li>➤ Como o outro está pressuposto?</li> </ul>
Autonomia	Verificar nos sites como aparecem os moradores de favelas, sobre o que falam e como aparece o “falar por si”.	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤</li> <li>➤ Como aparecem? Redigindo, dando depoimento? Editando? Qual é a perspectiva dessa fala?</li> </ul>
Vozes	Identificar as marcas da polifonia (aspectos q mostrem outras vozes/discursos sobre a favela e o morador de favelas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O discurso reforça ou contrapõe os discursos da chaga social, tráfico e violência, idílio, falta/carência, diversidade?</li> <li>➤ Nas falas, há uma referência explícita ou implícita a esses</li> </ul>



*Eu só quero é ser feliz,  
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, han.  
E poder me orgulhar,  
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar.  
Mas eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz, onde eu  
nasci, é.  
E poder me orgulhar e ter a consciência que o pobre tem seu  
lugar  
Rap da Felicidade*

## Capítulo 4 – A luta por estima social: uma rede de discursos na Internet

### 4.1 – *Favelas na Web*

Nos sites e portais analisados, identificamos narrativas que se articulam a partir e com o texto, e registram os falares sociais. Permeadas de fragmentos de discurso (em contradição, sintonia, hegemônicos ou de resistência), as narrativas podem ser vistas como parte de um discurso social e caracterizam-se por uma formação discursiva peculiar (SOUZA, 2006b).

Narrativas são práticas ordenadoras de sentido, intervenções concretas, em contextos específicos, desenvolvidas por sujeitos; elas estão inseridas ou fazem parte de um processo mais amplo, que são os processos comunicativos (FRANÇA, 2006, p.61).

No ambiente digital, não são uma descontinuidade com outros processos sociais. Consideramos relevante apresentarmos o conceito, uma vez que os discursos se apresentam nos sites analisados sob a forma de narrativas. Adaptadas para a internet, elas guardam algumas das características básicas do ambiente digital, como a hipertextualidade, multimidialidade, personalização, memória, atualização contínua e interatividade (PALÁCIOS, 1999, RIBAS, 2004).

(a) A hipertextualidade diz da fragmentação do discurso e à possibilidade de acessar rapidamente diferentes blocos de informação por meio de links. O hipertexto abre um leque de informações que permite acesso a diferentes ângulos e percepções sobre um mesmo tema; (b) A multimidialidade diz da possibilidade de, em um mesmo ambiente, coexistirem diferentes linguagens e formatos (áudio, vídeo e texto) que se atravessam na construção de uma narrativa; (c) A personalização possibilita a criação de páginas individualizadas ou customizadas; (d) A memória disponibilizada por meio do banco de dados consiste na gestão da informação, armanejamento e possibilidade de recuperação instantânea de dados. O banco de dados é um suporte para a composição de novos modelos de narrativas multimídia; (e) A atualização contínua demonstra o caráter dinâmico que a rede pode representar para a produção de informação, não seguindo a

nenhum parâmetro de periodicidade se não o tempo dos acontecimentos e (f) A interatividade, em última instância, deve ser entendida como a possibilidade de os sujeitos dialogarem. Nas palavras de Primo (2003), não deve ser reduzida a aspectos meramente tecnológicos.

Pela natureza de nossa pesquisa, não temos como aprofundar nessa discussão, mas consideramos fundamental pontuar pelo menos os aspectos da interatividade e da hipertextualidade, características que sem dúvida conformam também o discurso. Para José Luiz Braga (2001), a interatividade não é característica apenas da Internet e pode ser encontrada em outras redes informatizadas, uma grande parte (e talvez a mais importante) das interações é também dessa ordem, diferido (não presencial e imediato) e difuso (uma ampla gama de pessoas), como aliás, é própria da mediatização. A interatividade direta pode ser considerada como casos particulares dos processos gerais de interação mediática na sociedade. O autor considera que, na Internet, o funcionamento em banco de dados é, por definição, diferido e difuso. Além disso, ele ressalva ser preciso distinguir a interatividade entre usuários da interatividade com a máquina ou como a rede – dois processos bem mais diferenciados do que habitualmente assinala. Por isso, identificamos nos sites, espaços em que se pode existir algum nível de interatividade, seja entre os usuários, seja entre eles e os autores dos textos.

Tabela 03 – Ferramentas de interatividade presentes nos sites e portais

<b>Sites/portal</b>	<b>blogs</b>	<b>Chats/fóruns</b>	<b>Espaço para correspondência de internautas</b>	<b>Outras formas de interatividade</b>
Observatório de Favelas	Não possui	Não possui	Não possui	Email para contato
CUFA	Não	Possui (o nome da sessão é Discussão)	Sim (o nome da seção é Fale Bem de Nós/ Fale Mal de Nós)	Email com o contato dos colunistas.  Espaço para perguntas e respostas
Favela é Isso Aí	Não possui	Não possui	Não possui	Fale com a gente (formulário para envio de email)
Viva Favela	Não possui	Não possui	Não possui	Email para contato E seção denominada

				Espaço Aberto (para o envio de textos e artigos)
Ocupar Espaços	Possui	Não possui	Não possui	Email para contato
Arautos do Gueto	Não possui	Não possui	Não possui	Email para contato

Como vimos, as possibilidades de interatividade nos sites e portais analisados ainda é muito baixo. Em certa medida, a ausência desses canais impede um debate sincrônico na maior parte dos sites. Se consideramos que o email para contato é a principal ferramenta, as respostas são assíncronas, o que não favorece uma agilidade no debate. Podemos entender que a troca de argumentos e a incorporação dos argumentos se dá a longo prazo. O Ocupar Espaços, conta com um espaço para blog (denominado Diário), mas que, no período analisado, estava sub-utilizado, sem postagens de usuários. A exceção é o portal da CUFA que apresenta várias ferramentas para que as pessoas interajam entre si. Há um fórum de discussão, espaço para que os usuários façam perguntas e ainda um seção destinado a uma espécie de carta dos leitores (Fale Bem de Nós, Fale Mal de Nós)

Apesar da baixa interatividade, uma centena de falas de moradores de favelas está disponibilizada na internet, prontas para serem “lidas” a partir do interesse de cada um, compondo uma rede de discursos que pode ser acessada facilmente, a qualquer momento, por qualquer usuário. Elas estão organizadas como textos que utilizam os *links* e hipertextos.

Por meio de links, os sites estão conectados, e podemos apontar para a existência de uma rede de vozes. Por cada site corresponder a uma interseção dessa rede, não se pode indicar um centro. A rede discursiva é descentrada. Não se pode identificar único irradiador de informação, porque o ponto de entrada para essa rede é definido pelo usuário. A hipertextualidade possibilita a formação de tal *rede* que comporta múltiplas representações sobre as favelas e seus moradores. Na Web, não há uma centralidade discursiva, um pólo ordenador das falas, visto que se encontram de forma desordenada, mas interligadas, no conjunto de centenas de páginas.

Os processos discursivos na rede são permanentes – os endereços ficam no ar 24 hora por dia, todos os dias da semana - e dinâmicos – há uma atualização frequente das informações-, fazendo com que os debates instaurados, a partir e nos sites e portais, tornem-se um âmbito de grande relevância para a produção de reflexões por diferentes atores sociais sobre o processo de favelização.

Os usos dos dispositivos da internet representam para os moradores de favelas a possibilidade de publicização de questões de forma sistemática, dado o fato que os sites estão permanentemente no ar e frequentemente são atualizados. Podemos questionar o grau de visibilidade que essas questões alcançam na esfera de visibilidade midiática, ou seja, o nível de exposição, disponibilidade e acessibilidade dos argumentos (GOMES, 2007, p.3) tanto na própria rede como em outros âmbitos de interação. No entanto, não podemos negar o fato de questões que antes ficavam restritas aos limites das próprias favelas tomarem uma dimensão pública.

As falas por nós captadas são emitidas por moradores oriundos de diferentes favelas, embora se liguem pelos pontos de interseção e interconexão dos sites e portais. A referência pode ser direta, quando se menciona uma ação ou um projeto de outro site, ou por meio da indicação de links para páginas que tratam da mesma temática. Algumas ferramentas de localização da própria Internet evidenciam a tematização do processo de favelização no ciberespaço.

Outro indicativo dessa hipertextualidade encontra-se na Wikipedia, a mais conhecida enciclopédia *online*, escrita de forma colaborativa pelos usuários da internet. No verbete favela, aparecem quatro dos seis sites e portais que compõem o corpus. É através dessa *rede discursiva* que moradores de favelas com diferentes crenças, idades, níveis de escolaridade e engajamento político vão, não-articulados institucionalmente, mas motivados por um mesmo propósito, intervindo nos padrões discursivos que são construídos sobre eles e as favelas.

Identificamos também a presença tanto de homens, quanto de mulheres falando por meio de dispositivos da rede. Há um indicativo que, a partir do universo de falas em que as idades foram determinadas, a maioria seja composta por adultos, na faixa etária de 18 a 49 anos<sup>29</sup>. As falas dos moradores são marcadas pelas opções editoriais de cada um dos sites e portais, ou seja, verificamos uma congruência entre os assuntos elencados pelos sites como relevantes e a fala dos moradores. Mesmo as falas dos não-moradores estão marcadas pela perspectiva do morador uma vez que trazem questões e demandas tematizadas por grupos de moradores de favelas que problematizam a sua condição sócio-econômica.

A maior parte das falas foi retirada de depoimentos na primeira pessoa, testemunhais. Tais depoimentos dividem espaço nos sites com uma expressiva quantidade de textos

---

<sup>29</sup> Não é possível fazer o levantamento de idade em todas as falas, pois na identificação dos moradores, muitas vezes, não aparece tal informação. Mesmo que em quantidades menores, também identificamos depoimentos de pessoas da terceira idade.

jornalísticos. Os textos jornalísticos — quanto ao formato, adotam a pirâmide invertida (lead, sublead, desenvolvimento e conclusão) e, quanto ao conteúdo, expressam um conjunto de diferentes falas que se articulam para criar uma narrativa. O portal Viva Favela, por exemplo, disponibiliza as informações, principalmente, sobre as favelas cariocas na seção “Revista” cujo formato se referencia na linguagem jornalística. O Observatório de Favelas, CUFA e Favela é Isso Aí também dispõem de um espaço para as notícias.

Nos textos jornalísticos, as falas de moradores aparecem compondo as narrativas. Diferentes falas dialogam nesses espaços que, por serem especializados na temática da favela, permitem um alto grau de aprofundamento. Os sites e portais tornam-se espaços oficiais para se apresentar a opinião dos grupos e moradores sobre assuntos de relevância para as cidades e, em alguns casos, para o país.

Observamos que há um conjunto recorrente de temáticas que são colocadas como de interesse ao se apresentar as favelas: assuntos referentes à urbanização e financiamento de habitação populares, temas relacionados aos Direitos Humanos com destaque para os direitos de crianças e adolescentes, aspectos relacionados à produção artística e as especificidades culturais das favelas. Há também uma preocupação muito grande em relação à cobertura da mídia sobre as favelas.

Não podemos, no entanto, falar em homogeneidade entre os sites e portais, tendo em vista que cada um fala sobre o processo de *favelização* a partir de uma perspectiva específica. A enunciação coloca em contato argumentos com diferentes níveis de racionalidade. Tanto o morador ordinário, quanto o que se destaca ou pelo grau de escolaridade ou pela participação em grupos organizados, ao refletirem sobre o que é ser favelado reorganizam *as comunidades de valores* e reconfiguram uma forma de estar no mundo.

A partir da vivência, o morador opina, pondera, analisa aspectos de uma realidade que ele ajuda a objetivar por meio da linguagem. Essa ação, embora esteja no domínio pré-político, é fundamental para os sujeitos buscarem autonomia individual e política, atributo fundamental para que se engajem, posteriormente, em lutas políticas.

Embora haja diferenças entre o grau de escolaridade, na representatividade e notoriedade do morador de favela, é o conjunto das falas e o fato de elas estarem em diálogo que fazem da internet uma importante plataforma para que os moradores de favelas emitam suas vozes na esfera pública.

A análise por nós realizada aponta que a emissão de voz comporta dimensões de interações lingüísticas que se sobrepõem e que são delimitadas para efeitos de análise:

discursos *versus* discursos; nas falas, a tensão em torno dos sentidos das palavras, e os embates entre os entendimentos atribuídos aos moradores e os autodeterminados por eles.

O movimento dialógico está diretamente relacionado aos processos de identificação, pois os autores confrontam-se com o outro, o que exige pressupor a expectativa do outro diante do nosso proferimento e também o julgamento que ele fará de nós. O âmbito da estima social comporta essa dimensão e, ao mesmo tempo, reflete o exercício da autonomia individual e política dos sujeitos.

Um dos aspectos relevantes dos usos de sites e portais para tratar da temática da favela é o fato de tornarem possível a circulação de contribuições individuais: os sujeitos falando por si, mas não sozinhos. O conjunto de emissões cria uma voz coletiva. Conforme Mitra (2001), as falas de vários sujeitos conformam-se como uma voz social. A diversidade de enunciados possibilita o questionamento de estereótipos, uma vez que o discurso não se configura em torno de uma única fala.

É importante, no entanto, lembrar que todos os discursos carregam juízos de valores e avaliações morais. A legitimidade de um discurso, do ponto de vista moral, está justamente na possibilidade de ser testado e confrontado com outros. Nesse sentido, no ciberespaço, encontramos uma variedade de pontos de vista sobre as favelas, sustentados por falas de diferentes atores sociais: especialistas, jornalistas, moradores ordinários, pesquisadores, entre outros. A ênfase dada a determinado assunto e aos especialistas convidados demonstra especificidades dos sites e portais. Nessa rede discursiva, a fala dos não-moradores também participa na construção de outras representações.

O Viva Favela é o primeiro portal da Internet a tratar exclusivamente de assuntos de interesse da população de baixa renda. Oferece ao internauta acesso a serviços, produtos e informações voltadas para a sua realidade social, como oportunidades de emprego, diversão, cultura, esportes, saúde, educação e noticiário. Entre o diversificado conteúdo destaca-se a Revista Comunidade Viva, feita por correspondentes comunitários – repórteres e fotógrafos – moradores de favelas e bairros pobres, supervisionados por uma equipe de jornalistas profissionais.<sup>30</sup>

O agir discursivamente sobre o mundo, como membros de uma *comunidade de valores* (Honneth, 2003), passa então a ser uma necessidade dos moradores de favelas para serem considerados cidadãos. A rede de discursos no ciberespaço é constituída por um leque

---

<sup>30</sup>Ver em <<http://www.vivario.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=22&inford=57>>, acessado em 26 de fevereiro de 2007

de assuntos de interesse dos moradores de favelas: processos de ocupação, programas de urbanização, questões referentes aos jovens moradores que entraram para a universidade, o cotidiano das “comunidades”, a história das favelas, ações do movimento hip hop. Identificamos algumas grandes temáticas, quais sejam: educação — falas relacionadas principalmente à formação superior de moradores de favelas—, cultura — falas que tratam da variedade cultural e artística das comunidades —, processo de *favelização* — falas que procuram entender o fenômeno e violações. Neste subgrupo, as falas apontam problemas enfrentados desde violência policial até o tráfico, passando por problemas de saneamento, entre outros.

Os dispositivos da Internet ultrapassam as barreiras de tempo e espaço, sendo possível alcançar um público diferido e difuso. Sem dúvida, essa é uma das principais características que fazem com que a internet seja estrategicamente procurada pelos moradores de favelas. As vozes figuram lado a lado, moradores de favelas ordinários e especialistas, embora não seja possível dizer do impacto de cada uma delas.

A seguir apresentamos uma descrição dos sites e portais nos quais buscamos as falas analisadas.



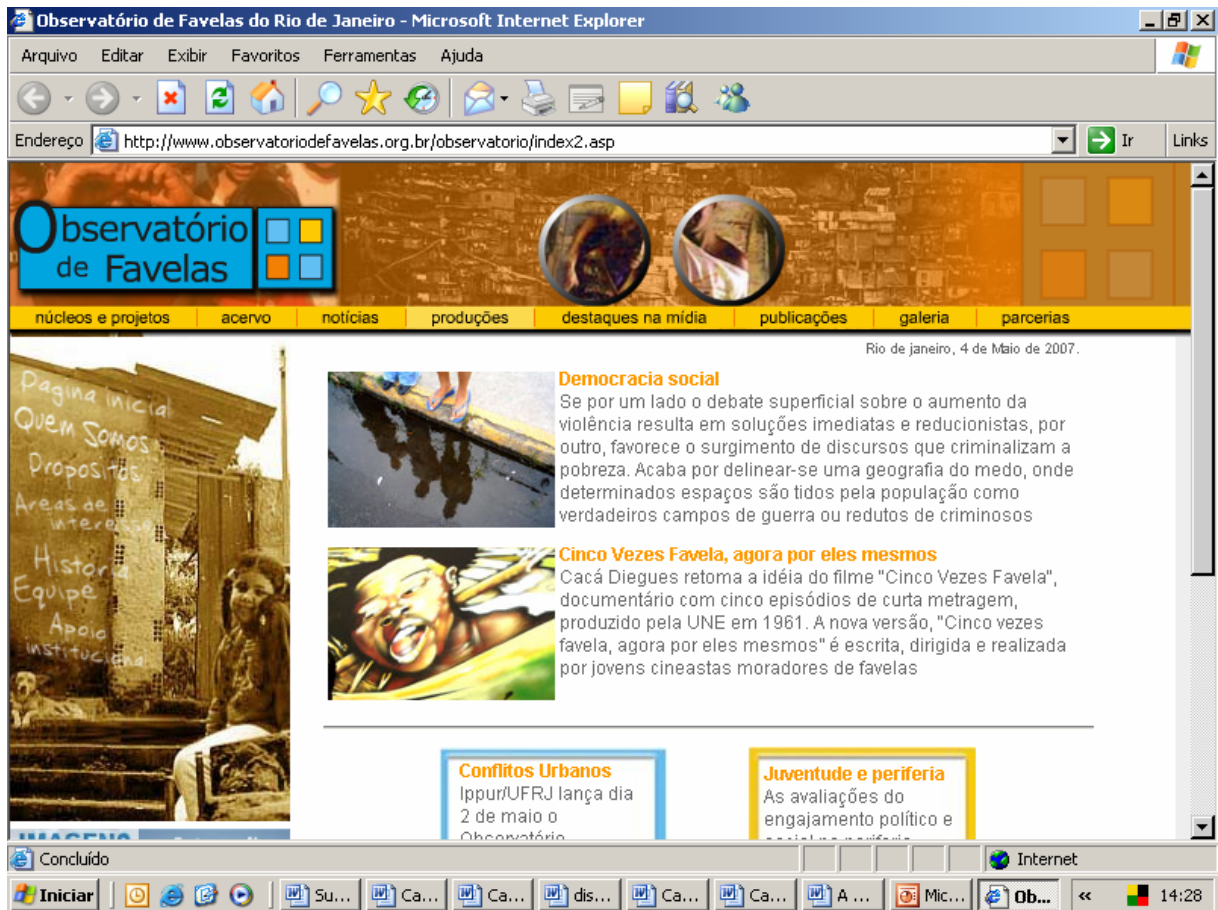


Figura 01 – Página Inicial do Site Observatório de Favelas

## **4.1.1 Sites híbridos**

### **4.1.1.1 Observatório de Favelas**

O Observatório de Favelas do Rio de Janeiro foi criado em 2001 e, em 2003, transformou-se em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O site ([www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br)) surge paralelamente como meio de comunicação do projeto. O Observatório das Favelas centra seus esforços no debate das representações sobre as favelas, a formação universitária e também vem se destacando pelo posicionamento em relação à reflexão sobre a atuação do tráfico nas favelas cariocas e as iniciativas de combate do problema. Entre outras funções, o site vem se configurando como canal para que os moradores possam falar sobre as formas preventivas ao envolvimento de jovens com o tráfico, denunciar os abusos da polícia e a violência aos quais a população das favelas está submetida tanto pela ação dos traficantes como pela ação da polícia.

Trata-se de um caso excepcional em termos de fala de moradores: os seus coordenadores são moradores ou ex-moradores do Complexo da Maré que se formaram na universidade, alguns deles se engajando na vida acadêmica e elegendo o processo de favelização como seu objeto de pesquisa. Essa situação possibilita a formação de uma fala híbrida: é um especialista que, além da reflexão acadêmica, agrega aos seus argumentos a vivência cotidiana em uma favela. As falas trazem um grau reflexivo bastante elevado, pois tensionam visões enraizadas e propõem novas formas de se olhar para as favelas. Um indício dessa intenção encontra-se na página inicial, na parte superior onde se vê uma foto panorâmica de uma favela. Com o cursor, o usuário passa sobre a foto duas lentes de um binóculo que ampliam pontos da imagem, mostrando as cenas do cotidiano de moradores de favelas: crianças nas portas de casa, homens em situações de rotina e um grafite escrito “paz” na parede de uma casa.

As áreas do site seguem os objetivos do projeto: a) formação de quadros técnico-políticos nas comunidades populares; b) comunicação crítica para produção, registro e difusão de experiências e práticas cotidianas presentes nas comunidades populares; c) sistematização e coleta de informações sobre os espaços populares; d) elaboração de estudos e intervenções no campo da violência urbana e dos direitos humanos e e) assessoria a grupos comunitários locais no campo do diagnóstico social.

A ação do Observatório está associada à produção de informação no site, um espaço híbrido, isto é, com a circulação tanto de conteúdos noticiosos quanto uma reflexão de natureza acadêmica. Aparecem em destaque alguns atos políticos das comunidades, campanhas contra a violência, pesquisas, lançamento de livros e vídeos sobre as favelas. As notícias não se referem apenas ao cotidiano do morador, mas trazem informações mais gerais sobre as favelas e o processo de favelização. As matérias seguem um formato jornalístico e não são assinadas. Em geral, os artigos acadêmicos são produzidos por moradores e ex-moradores:

O Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (OF/RJ) é uma rede sócio-pedagógica, com uma perspectiva técnica-política, integrada por pesquisadores e estudantes vinculados a diferentes instituições acadêmicas e organizações comunitárias. Seus principais coordenadores são moradores ou ex-moradores da periferia do Rio de Janeiro que atingiram uma formação universitária e conseguiram preservar seus vínculos e identidades com o território de origem. A instituição vem atuando como uma rede de formação de lideranças comunitárias, na produção de conhecimentos específicos sobre os espaços populares e na assessoria de ações inovadoras nas favelas cariocas, de forma prioritária.

A interface do site bastante limpa e objetiva, com ótimo nível de navegabilidade, ajuda a evidenciar questões importantes para o debate. A *home page* (página inicial) é dividida em quatro partes: duas delas no centro e duas dispostas horizontalmente. Na parte superior do centro, aparecem duas manchetes de assuntos diversos: desde projetos do Observatório de Favelas à tematização das rádios comunitárias.

As manchetes são acompanhadas por duas fotos que também retratam cenas do cotidiano dos moradores de favelas. Na parte inferior, aparecem quatro quadros com informações diversas. Normalmente, aparecem destacados os resultados de pesquisas relacionados a temas de interesse de moradores de favelas, matérias positivas que foram veiculadas na mídia tradicional, destaque para algum projeto do OF em desenvolvimento e um artigo acadêmico também relacionado à temática da favela.

Na barra horizontal à esquerda, estão disponibilizados *hiperlinks*: quem somos, propósitos, área de interesse, história, equipe e apoio institucional. A partir desses links é possível conhecer os projetos do OF cujos eixos centrais tratam de quatro temas integrados: políticas sociais; espaços populares; violência urbana, em particular a letal; e Direitos Humanos. Na barra vertical superior, aparecem os links: núcleos e projetos, acervo, notícias, produções, destaque na mídia, publicações, galerias e parcerias. Dentre estes *hiperlinks*,

destacamos a clipagem feita de todas as matérias relacionadas ao processo de favelização, seja no campo cultural e artístico, urbanístico, violência, entre outros assuntos. O arquivo traz matérias desde setembro de 2003 até dezembro de 2006<sup>31</sup>. As matérias, de forma geral, retratam situações vivenciadas nas favelas do Rio de Janeiro, mas o arquivo também guarda relatos sobre outros estados: em Minas, a premiação da Rádio Favela pela ONU, sobre projeto de vídeo para jovens do Ceará e uma dizendo que a Febem de São Paulo não cumpre as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Também aparecem matérias de assuntos gerais que possam interessar os moradores de favelas, como é o caso da matéria sobre o Fundo de Habitação de Interesse Social. No link produções, são divulgados artigos de especialistas e de estudantes universitários oriundos de favelas e comunidades populares. A seção funciona também como um banco de dados e tem arquivado artigos desde setembro de 2003<sup>32</sup>.

As falas dos moradores que aparecem neste domínio são fortemente marcadas pela linguagem acadêmica, tendo em vista que, em geral, são produzidos por moradores de favelas que ingressaram na universidade. As falas revelam, portanto, o esforço de o morador conectar a vivência com o conhecimento acadêmico. A maioria vem de moradores que cursam ou cursaram o ensino superior.

---

<sup>31</sup>A última matéria, postada quando acessamos o site para a nossa análise em 13 de janeiro de 2007, era uma reportagem feita pela revista Carta Capital: Um tiro no futuro 20/12/2006 Novos levantamentos sobre a vitimização de jovens indicam que uma geração inteira está sendo aniquilada.

<sup>32</sup> Destacamos o artigo é “Opinião sobre os riscos do discurso da ausência em relação às favelas” (25/9/2003), *um texto de* Jailson de Souza e Silva comentando o artigo do Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares.

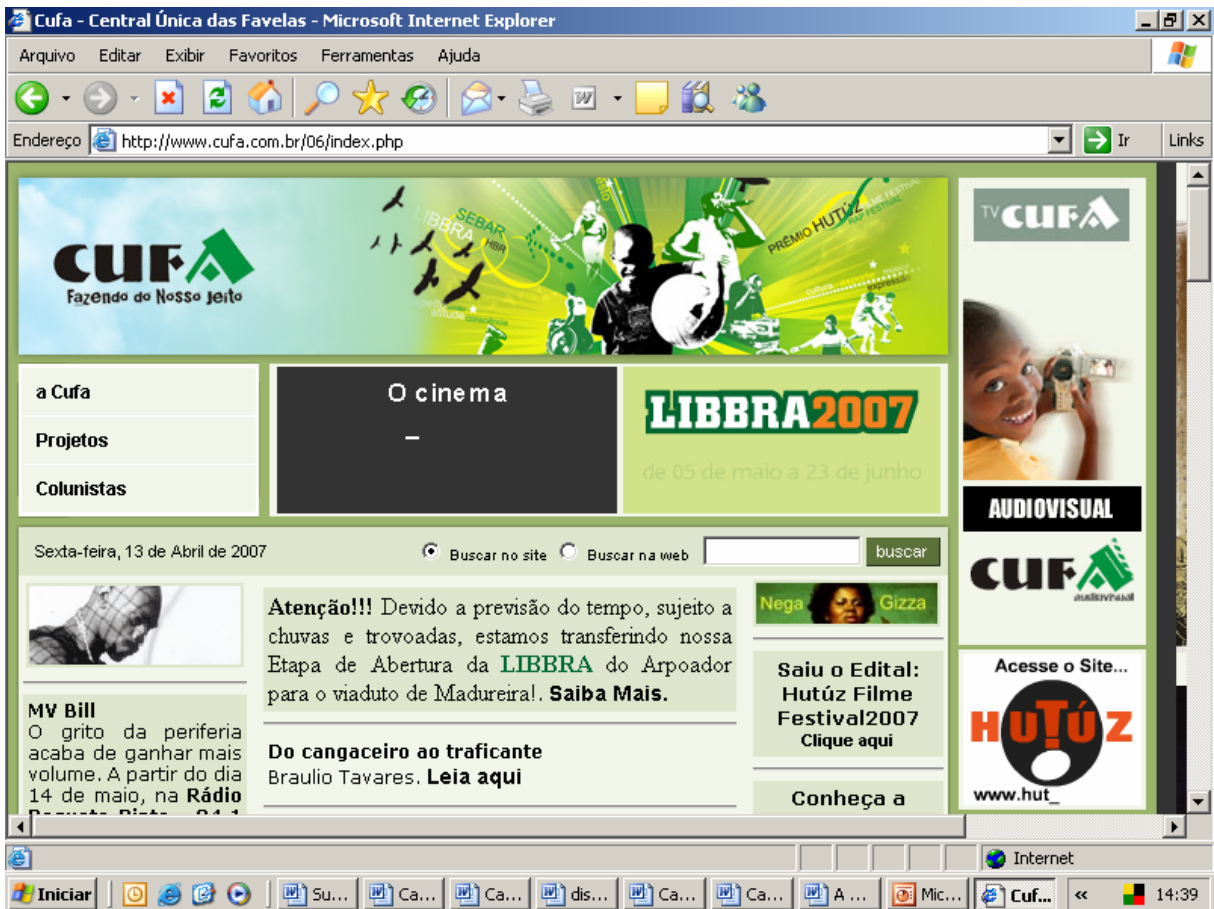


Figura 02 – Página inicial site CUFA

#### 4.1.1.2 - Central Única das Favelas

A Central Única das Favelas é uma organização não-governamental que trata da temática da favelização por meio dos elementos do Hip Hop tradicionais: a música (rap), expressão plástica (grafite), a dança (break), com a assimilação de outras linguagens, tais como o audiovisual, o basquete de rua e a literatura. A ong também desenvolve diversas ações nas áreas de educação, lazer, esportes, cultura e cidadania. O portal ([www.cufa.org.br](http://www.cufa.org.br) ou [www.cufa.com.br](http://www.cufa.com.br)) é resultado dessa ação. O trabalho da Cufa ganhou notoriedade com a visibilidade nacional dada a um de seus fundadores, o rapper MV Bill. Sua primeira sede foi na favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. Atualmente, a ong conta com bases em outros quatro pontos no Rio de Janeiro (Acari, Cisane, Complexo do Alemão e Centro Cultural e Esportivo), no Distrito Federal e em oito estados brasileiros: Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo. Esses diferentes espaços estão interligados por meio de links no portal.

O portal da Cufa abriga conteúdos reflexivos e noticiosos. As notícias são relacionadas aos projetos direta ou indiretamente ligados à CUFA. O portal tem um caráter mais institucional e está ligado a uma rede de sites e blogs espalhados pelos oito estados onde a ong mantém uma base funcionando. A exemplo do site do Observatório de Favelas, os artigos dos colunistas são os espaços em que se pode encontrar um maior volume do conteúdo analítico. O site destaca em sua *home* manchetes relacionadas a eventos e atualidades, sendo que as matérias têm um caráter informativo de serviço. No geral, não são textos reflexivos e, devido a isso, consideramos que é nos artigos dos colunistas que podemos encontrar a competição discursiva que nos interessa analisar.

É possível observar no portal uma diversidade de falas: a fala institucional dos membros da ong, as falas sobre as favelas recortadas nos meios massivos e a fala de “especialistas” - pessoas escolhidas pelos organizadores do portal para atuarem como colunistas, ou serem uma espécie de porta-voz das questões da favela. Nem todos os colunistas são identificados no site com a apresentação de um pequeno currículo. A partir da leitura das colunas, fizemos uma inferência sobre sua composição: são formadas por pessoas que ocupam diferentes setores sociais: moradores de periferia (MV Bill, Manoel Soares, Marcella Peçanha, Preto Zezé, Anderson Maciel) e profissionais liberais, mas, no geral, são pessoas ligadas aos meios de comunicação (Freitas, Chico Chagas, Fernanda Borriello, Bruno Moreno e Fânia Rodrigues).

O portal Central Única das Favelas e o site do Observatório de Favelas são capitaneados, respectivamente, por MV Bill (morador da Cidade de Deus) e Jaílson de Souza Silva (ex-morador do Complexo da Maré), referências nacionais para discussão da temática. Os dois ganharam notoriedade pela projeção em suas respectivas áreas - o primeiro no cenário artístico e o segundo no universo acadêmico - associada à participação na implementação de políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro, destinadas principalmente aos jovens de periferia. Eles se servem dessa legitimidade para provocar, na esfera pública, a discussão dos padrões discursivos sobre as favelas. Por essa atuação e notoriedade, ambos participam de debates instaurados pelos meios de comunicação. Participação essa que eles próprios consideram necessárias serem ampliadas, uma vez que defendem a manutenção dos sites como canal para que as demandas do morador de favela ganhem visibilidade. Essa notoriedade amplia numericamente os acessos e, portanto, o tema passa a ser visto por um número maior de usuários da rede.

O site Central Única das Favelas propõe uma associação direta entre o movimento hip hop e a identidade do morador de favela. Os colunistas – muitos deles moradores de favelas – que ocupam lugar de destaque no portal têm uma relação direta com um das práticas culturais do hip hop: o breack, o rap, a discotecagem, o basquete. O Movimento Hip-Hop é um canal de expressão para centenas de jovens, a maior parte negros, de comunidades populares em todo o Brasil. Os assuntos que merecem destaque estão também ligados a esse universo.

O Central Única das Favelas está sempre se referenciando em notícias e entrevistas sobre questões relacionadas às favelas, divulgadas nos meios massivos. Esse diálogo se intensificou principalmente com a divulgação do documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*. O documentário foi produzido por MV Bill e Celso Athayde, fundadores e coordenadores da ONG, e lançado em rede nacional no *Fantástico* (Programa dominical da Rede Globo) e trazia depoimentos de jovens e crianças cooptados pelo crime organizado.

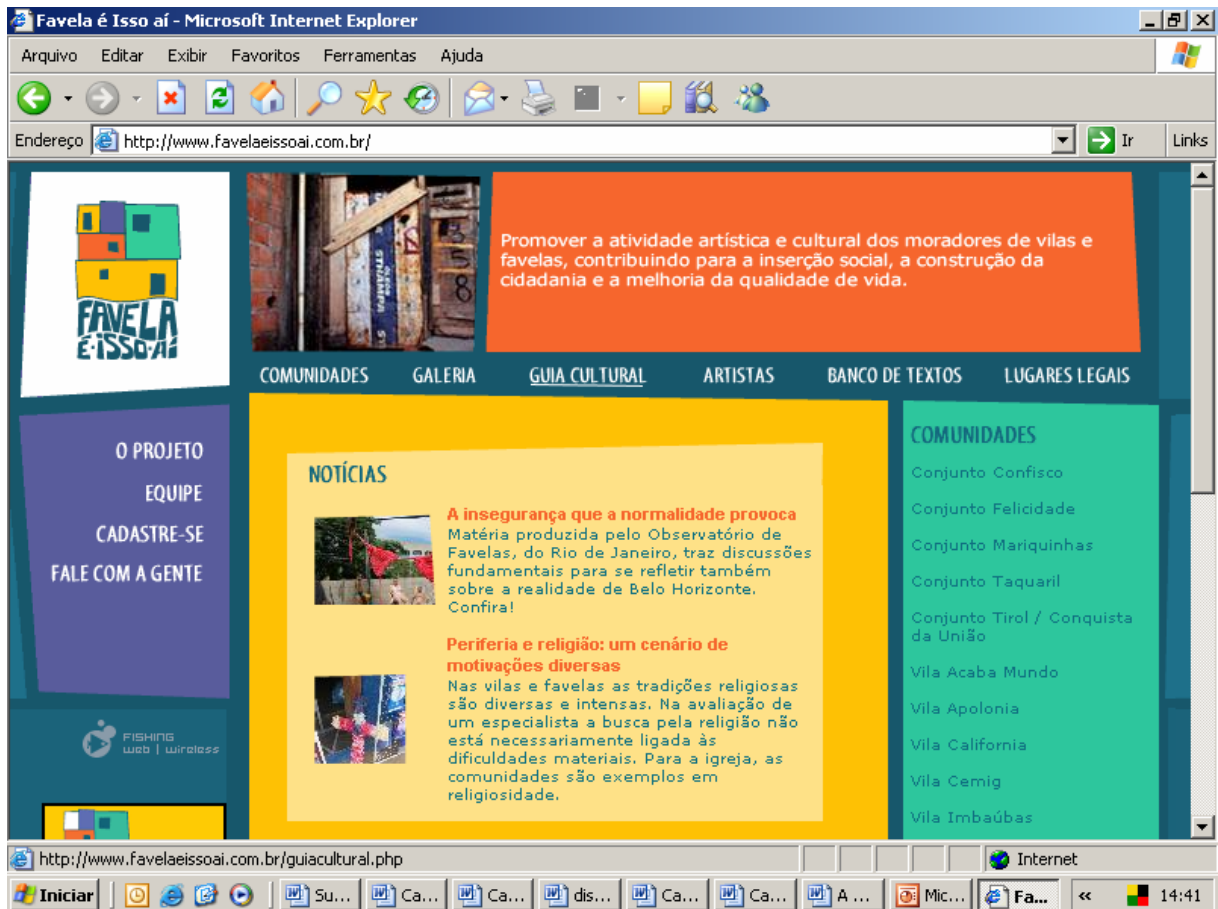


Figura 03 - Página inicial do site Favela É



## 4.1.2 – Sites Noticiosos

### 4.1.2.1 - Favela é Isso Aí

O site Favela é Isso Aí ([www.favelaeissoai.com.br](http://www.favelaeissoai.com.br)) é produzido por uma organização não-governamental com o mesmo nome que surgiu com o propósito de ser um meio de comunicação para os grupos culturais de Belo Horizonte. Com um caráter noticioso, funciona como uma agência de notícias que traz informações sobre os grupos culturais, eventos e projetos culturais desenvolvidos na capital mineira. O site Favela é fruto do Guia Cultural de Vilas e Favelas, idealizado pela antropóloga Clarice Libânio e publicado em agosto de 2004, com o objetivo de mapear os grupos e projetos de arte existentes nas favelas. O site é o principal produto da ong, que também produz documentários e videoclipes para os artistas da favela. Optamos por trabalhar com os depoimentos de moradores divulgados no site, o qual se apresenta como alternativa aos meios de comunicação de massa:

Visibilidade e divulgação também fazem parte do quadro de necessidades dos grupos culturais da periferia, que reclamam dificuldade de acesso à mídia. Soma-se ao cenário de ausências, uma carência de intercâmbio e articulação que potencialize o trabalho conjunto.

Por fim, temos como entrave para a produção e visibilidade das manifestações artísticas da periferia o preconceito contra os moradores de vilas e favelas, sustentado pelo estigma de que na periferia existe apenas violência e marginalidade.

Para reverter o quadro de ausências: ações realizadas - Além da criação e manutenção deste site, que tem por objetivo estender as manifestações artísticas e culturais da periferia para o restante da sociedade, também são destaques nas atividades da entidade a produção de documentários e videoclipes para os artistas das favelas da Capital.

A missão da ONG é dar visibilidade às ações artísticas e culturais dos aglomerados de favelas em Belo Horizonte. Para tanto, ela disponibiliza semanalmente matérias jornalísticas sobre os grupos e eventos culturais nas comunidades. A interface é dividida em quatro partes: barras de ferramenta à esquerda e direita na vertical, uma barra na horizontal e, na parte central, aparecem as manchetes dos assuntos mais relevantes, um link para os artistas ou grupos culturais em destaque e link para os depoimentos de moradores. A barra superior traz uma oferta de serviços sobre as comunidades, apresentando locais culturais nas favelas, o histórico de algumas comunidades, o perfil dos artistas e link para artigos que tratam da temática. Na barra vertical à direita, o usuário encontra link para o histórico, localização e

informações gerais sobre as vilas e favelas de Belo Horizonte. O site Favela é Isso Aí, por sua vez, fez uma opção pelo debate de temas referentes à produção artística nas favelas. A arte também aparece como elemento constitutivo e de grande relevância na formação política do morador de favela.

(...) Diante desta, e com o objetivo de proporcionar a inserção social e construção da cidadania através do apoio e divulgação das ações de arte e cultura da periferia, foi criada a associação Favela é Isso Aí. A ONG tem também o intuito de contribuir para a redução da discriminação em relação aos moradores de vilas e favelas, promover geração de renda para as artistas, ajudar a prevenir e minimizar a violência, melhorar as condições do fazer artístico e acesso ao mercado cultural.

Uma das justificativas para a proliferação das manifestações culturais e artísticas fundamentais na periferia é o fato de serem fundamentais na criação de laços afetivos e no desenvolvimento de novas alternativas de socialização, participação e construção da cidadania, principalmente, para a juventude<sup>33</sup>.

O site funciona como uma agência de notícias para grupos e artistas oriundos das favelas e bairros de periferia. As falas de moradores versam sobre essa temática e seus desdobramentos.

---

<sup>33</sup>Ver em <<http://www.favelaeissoai.com.br/oprojeto.php>>, acessado em 14 de março de 2007.



Figura 04 - Página inicial do portal Viva Favela

#### 4.1.2.2 - Viva Favela

O portal Viva Favela ([www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br)) reúne um conjunto de sites sobre a temática da favela. Constitui-se também e, principalmente, como um veículo noticioso, uma espécie de agência que disponibiliza informações das favelas do Rio de Janeiro. O portal abriga os sites Favela Tem Memória, Beleza Pura e Eco Pop, Foto Favela e também traz links para o site do Observatório de Favelas. Optamos por circunscrever a nossa análise aos textos noticiosos. É o maior portal a tratar da temática, com uma intensa ligação entre produção de informação, programas de inclusão digital e ações para combater a violência e construir a paz.

As matérias manchetas na *homepage* são acompanhadas por fotos. Outro aspecto relevante para termos escolhidos esses textos é o fato de que muitos deles foram escritos por “correspondentes”, moradores das favelas do Rio de Janeiro que colaboram com o portal. De acordo com o site, são jovens baseados nas favelas que mandam as notícias sobre o cotidiano do local. O portal conta também com a colaboração de colunistas, mas os textos não são atualizados com frequência. Muitos são datados de 2003, e dada a dinamicidade da Internet, que exige a renovação constante de conteúdos, trata-se de artigos velhos.

As matérias seguem um padrão da escrita jornalística tradicional: lead, sublead e desenvolvimento. Há uma “padronização” da linguagem. O objetivo da proposta do Viva Favela está disponibilizada no portal:

O Viva Favela ([www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br)) é um projeto inovador. Realizado pela ONG Viva Rio, tem como meta a inclusão digital, a democratização da informação e a redução da desigualdade social.

Como uma ponte virtual entre o asfalto e a favela, conta com uma equipe de jornalistas e "correspondentes comunitários" - moradores de favelas capacitados para atuar como repórteres e fotógrafos.

O trabalho é feito em parceria. E o resultado mostra que há muito mais para se contar sobre as favelas do que histórias de violência e narcotráfico.

Criado em julho de 2001, o portal cobre áreas tão diversas quanto cultura, emprego, esportes, serviço, diversão, economia e cotidiano. Traz também notícias de interesse das comunidades em tempo real.

O Viva Favela criou os seguintes sites: Favela Tem Memória (com reportagens, depoimentos de moradores e fotos históricas de favelas do Rio), Beleza Pura (feito para mulheres de comunidade), EcoPop (a questão ambiental vista pelo ângulo das favelas) e Clique Seu Direito (consultoria jurídica on-line para crianças e jovens).

“comunitárias - a Rede Viva Rio -, além de uma história em quadrinhos (Cambitolândia) e uma seção sobre a cultura nordestina (O Nordeste é Aqui).

O portal é o desdobramento da ação do Movimento Viva Rio, formado principalmente por profissionais de classe média preocupados com o crescimento da violência no Rio de Janeiro. O portal se propõe a desempenhar a função de ponte entre o “morro” e o “asfalto”. Para tanto, apropriou-se de uma linguagem herdada do jornalismo. De fato, os assuntos que são manchitados seguem outros critérios de noticiabilidade, pois as informações procuram destacar as ações das comunidades, principalmente de favelas cariocas. Uma decisão editorial dos sites é mostrar aspectos da sociabilidade das favelas, a produção dos grupos organizados e sobretudo trazer exemplo de moradores que por ações se destaquem no local de origem.

Ao adotar a escrita jornalística, os moradores-correspondentes passam a compartilhar dos códigos e dos parâmetros do jornalismo para falar sobre eles próprios e sobre a comunidade. Essa junção de perspectivas cria um discurso que valoriza as “especificidades” das favelas, a partir de um formato costumeiramente encontrado nos meios de comunicação comerciais. Devido ao caráter jornalístico, as marcas textuais que identificariam a situação de morador de favela, co-autor das matérias, são apagadas.

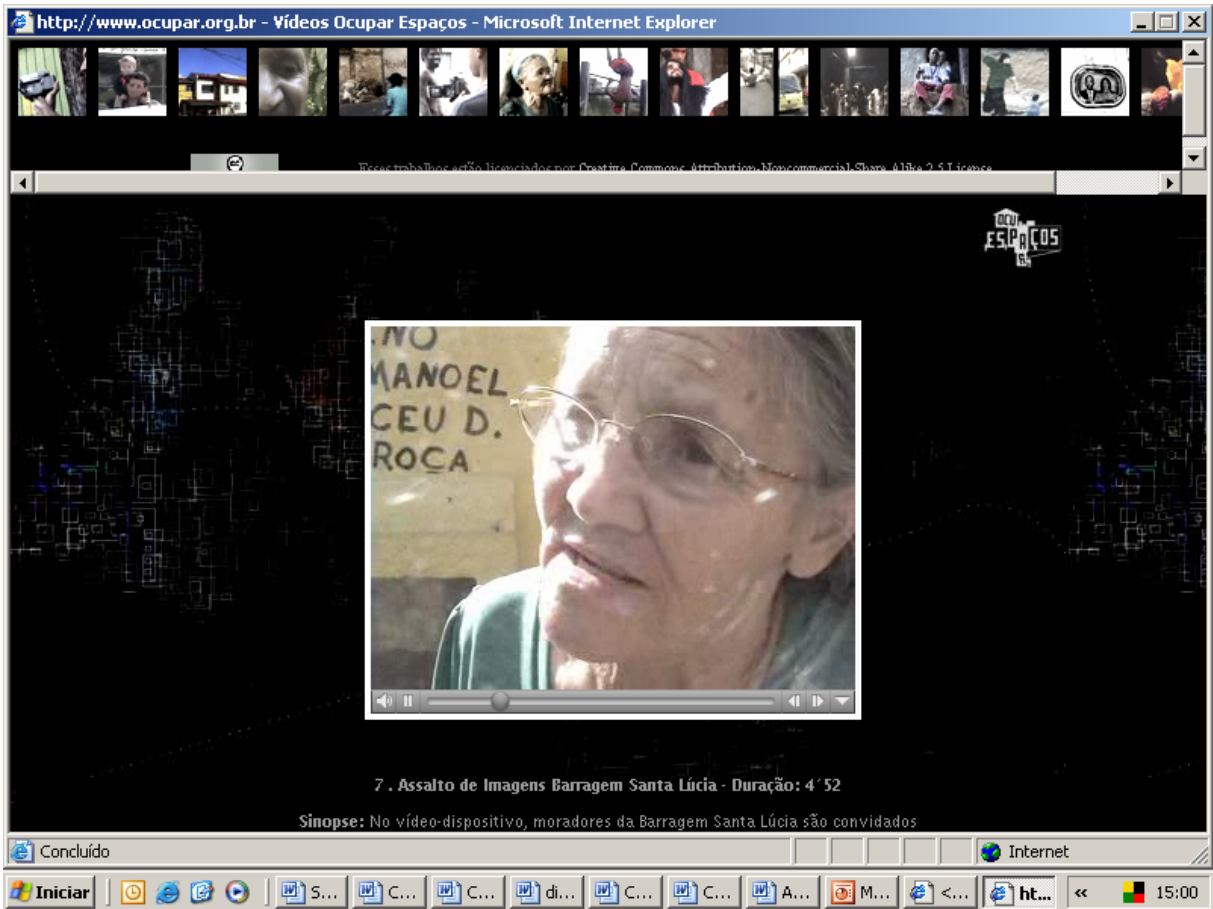


Figura 05 - Página de exibição dos vídeos do site Ocupar Espaços

### 4.1.3 – Sites Estético-Políticos: Ocupar Espaços

O site do Ocupar Espaços ([www.ocupar.org.br](http://www.ocupar.org.br)) é atravessado pela preocupação de dar voz ao morador ordinário, dar a ver um pouco do cotidiano dessa parcela que fica na invisibilidade. De forma congruente com a proposta, as falas são espaços para essa expressão espontânea, não calcada na reflexão. No site Ocupar Espaços, as posições estão um pouco melhor demarcadas: há a fala de especialistas e do morador ordinário. Algumas falas têm um baixo grau reflexivo, mas também demonstram a vivência de tais moradores. As falas são despretensiosas no sentido de não serem discursos articulados, mas revelam como o desrespeito à estima social é sentido por esses moradores ordinários.

O *Ocupar Espaços*<sup>34</sup> é um projeto realizado pela ONG Oficina de Imagens - Comunicação e Educação, desde fevereiro de 2006. A ONG procurou desenvolver “um processo criativo” para a realização de “Circuitos Audiovisuais Interativos”, por meio dos quais os moradores do Aglomerado Santa Lúcia e Aglomerado da Serra<sup>35</sup> trocam informações em áudio e vídeo por meio da Internet.

A ong, para implementar o projeto, estabeleceu parcerias com grupos que desenvolvem ações nas duas comunidades. No Aglomerado Santa Lúcia, o Projeto Memória, composto por representantes da Associação dos Universitários do Morro, Grupo do Beco e programa Conexões dos Saberes. Já o Criarte reúne diversos grupos culturais do Aglomerado da Serra.

O projeto contou com a participação dos moradores dos aglomerados em níveis de envolvimento diferenciados: a) os membros dos grupos parceiros participaram de oficinas de produção (áudio e vídeo), além de terem freqüentado as reuniões para a definição da proposta. Esse grupo tinha entre três e quatro representantes de cada um dos aglomerados; b) o outro nível de participação envolve moradores que fizeram as filmagens ou captaram as histórias

---

<sup>34</sup>O Ocupar Espaços surgiu de algumas discussões conceituais realizadas, em 2005, durante atividades de formação da equipe da Secretaria Multimeios, da Oficina de Imagens. Daí se originou a proposta de um projeto de fomento à experimentação audiovisual que promoveria momentos de arte, tecnologia e interação nas periferias, com o envolvimento dos moradores. A Oficina de Imagens destaca-se por sua experiência com mídia jovem e produção de imagens com a periferia.

<sup>35</sup>O Aglomerado Santa Lúcia e o Aglomerado da Serra são conjuntos de favelas localizados na região Centro-Sul de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, entre os bairros mais nobres da capital mineira. O Aglomerado Santa Lúcia é dividido em quatro “comunidades”: Vila Estrela, Vila Santa Rita de Cássia, Barragem Santa Lúcia e Vila Esperança. O Aglomerado da Serra é considerado o maior complexo de favelas de Belo Horizonte com uma população em torno de 130 mil habitantes. O aglomerado se divide em sete vilas situadas na encosta da Serra do Curral - Cafezal, Marçola, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Novo São Lucas e Fazendinha.

em áudio e c) por fim, um grupo de moradores de quem se fez as imagens ou se coletou as entrevistas.

O *Ocupar Espaços* também se propôs a ampliar “o acesso das pessoas residentes em favelas às tecnologias digitais de informação e de comunicação, utilizadas como meio para a construção do processo de criação artística e intervenção estético-urbana”. A produção audiovisual é realizada, principalmente, por meio de atividades em que as pessoas – sejam elas adultas, crianças, jovens ou idosas – eram convidadas a registrar imagens da sua comunidade ou de outras.

Dentro do projeto, também foram apresentadas as “TVs de Rua”, espaços para a exibição de vídeos para e sobre as comunidades, permitindo a apresentação e o intercâmbio de grupos culturais. Nas “TVs de Rua”, as imagens foram projetadas em praças, ruas, paredes, muros e quadras das diversas vilas dos aglomerados. A programação foi constituída por vídeos feitos no *Ocupar Espaços*, por produções realizadas pelos próprios moradores ou por documentaristas que retrataram as comunidades.

A instalação do *Ocupar Espaços* aconteceu na noite do dia 26 de agosto na praça de esportes do Aglomerado Santa Lúcia e na praça Bela Vista, no Aglomerado da Serra, onde foi instalado o primeiro Circuito Audiovisual Interativo do projeto *Ocupar Espaços*. A estrutura para o evento contou com oito projeções de imagens divididas entre os espaços. Também foram montadas duas cabines de áudio em cada comunidade para reprodução dos sonemas (pequenas trilhas editadas a partir de histórias contadas por moradores das duas comunidades durante as oficinas de criação do projeto).

Dois computadores conectados à Internet permitiram a comunicação entre Aglomerado da Serra e Aglomerado Santa Lúcia. A imagem dos internautas foi projetada em um telão. O público também pode interagir de outras formas. O Laboratório Gráfico para o Ensino de Arquitetura da UFMG (Lagear) desenvolveu um dispositivo onde a presença de uma pessoa em frente à projeção movimentava a imagem projetada. Em outra tela, o público pôde interagir com as imagens, interferindo com seu corpo e misturando-se às pessoas que estão no vídeo gravado, criando uma interação entre quem está naquele lugar no dia do Circuito e quem esteve no momento da gravação. Ainda foi disponibilizada uma área reservada para a exibição dos vídeos produzidos, no primeiro semestre de 2006, pelo grupo de criação do projeto junto aos moradores das duas comunidades. Toda essa produção está disponibilizada no site (<http://www.ocupar.org.br>), uma convergência da utilização dessas



diferentes tecnologias da comunicação e informação. Vamos analisar apenas os produtos que estão disponibilizados no site e que se preocupam com as seguintes noções:

Identidade cultural, criação coletiva, expressão artística e tecnologia digital aberta e livre fazem parte do projeto Ocupar Espaços, cujo processo resulta na criação de Circuitos Audiovisuais Interativos, ambientes instalados em praças públicas com projeções de imagens, instalações sonoras e comunicação em tempo real via Internet. A idéia é estabelecer processos de produção e difusão de informação para intercâmbios sócio-culturais entre grupos étnicos de diferentes comunidades. O princípio é a constituição de estruturas autônomas para o exercício do direito universal de expressão e opinião, acesso à sociedade do conhecimento através das tecnologias digitais<sup>36</sup>.

As interações simultâneas entre os moradores dos dois aglomerados que ocorreram no dia 26 de agosto de 2006, durante a realização do evento nas duas praças públicas, diferentemente do que os organizadores esperavam, não trouxeram uma fala política sobre os espaços. Os moradores aproveitaram o momento para falar de amenidades e para conhecer pessoas novas.

As conversas, de conteúdo trivial, muito próximas às conversas de *chats*, não estão disponíveis no site, mas podem ser acessadas no Youtube<sup>37</sup>. Por essa razão, vamos analisar, neste capítulo, os discursos que emergem nos vídeos produzidos durante o processo de criação nas oficinas que foram exibidos também no dia do evento. Os 15 vídeos que tratam de ações do cotidiano dos moradores desses dois aglomerados, com duração de cinco a seis minutos, estão disponíveis no site. Optamos por analisar todos os discursos verbais dos vídeos e também uma entrevista feita com o coordenador de articulação do Criarte, Reinaldo Santana. Em grande parte dos vídeos, os moradores falaram espontaneamente sobre as questões que consideraram relevantes.

O site Ocupar Espaços tem uma proposta artística. A intenção é falar sobre as favelas por meio da estética do vídeo. Os vídeos estão dispostos em uma galeria na horizontal a partir de cenas congeladas. No site, há um *blog* que se constitui como um espaço para interatividade — mas que não tem sido efetivamente utilizado pelos usuários. Também há quatro entrevistas com colaboradores do projeto. A nossa opção foi pela análise do vídeo, pois todos foram feitos tendo a participação de pelo menos um morador de um dos dois aglomerados e de um não-morador. As filmagens também foram feitas dessa forma. A parte técnica das edições das

---

<sup>36</sup> Disponível em <<http://www.ocupar.org>>, acessado em 12 de outubro de 2006.


<sup>37</sup> Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=4D-zIVjJUT4>>, acessado em dezembro de 2006.

imagens foi conduzida por não-moradores, acompanhados por um morador que opinava sobre o conteúdo a ser apresentado. Os vídeos foram disponibilizados na Internet no endereço (<http://www.ocupar.org.br>), um site produzido por um *webdesigner* que não é morador. Optamos também por analisar uma das entrevistas de um dos colaboradores, por se tratar de um jovem morador de favela.

Grupo Cultural Arautos do Gueto - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço <http://www.arautosdogueto.org.br/grupos.htm> Ir Links



Grupo Cultural Arautos do Gueto


- > Apresentação
- > História
- > Grupos
- > Músicas
- > Oficinas
- > Fotos
- > Parceiros
- > Equipe
- > Sede
- > Comunidade
- > Agenda
- > Novidades
- > Depoimentos
- > Faça parte
- > Fale com o Arautos
- > Sobre o site

> Grupos

O Grupo Cultural Arautos do Gueto é formado por quatro sub-grupos artísticos :

**Banda Arautos do Gueto**

Banda formada pelos atuais coordenadores do grupo Cultural Arautos do Gueto. Fazem o show "O Morro Pede Paz!"; uma



Internet

Iniciar Su... Ca... Ca... dis... Ca... Ca... A ... Mic... Gr... 14:55

#### 4.1.4 – Sites Educativos e Culturais: Arautos do Gueto

O site do grupo Arautos do Gueto ([www.arautosdogueto.com.br](http://www.arautosdogueto.com.br)) tem uma proposta editorial bem diferente dos outros sites e portais que trabalham com uma idéia mais genérica sobre o conceito de favela. Em geral, tais sites e portais partem de um olhar genérico sobre o processo de favelização e chegam em aspectos específicos de comunidades. O site dos Arautos parte da reflexão a partir de uma realidade de uma favela de Belo Horizonte, o Aglomerado Morro das Pedras, para pensar o processo de favelização.

O Grupo Cultural Arautos do Gueto é uma organização não-governamental que atua no Aglomerado Morro das Pedras, região Oeste de Belo Horizonte desde 1996. O grupo iniciou sua atuação como bloco de percussão e expandiu as atividades também para atuar na área sócio-pedagógica. Atualmente, é uma das bandas de referência no cenário cultural mineiro e também se destaca pelo trabalho social que desenvolve no Morro das Pedras. A ONG trabalha em diversas frentes: Arautos Banda — com crianças e adolescentes de 7 a 18 anos, Arautos Mirim (U-Gueto), com crianças entre 6 e 12 anos, Núcleo de Dança-Afro. Todo trabalho está vinculado à atuação artística.

Este site foi criado por jovens integrantes do Grupo Cultural Arautos do Gueto, entre os meses de agosto e setembro de 2005, como produto da *Oficina de Criação de Site para Grupos Culturais*. Esta oficina teve como objetivo principal incentivar a produção de um site para o Grupo Arautos do Gueto que efetivamente se constituí-se como uma representação legítima e autêntica da sua identidade cultural.(Arautos do Gueto)<sup>38</sup>

Optamos por analisar quatro depoimentos de integrantes do grupo<sup>39</sup>. O site serve basicamente para apresentar a atuação dos Arautos do Gueto. Mas não tem sido atualizado com frequência. As seções destinadas à participação da comunidade ainda não estão no ar. O site ainda está em processo de reestruturação.

Segundo o coordenador geral do grupo, José Antônio Inácio, o site constitui-se como “um espaço de divulgação, a baixo custo, que facilita a apresentação da comunidade para público externo”. O grupo fez a opção de divulgar suas atividades através de um site por

---

<sup>38</sup> Publicado em <http://www.arautosdogueto.org.br>

<sup>39</sup> Os textos disponibilizados foram escritos por membros do próprio grupo com a assessoria de colaboradores voluntários. Para manter o site no ar, o Arautos investe o valor de R\$30 (taxa anual cobrada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil FAPESP). A hospedagem e manutenção do site são feitas pela Ongnet Brasil que é parceira do Grupo Cultural Arautos do Gueto, uma entidade sem fins lucrativos e que desenvolve projetos de comunicação online para entidades do movimento social.

considerá-lo um veículo de comunicação rápido e de fácil acesso. Para Inácio, os meios de comunicação massivos trabalham com representações estereotipadas do morador de favelas e, “por isso, a internet vem pra cobrir essa lacuna”.

Os meios de comunicação tradicionais reforçam a interpretação distorcida da realidade das comunidades de periferias, tornando-as ainda mais excluídas. Sabemos que os meios de comunicação são os Arautos (Mensageiros) tanto da Paz quanto da Guerra. Mas também sabemos que as informações de Paz das comunidades de periferias quase não tem seu espaço na mídia. Por tanto deveria de fato ter um espaço significativo retratando as qualidades das favelas<sup>40</sup>.

Pela convergência de diferentes mídias, a rede permite que as falas estejam disponibilizadas em colunas assinadas, matérias e entrevistas, arquivos de vídeo e de áudio. A combinação desses recursos faz da Web um ambiente midiático de grande relevância para os grupos marginalizados que teriam dificuldades de se expressar nos meios de comunicação tradicional fazendo uso da diversidade de formatos e linguagens.

---

<sup>40</sup> Resposta ao questionário que enviamos a todos os sites e portais por nós analisados.

## 4.2 – *Discursos em rede*

Os moradores que aparecem no ciberespaço procuram romper com os discursos estigmatizantes. Embora as falas nem sempre se organizem sob a forma de um discurso articulado e politicamente engajado, elas demonstram que as interações comunicativas mediadas no ciberespaço procuram contrapor os estereótipos sobre o morador de favela. Percebemos que o discurso que aí emerge ainda está muito marcado pelo discurso do tráfico e da violência que serve como referência ou balizador da fala dos moradores. Apesar disso, há um desejo explícito de ultrapassar os limites simbólicos que o discurso do tráfico e da violência impõe aos moradores de favelas.

Os sites e portais, embora se apresentem como alternativa aos meios de comunicação massivos, não rompem totalmente com os padrões discursivos disponíveis publicamente. Há claramente, a contraposição de falas, o esforço para se criar discursos mais plurais. No entanto, as falas dos moradores são espaços de tensão para diferentes discursos sobre as favelas. Ao criar as contestações, eles referenciam-se em aspectos dos discursos hegemônicos, conectam-nos a outras premissas e propõem outros julgamentos morais. Através do embate de discursos e contra-discursos, as representações da favela são questionadas. A demarcação do “nós” e dos “outros”, o que o fato de ser morador de favela informa sobre os indivíduos, como eles lidam com a representação que fazem dele e como ele gostaria de ser visto são aspectos que perpassam todas as falas.

A atribuição de uma identidade coletiva ao morador de favela pode ser uma armadilha que reforça o preconceito em relação a essa população. França alerta para o risco de se produzir um discurso unificador da identidade “à custa da imagem da diversidade e em contraponto à diferença (e aos diferentes)” (FRANÇA et. al, 2002, p.11). Esse risco pode rondar uma ou outra fala, mas, se analisarmos o conjunto das vozes, ele é dissipado, reforçando a necessidade de o corpus ser formado não por apenas um site, mas um conjunto de sites e portais de diferentes categorias. Na Web, é importante olhar para essa conectividade, a relevância dos hipertextos.

Ao analisarmos as falas dos moradores e não-moradores, observamos que os limites entre o “nós” e os “outros” são fluídos. Em alguns momentos, eles podem ser diluídos e, em outros, podem ser reforçados. Podemos classificar esse deslocamento a partir do caráter *posicional e conjuntural* dos processos das novas identidades culturais (HALL, 2001). A

identidade de morador de favela é adotada estrategicamente, em momentos nos quais a coletividade tem uma relevância. Ao apontarem as diferenças e semelhanças entre os dois aglomerados, os moradores transgridem a idéia de homogeneidade das favelas:

*“Podemos um dia ir à Serra, na comunidade de lá. Tem muitas diferenças, mas tem muitas semelhanças. É importante as pessoas de outras comunidades visitar a gente e a gente visitar as pessoas de outras comunidades. Fazer esse intercâmbio entre as classes sócias e classes de qualquer gênero” (Pantera/Ocupar Espaços)<sup>41</sup>*

Os aspectos culturais costumam abrigar semelhanças que se reforçam mutuamente como é o caso da capoeira. O capoeirista Pantera vê na prática da luta um fator unificador do que ele chama de “identidade cultural” da favela. Ele não fala explicitamente em identidade cultural do morador de favela, mas, por ser instrutor de capoeira para jovens e adultos do Aglomerado Santa Lúcia, isso está pressuposto no seu discurso:

*Como tive oportunidade de aprender quero passar a capoeira para as pessoas. Resgatar a identidade cultural das pessoas. A capoeira consegue fazer você ter uma autoconfiança. Conhecer, descobrir sua origem e gostar disso, da sua descendência e suas raízes (Pantera/Ocupar Espaços)<sup>42</sup>*

Ele também faz uma associação da identidade cultural com sendo parte de uma herança racial. Grande parte dos moradores do Aglomerado Santa Lúcia, onde Pantera dá aula, é negra ou mestiça. A tensão entre a identidade do morador de favelas com o pertencimento a uma raça ou uma etnia negra é bastante evidenciada no contra-discurso que emerge no portal CUFA.

Uma marca textual remete à demarcação implícita do “nós” e dos “outros” baseada em aspectos geográficos. Ao escrever sobre a Rocinha, o morador bolsista do Observatório de Favelas ressalta que a favela está entre os bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro: São Conrado e Gávea. A menção coloca a Rocinha em contraponto aos bairros uma vez que as favelas, por não serem bairros - unidades planejadas da cidade -, costumam ser identificadas como um apêndice desses. Essa forma de apresentação também é usada para demarcar as diferenças. Em geral, as favelas são vizinhas de bairros de classe média alta. Implícito a essa fala está - seja por causa da informalidade da ocupação seja para reforçar a diferença entre a favela e os bairros - uma divisão entre favela e cidade formal.

<sup>41</sup>Vídeo “Capoeira do Pantera”, ver em <<http://www.ocupar.org.br>>, acessado em 12 de outubro de 2006

<sup>42</sup>Vídeo “Capoeira do Pantera”, ver em <<http://www.ocupar.org.br>>, acessado em 12 de outubro de 2006

Os limites entre o “nós” e os “outros” demarcam também uma diferença sócio-econômica. Na crônica *Manual prático de Candidatura*, o “nós” são os moradores de favelas e os “outros” são os candidatos na época das campanhas eleitorais. A crônica descreve de forma bastante irônica o ritual de candidatos quando vão até as favelas na época das campanhas eleitorais. O político e seu séqüito que tem nojo das pessoas da comunidade, o cabo eleitoral – um morador da comunidade que se vende e uma dona de casa que aproveita o político para lamentar e reclamar de seus problemas. É interessante a metáfora que o autor utiliza para mostrar o quanto o mundo da “comunidade” é distante do mundo dos políticos:

*Geralmente só dá para começar a entender o que está acontecendo, quando olhamos com mais atenção para os carros e vemos os adesivos e as bandeirinhas com siglas de três ou duas letras, o indivíduo sai acenado, bancando o simpático, seguido dele vem meia dúzia de senhoras e senhores bem vestidos que entram nos becos como quem entra num zoológico e fica admirado com tudo, uma mistura de medo e surpresa (Manoel Soares/CUFA)<sup>43</sup>*

Esse distanciamento entre as pessoas e os políticos é normal e não acontece somente entre os moradores de favelas. Mas o que chama atenção nesta fala é o fato de os políticos estarem associados a uma classe social, a elite, em contraponto com a favela que, na descrição do autor, aparece como o local da pobreza. O texto apresenta o morador de favelas ou como um desonesto ou como aproveitador — uma mulher com a família desestruturada (marido morto com cirrose, filha adolescente grávida, filho que saiu da prisão). O artigo faz uma denúncia de uma situação que considera ultrajante, mas pinta a comunidade a partir das mazelas que normalmente são associadas aos moradores de favelas.

Na fala dos moradores encontramos, com frequência, uma delimitação do “nós”. Na fala dos moradores reforça uma divisão entre o “nós” e os “outros”, principalmente para mostrar que o morador das favelas não goza dos mesmos direitos do morador do “asfalto”.

*“Não somos contra a polícia. O que somos contra é o tipo de polícia que temos hoje dentro da instituição. Aqui na comunidade ela não chega do mesmo jeito que chega numa mansão. Eles invadem a casa do morador, desrespeitam a população, chegam brutos, arrogantes. Por que no asfalto não fazem o mesmo? O que a Comunidade está revoltada é como o 6? Batalhão realiza uma operação sabendo que nesse momento a comunidade está nas ruas. Por que o comandante não respeita esses horários?” (presidente da Associação de Moradores do Borel, Felipe dos Santos/Viva*

---

<sup>43</sup>Crônica “Manual Prático de Candidatura” - texto Manoel Soares – 27/07/2006, ver em <<http://cufa.org.br>>



*Favela* ).<sup>44</sup>

Ao se reunir em torno de grupos que colocam em pauta a discussão em torno da identidade do morador de favela, os indivíduos assumem, nos termos de Gutmann (2003), uma identidade adscritiva (*ascription identity*). O que une tais pessoas não é simplesmente o fato de compartilharem características que, embora sejam informadas socialmente, representam um traço que não cabe às pessoas escolherem como, por exemplo, a raça, uma deficiência física, a idade, orientação sexual e até mesmo a classe social. Gutmann avalia a importância de tais grupos para a democracia, mas para tanto, ela afirma que é necessário fazer uma diferenciação entre os diferentes grupos de identidade adscritiva.

Muitos podem defender princípios antidemocráticos e totalizantes como, por exemplo, a Ku Klux Klan que se organiza a partir da cor da pele, mas atua de forma a impor violações físicas e simbólicas aos negros. Ela alerta que quando não se baseiam em princípios antidemocráticos, tais grupos podem contribuir com a noção de justiça ao tematizarem as desvantagens acarretadas aos cidadãos em função dessa identidade adscritiva. A autora desenvolve seu argumento a partir da comparação entre a perspectiva assimétrica e a simétrica de entender o processo de formação de justiça social nos processos democráticos. A perspectiva simétrica enfatiza como grupos de identidade adscritiva “exacerbam o problema de injustiça a partir de uma perpetuação da idéia que identidade adscritiva é relevante” (Gutmann, 2003, p.126).

Essa perspectiva afirma que a existência de tais grupos evidencia a ausência de uma justiça democrática; que tais grupos se unem para defender causas e interesses próprios não sendo sensíveis às demandas de outros grupos. Ainda propõe que muitos desses grupos são negativos, pois operam a partir de princípios antidemocráticos. A associação a grupos de identidade adscritiva desencorajaria os indivíduos a lutarem por propósitos igualitários mais gerais. A perspectiva assimétrica apresenta uma série de contra-argumentos que aqui vamos apresentar de forma resumida: a) Há diferença entre os grupos de identidade adscritiva. Fazer essa diferenciação é fundamental; b) grupos de identidade adscritiva que se baseiam em princípios cívicos e democráticos se unem na defesa de causas por justiça social.

Gutmann também traz para discussão que, para além dessas características

---

<sup>44</sup>Matéria Criança do Dia – texto de Fabiana Oliveira 11/10/2006. Os moradores protestavam contra a bala de fuzil que atingiu Lohan de Souza Santos, 9 anos.

involuntárias, o grande valor de grupos de identidade adscritiva é mostrar que uma causa que aparentemente é associada a um determinado coletivo é de interesse de todo o conjunto da sociedade que busca a justiça social. Ela defende a perspectiva da identificação que o problema da injustiça afeta a todos e não apenas a grupos que sofrem em função dessas características que, de alguma forma, os colocam em uma posição desigual. Essa possibilidade de se identificar com o grupo é o que, segundo Gutmann, possibilita aos indivíduos pensar que o seu bem-estar pode ser o resultado da extensão da justiça para um maior número de pessoas. Os grupos de identidade adscritiva também possibilitam aos seus membros uma maior mobilidade, no sentido que essa identidade não formata a sua existência, mas pode ser acessada em diferentes circunstâncias.

No caso específico do morador de favela, essa identidade adscritiva é acionada quando se pretende evidenciar as violações simbólicas ou concretas às quais esse grupo está submetido. No entanto, essa identidade não pode uniformizar outras possibilidades de identificação desses moradores. Nesse sentido, reafirmamos que o ciberespaço apresenta-se como *locus* de um processo dinâmico de formação identitária para os moradores de favelas como também para os não-moradores. O exercício de se expressar para a coletividade revela-se como um momento precioso no qual as pessoas organizam suas identidades em relação a seus potenciais interlocutores.

Ao tematizar as diferenças de tal grupo, os moradores de favelas criam três níveis de contra-discurso que tentam evidenciar: a) as qualidades morais do morador de favela, b) a diversidade cultural, social e econômica das favelas, c) a busca alternativas para resolver os problemas sejam simbólicos que a condição de morador de favelas acarreta. A seguir detalhamos tais níveis.

#### **4.2.1 Bandido x pessoa de bem**

Os moradores de favelas travam uma disputa em torno do que representa em termos morais, para as outras pessoas com quem convive, morar nesses espaços. Ao longo do processo de favelização, a associação entre os espaços de pobreza e a índole de seus moradores erroneamente fundamenta padrões discursivos que resultam na associação entre representações do morador de favela às idéias de crime e desvio moral. Tais representações,

por sua vez, os colocam como pessoas de segunda categoria que ocupam um nível social inferior. Nas falas analisadas, observamos em diversos momentos o desejo dos moradores contraporem esse discurso a partir da afirmação da qualidade do conjunto de pessoas que mora na favela. Ao mesmo tempo, o morador refuta a denominação de “favelado” quando o termo impõe uma identidade fechada: mal educado, pouco civilizado, baderneiro, desorganizado.

Há um esforço de se desvincular dos aspectos negativos que o termo possa imprimir-lhe. As estratégias discursivas para se combater o estigma delimitam como o morador deseja ser visto e, ao mesmo tempo, mostram algumas representações que lhe são atribuídas, mas que ele refuta. Na maioria das falas, os moradores não se colocam como “favelados” e buscam discursivamente se definirem como *moradores de comunidade, gente da nossa origem étnica e social, meninos da periferia*. Vale ressaltar que o termo não é totalmente abandonado, uma vez que, em alguns casos ele é utilizado para estabelecer a tensão, apresentar um questionamento. Embora, no período analisado, não tenhamos encontrado tal referência, exemplificamos o uso do qual estamos nos referindo na música “Som de preto”<sup>45</sup>: “é som de preto/ de favelado/ mas quando toca ninguém fica parado [...]”. No entanto, o que percebemos é um esforço discursivo para dissociar a imagem do morador de favelas com o adjetivo “favelado”.

A representação do morador associada ao crime aparece de forma tão naturalizada em alguns padrões discursivos sobre a favela que para serem ouvidos, em algumas situações, os moradores de favelas precisam comprovar que são “cidadãos de bem”. No Rio de Janeiro, essas falas aparecem de forma recorrente quando o tema é segurança pública. Muitos moradores reclamam que, no esforço de se combater o crime organizado no Rio de Janeiro, as favelas aparecem como o *locus* da violência e os dramas e problemas enfrentados por tais moradores quase não recebem visibilidade na mídia massiva.

Os moradores denunciam o silenciamento ao qual a comunidade é submetida em relação às violações cometidas por alguns agentes da força policial a despeito de combater os níveis crescentes de criminalidade na cidade. O padrão discursivo que afirma que o tráfico tutela os moradores propõe que os protestos, nestes espaços, são incitados pelos traficantes. As manifestações costumam ser interpretadas como uma ação velada do tráfico que utilizaria

---

<sup>45</sup>Música de Tati Quebra Barraco.

os moradores para afastar a corporação. Nesse contexto, para ser ouvido, o morador precisa primeiro provar que as denúncias de violações e o pedido por segurança estão sendo feitos por moradores e não por traficantes.

*Aqui há pessoas de bem que tiveram sua integridade física abalada. Ainda hoje uma senhora morreu atingida por uma bala perdida. Se permanecermos com medo, isso vai continuar acontecendo. Esse nosso gesto vai entrar para a História. Não estamos defendendo pessoas que estão do lado errado, mas sim os moradores de bem. Nossa meta é tentar defender a integridade física da população. As 200 mil pessoas que moram aqui não podem ser do mal. Vimos na imprensa um meio de socorro para mostrarmos à sociedade o que está acontecendo conosco.”(presidente da Associação de Moradores da Grota, Vagner Nicasso, 29 anos/Viva Favela)<sup>46</sup>*

*“Eu presenciei quando um policial tirou uma faca e começou a ameaçar um rapaz que fazia entrega de caminhão. Teve um outro menino, que eles levaram para trás do caminhão e fizeram o cara beber detergente, pois disseram que ele estava com a boca muito suja. Ontem mesmo eles chegaram e deram um monte de tiros no transformador deixando uma parte da comunidade sem luz. Eles atravessam o carro no meio da rua e não deixam ninguém passar. Há casos de pessoas que foram furtadas. Eles também roubam o comércio. Isso é terrorismo! Eu quero que as autoridades olhem diferente para cada um de nós. Por que tratar a gente como se fôssemos uma grande quadrilha?” (o representante das rádios comunitárias do Complexo, Jorge Ribeiro/Viva Favela)<sup>47</sup>*

*Tinha acabado de levantar, quando ouvi o vizinho chegar gritando que nossa barraca estava pegando fogo. Descemos correndo, mas não conseguimos salvar mais nada. Perdemos mais de sete caixas de mercadoria. O fogo queimou tudo. Achamos que foi uma bala perdida. Tive um prejuízo de mais de R\$ 7 mil. A gente vendia brincos, cordões, pulseiras... Sustentei meus quatro filhos com isso, e agora, meu sobrinho sustentava o dele também. A gente é morador, não é traficante. Agora não tenho a menor idéia de como recuperar isso.”(Geraldo da Costa, 29, feirante/ Viva Favela).<sup>48</sup>*

Os moradores de favelas mostram o esforço que fazem para desestabilizarem as representações que os colocam como sujeitos moralmente inferiores. Não há uma produção discursiva coordenada, mas há constantemente um diálogo no qual as diferentes falas se reforçam ou se contrapõem. Os discursos negativos sobre a favela estão tão demarcados e, de alguma forma, tão enraizados na sociedade brasileira que, quando o morador de favela tem oportunidade de falar de si próprio, referencia-se nesses discursos na tentativa de contrapô-

<sup>46</sup>Matéria “Direitos Esquecidos” – texto de Fabiana Oliveira – 25/10/2006 Ver em <<http://vivafavela.com.br>>

<sup>47</sup>Matéria “Direitos Esquecidos” – texto de Fabiana Oliveira – 25/10/2006 Ver em <<http://vivafavela.com.br>>

<sup>48</sup>Matéria “Direitos Esquecidos” – texto de Fabiana Oliveira – 25/10/2006 Ver em <<http://vivafavela.com.br>>

los. O contra-discurso procura evidenciar que o fato de um sujeito morar em uma favela não implica automaticamente em falta de instrução, má-educação, criminalidade, entre outros aspectos pejorativos, e mostra como o morador de favela precisa acessar o padrão discursivo do tráfico e da violência se auto justificando. O morador, depois de informar que mora em uma favela, precisa provar que naquele espaço vivem pessoas de bem. Tal representação está de tal forma arraigada que, muitas vezes, as pessoas não se dão conta que ao defender que são pessoas do bem estão de alguma forma assumindo o pressuposto de que na favela viveriam majoritariamente bandidos e criminosos.

*A gente precisa viver. Eu vejo que os sonhos estão se perdendo. As pessoas estão largando suas casas e vendendo a troco de banana. Esse problema é de todo estado. Pretendemos continuar chamando atenção das pessoas para o nosso problema. A maioria dos moradores são pessoas de bem. Tem as dificuldades, mas tem que achar uma maneira melhor de coibir isso. Precisamos de segurança, saneamento, projetos governamentais visando a dar outras opções, principalmente para as crianças (Milton Alves/Viva Favela)<sup>49</sup>.*

Como presidente da Associação Comunitária, Milton Alves acessa o discurso da carência para denunciar a omissão do Estado em relação à falta de segurança no Morro do Dendê, na Ilha do Governador. A fala reforça a ausência de segurança, de saneamento e de perspectivas de futuro para as crianças. Não há dúvidas que mesmo se referenciando em discursos que alimentam os estigmas sobre as favelas, a intenção do morador é reverter a imagem negativa desses espaços e, respectivamente, a sua própria.

A fala de Milton Alves, que por ser presidente de uma entidade que representa os moradores da favela ganha maior visibilidade, é congruente com o esforço que um morador ordinário faz para apresentar uma representação positiva de quem mora na favela. A fala está registrada em um dos vídeos do site Ocupar Espaços. Ele pede a câmera para filmar os becos, as ruas e as pessoas no Aglomerado da Serra e, em uma fala espontânea, busca uma auto-afirmação de seus pares:

*“Tô aqui tranqüilo na minha quebrada, aqui na Serra. Lugar tranqüilo. O melhor lugar em Belo Horizonte que se tem para viver. Tamo na quebrada, filmando aí. No Café. Filmando aí. Tudo pela ordem, trocando uma idéia, pá. Os meninos subindo na quebrada aí. Humildade, sangue bom” (morador/Ocupar Espaços).<sup>50</sup>*

A intenção de fazer um contraponto ao discurso do tráfico e da violência sobre o

---

<sup>49</sup> Matéria “Dendê em paz” – texto de Fabiana Oliveira - 04/10/2006, ver em <<http://www.vivafavela.com.br>>

Aglomerado da Serra e seus moradores é evidente. O aglomerado, apontado como sendo um das mais violentas favelas de Belo Horizonte, na fala do morador, aparece como um lugar tranqüilo. Com a oportunidade de ter a câmera nas mãos, o morador produz um discurso positivo sobre as pessoas do local onde mora. Também faz questão de ressaltar as qualidades dos jovens que está filmando com dois adjetivos: “humildades” e “sangue bom”. Ele revela aos futuros espectadores do vídeo que os jovens moradores de favela são pessoas do bem, de boa índole. É claramente uma resposta aos discursos que colocam o jovem de favela como potencial bandido. O jovem não escolhe os aspectos negativos da comunidade para compor a narrativa sobre a sua “comunidade”, muito pelo contrário, ele procura ressaltar uma imagem do aglomerado como o melhor local para se viver na cidade.

Arriscamos dizer que a violência e a relação do Estado com o crime nas favelas são um dos mais complexos e tensos focos nessa busca dos moradores de favela por autonomia individual e política. Nos últimos anos, o aumento da violência no Rio de Janeiro tem sido a justificativa para a polícia e até para o Exército entrar de forma ostensiva nos morros. Tais incursões não são debatidas com os moradores quanto a sua eficácia e seus impactos para a favela. Nos meios massivos, no entanto, há pouco espaço para se questionar os abusos cometidos pela polícia e se essa é de fato a melhor forma de intervenção. No portal Viva Favela e Observatório de Favelas a relação da polícia e os moradores de favela é polemizada:

“Os moradores do Complexo do Alemão pedem respeito das autoridades policiais, por que não somos 200 mil bandidos. Respeito Já.”<sup>51</sup>

A relação entre a escalada do medo e a divulgação de matérias que falam da ação do tráfico nas favelas é intensificada, quando aumenta o sentimento de insegurança entre os moradores. Nessas circunstâncias, os meios de comunicação passam a publicar mais matérias sobre o tráfico e, concomitantemente, alimentam um clima de medo. O sentimento de insegurança sobre as favelas pode alimentar representações estereotipadas acerca da favela, pois o medo muitas vezes fornece uma razão para colocá-las à parte. Nos sites e portais, os moradores denunciam que quando há o endurecimento das ações do tráfico, perdura o discurso do tráfico e da violência em detrimento do discurso da diversidade.

Na atualidade, os sites e portais são um dos poucos espaços midiáticos em que a

---

<sup>50</sup>Vídeo “Assalto de Imagens Serra”, ver em <<http://ocupar.org.br>>, acessado em 12 de outubro de 2006

<sup>51</sup>Matéria “Direitos Esquecidos” – texto de Fabiana Oliveira – 25/10/2006 (Viva Favela): Faixa estendida por moradores durante protesto contra atos de violação dos direitos humanos, praticado principalmente por policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE)

questão pode ser debatida levando-se em conta a perspectiva do morador de favelas. O site do Observatório de Favelas apresenta-se como espaço de denúncia e reflexão permanentemente, uma vez que noticia os protestos de moradores contra a ação da polícia, as mortes de moradores vítimas da ação ostensiva da polícia<sup>52</sup>, as iniciativas da “comunidade” para a busca pelos direitos humanos.

Dia 22 de fevereiro, moradores da Maré, inauguraram o Mural contra a Violência, na praça Nova Holanda. O Mural servirá para que os moradores tenham voz, colocando reportagens, informações sobre violência e direitos humanos, realizem debates sobre o tema, além de exibição de filmes e documentários. Enfim, um espaço de manifestação e reflexão. Confira as fotos da inauguração(Observatório de Favelas)<sup>53</sup>.

São informações que não entram para o noticiário dos meios massivos e, em geral, são apresentadas apenas como nota coberta<sup>54</sup>.

#### **4.2.2 - A favela como lugar de perigo x a favela como lugar da diversidade**

Como lidar com a violência instalada na cidade, na qual as favelas estão imersas, sem criar discursos que estigmatizam esses espaços e sem negligenciar aspectos da criminalidade e da violência que atormentam essa população? O contra-discurso que apresenta a favela como o espaço da diversidade vem ganhando densidade a partir das reflexões sistematizadas por um grupo de moradores de favelas que entraram na universidade. Os estudantes, ao mesclarem vivências ao conhecimento acadêmico, reivindicam a representação da favela como espaço heterogêneo social, cultural e economicamente.

---

<sup>52</sup>Matéria “Moradores do Complexo do Alemão são vítimas de violência”, ver em <<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/noticias/noticias/4433.asp>>, acessada em 28 de fevereiro de 2007, “Reage Baixada” (20/10/2006), “Viva a Criança Viva – manifestação contra a violência” (18/10/2006), “Viva a Criança Viva” (9/10/2006), “Insegurança Pública” (04/10/2006), “Valorização da vida” (3/10/2006)

<sup>53</sup>Ver em Galeria <[http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/galerias/mural\\_violencia.asp](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/galerias/mural_violencia.asp)>, acessado em 28 de fevereiro de 2007

<sup>54</sup>A nota coberta é um texto lido pelo apresentador, mas não acompanhado de imagens. Por exemplo: “um morador foi vítima de bala perdida durante tiroteio”. Nesses casos não se fala o nome do morador, a idade ou profissão. Ele entra na matéria apenas como dados estatísticos. No período que coletamos os dados de nossa pesquisa, o menino Rennan Ribeiro, 3 anos, havia sido morto por policiais. O assassinato não foi para o noticiário. O Observatório das Favelas mantém um clipping diário com as notícias sobre as favelas cariocas e nenhuma matéria foi feita sobre o assunto. Em uma busca na internet, o fato foi noticiado apenas por sites especializados (<http://www.renajorp.net> e <http://www.consciencia.net>), não havendo nenhum registro para os jornais impressos de grande circulação. Os sites que tratam da temática mostraram o protesto de moradores de favelas do Rio de Janeiro contra o assassinato de cinco crianças por policiais durante operação nas favelas cariocas.

Essa perspectiva nem sempre é compartilhada por todos os moradores desses espaços uma vez que a representação da favela como espaço da violência está tão naturalizada que alguns moradores reproduzem estereótipos sobre outras favelas (ROCHA, 2006). O morador do Aglomerado da Serra, Reinaldo Santana, reconhece que há preconceito entre pessoas de diferentes favelas. Ele vê nos processos comunicativos instaurados pelo projeto “Ocupar Espaços” uma oportunidade para que os moradores pudessem refletir sobre o “medo” que têm de outras favelas.

*“É, também, um processo para que nós mesmos estejamos tirando um pouco daquela energia negativa que um espaço tem em relação ao outro: o pessoal da Serra sempre fala que a Barragem Santa Lúcia é perigosa e o pessoal da Barragem sempre diz o contrário. Então, quando a gente traz essa troca, quando um de lá, da Barragem, vem aqui, ou um de cá, da Serra, vai lá, a gente vê que não há diferença. É a mesma coisa: não tem nada de perigoso, são preconceitos criados dentro das próprias comunidades. Tem uma frase que fala que o preconceito que assola a própria comunidade é o mesmo que traz o coquetel da maldade. É aquele que, às vezes você tem e, por isso, não vai conferir, e, quando você consegue ir e se libertar dessa resistência, vê que não tinha nada daquilo que pensava. Aí você vê que é a mesma coisa e que o que eles também estão precisando é de articulação entre eles e entre nós, porque vivemos a mesma situação, o mesmo cotidiano” (Reinaldo Santana/Ocupar Espaços)<sup>55</sup>*

A fala de Reinaldo mostra como o discurso da violência marca a avaliação de muitos moradores dos dois aglomerados. Alguns deles baseiam-se no padrão discursivo do tráfico e da violência para analisar outras favelas, que são representadas como locais inseguros. A partir da fala de Reinaldo, podemos inferir que o fato de morar em uma favela, em princípio, não garante que um morador se distanciará da representação social da favela como espaço perigoso. Se não acompanhada de uma reflexão, a vivência por si não instaura a tensão entre o que é sua vida em uma determinada favela e o que representações hegemônicas informam sobre o que são as favelas.

O entendimento da condição de morador de favela pode ficar delimitado apenas à experiência do local onde se mora. As comunidades podem ser encaradas como locais físicos em que determinado grupo social está circunscrito<sup>56</sup>. O risco teórico de tal uso é criar uma

---

<sup>55</sup>Entrevista “Novos espaços para a cultura da periferia”, ver em <<http://www.ocupar.org.br>>

<sup>56</sup> A localização de demandas e problemas em um espaço geográfico e simbólico de uma favela transparece no uso recorrente pelos moradores do termo comunidade. No entanto, ele abarca múltiplos significados tanto sociológicos como não-sociológicos.(JONHSON, 1997; BOUDON e BOURRICAUD, 1993). O termo comunidade (*Gemeinschaft*) foi proposto como contraponto à sociedade (*Gesellschaft*) (NIELSEN, 1995, SCHMITZ, 1995, MIRANDA, 1995. O termo, em geral, é utilizado para descrever relações de proximidade



idéia de homogeneidade social, política e cultural que envolve os indivíduos que convivem em uma determinada domínio geo-espacial (uma favela, um bairro, uma cidade...), não considerando os diferentes públicos que podem co-habitarem. (SIMEONE, 2006). Putnam relaciona o conceito de comunidade à idéia de espírito público, relações políticas igualitárias e uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração (PUTNAM, 1996, pp.30-31). No entanto, Gomes (2007b) aponta para a necessidade de se pensar alternativas democráticas a despeito do esgarçamento dessas relações de solidariedade, confiança e colaboração.

Parece-nos que os usos do termo nos sites e portais indicam muito mais um processo de formação de identidade e uma disputa discursiva em torno da representação das favelas do que propriamente relações de solidariedade<sup>57</sup>.

É importante ressaltar, no entanto, que as formas de partilha intersubjetiva pode ocorrer para além do espaço de co-habitação e de vizinhança. Hall (2001) mostra como os contextos locais podem ser experienciados por pessoas de outras cidades, países e continentes por meio da difusão globalizadas de imagens e representações através dos meios de comunicação.

A idéia de pertencimento a uma comunidade é bastante evidenciada na fala dos moradores usuários dos sites. Ao falar de comunidade, eles estão se assumindo como parte de um grupo que supostamente possui características comuns. Essa postura implica na delimitação, mesmo que de forma implícita, de uma identidade coletiva. Nas falas, emerge a existência de algo que confere coesão ao grupo: *a classe social*, nos termos de Souza (2006), conferida às pessoas que moram nas favelas. A comunidade demarca um “nós” através da criação vínculos de pertencimento. Ao reivindicar sua inserção em um grupo, os sujeitos estão defendendo, mesmo que inconscientemente, um lugar social de fala. Quando o morador de favela se expressa, o pertencimento a uma comunidade está pressuposto como um pano de fundo a partir do qual ele se coloca no mundo.

Muitas falas trazem a reflexão sobre o que é ser morador de favela muito referenciada em vivências locais. O uso do termo passa ser uma estratégia discursiva para retirar os aspectos pejorativos que o termo favela carrega e ao mesmo tempo propõe uma imagem homogênea por meio da contraposição “morro” versus “asfalto”.

---

como parentesco, vizinhança e amizade, e pressupõe a existência de laços fortes de sociabilidade e de solidariedade. Em geral, traz implícita a idéia de local em contraposição ao global, informando as práticas cotidianas de um determinado grupo. Outra acepção do termo está relacionada a limites geográficos.

<sup>57</sup> A nossa pesquisa, no entanto, não nos oferece elementos para avaliarmos as redes cívicas formadas nas favelas, embora haja indicativos de uma intensa (GOMES L., 2004) formação de redes associativas.

É fato que, como já dito, o termo comunidade inundou o senso comum, mas a apropriação feita pelos moradores das favelas assume a tentativa de encontrar para si uma conotação diferenciada, na forma de um exercício de construção identitária. Eles se autodenominam “comunidade”, constroem sua identidade grupal a partir dessa idéia que lhes soa protetora e digna, numa estratégia defensiva às estigmatizações que o termo favela recebe (NOGUEIRA, 2004, p.92).

A tensão em torno da representação do morador de favelas não se dissipa com a adoção dessa estratégia discursiva, muito pelo contrário ela se torna ainda mais evidente:

[...] o seu uso generalizado acaba por reforçar exatamente a idéia de carência a ser preenchida por assistencialismo e reforça o rótulo de exclusão. A conquista dessa auto-estima, alicerçada como está nos valores da classe dominante, acaba por reforçar a identidade negativa [...] (NOGUEIRA, 2004, p.92).

O termo “comunidade” costuma ser entendido pejorativamente como o meio de vida dos pobres. Dadas as divergências na aceção do termo, consideramos que o emprego generalizado pode, em alguns casos, ter um efeito contrário. No entanto, apesar desse entendimento que se opõe ao esforço de ressignificar as favelas, não se pode negar a dimensão política de luta por estima social de tais moradores em muitos momentos que empregam o termo. Para fugir das armadilhas que o termo comunidade pode nos levar, Boudon e Bourricaud propõem adotar o termo *comunalização* (*Vergemeinschaftung*) – o conceito diz do domínio das relações atentando-se tanto para o âmbito simbólico como material dos processos de sociabilidade. Para eles, a comunidade:

[...] é ao mesmo tempo complexa, uma que associa, de maneira muito frágil, sentimentos e atitudes heterogêneos, e aprendida, uma vez que somente graças a um processo de socialização, que, a rigor, nunca termina, aprendemos a participar de comunidades solidárias. Ela jamais é pura, já que vínculos comunitários estão associados à situação de cálculo, conflito ou mesmo violência. (BOUDON e BOURRICAUD, 1993, p.74)

O uso do termo comunidade por muitos moradores de favelas indica essa tensão entre o âmbito simbólico e os elementos materiais de sociabilidade. Ao pontuar a necessidade de a comunidade se ver, Reinaldo, como membro dessa, está reclamando o direito de ser visto e, ao mesmo tempo, pontuando que há aspectos positivos sobre essa comunidade a serem mostrados. Esse esforço configura ou evidencia a luta dessa parcela da população por estima social:

*“O Ocupar Espaços é uma boa oportunidade para o Criarte, porque, dentro da sua proposta, desenvolvemos uma atividade junto à comunidade. Na fase atual, estamos realizando Circuitos de TV de Rua dentro de quatro das seis vilas que formam o Aglomerado da Serra. Nesses circuitos levamos as imagens que produzimos no Aglomerado, com a participação de moradores. A exibição instaura um processo no qual a comunidade pode se enxergar.” (Reinaldo Santana/Ocupar Espaços)<sup>58</sup>*

A fala de Reinaldo mostra que há, por parte do grupo do qual ele faz parte, uma reivindicação do direito de falar por si. Ao mesmo tempo, evidencia uma forma de questionamento das representações estereotipadas sobre as favelas. Em sua fala emerge um discurso articulado sobre a representação do morador de favela:

*“A intenção era justamente essa: tinha um momento, o do “assalto de imagens”, em que os moradores se envolviam na produção. Eles pegavam a câmera e filmavam, com o olhar deles, o que eles queriam dentro da comunidade, às vezes contavam uma história ou falavam do trabalho que estavam desenvolvendo... Então a comunidade acaba se valorizando, querendo mostrar o que existe de positivo dentro dela.”(Reinaldo Santana/Ocupar Espaços)<sup>59</sup>*

Independente do nível de articulação política, em praticamente todas as falas dos moradores nos vídeos do Ocupar Espaços, o sentimento de pertencimento é recorrente: todos se identificam enquanto moradores de determinado local. Esse é o primeiro aspecto que apresentam quando falam de si próprios. Ao analisarmos as diferentes falas podemos, identificar as dimensões que estão associadas ao termo quando ele é empregado.

No vídeo *Assalto de Imagens*, antes de ligar o REC da sua câmera, Dona Maria, moradora do Aglomerado Santa Lúcia, solicita um espaço: “pode falar?”, questiona ela. Dona Maria fala de si, explicita a atuação social e os laços que estabelece na comunidade:

*“(...) eu sou muito participativa das coisas que eu faço, todo mundo gosta de mim nas reuniões da comunidade” (Dona Maria, Moradora da Barragem Santa Lúcia/Ocupar Espaços)<sup>60</sup>*

<sup>58</sup> Entrevista “Novos espaços para a cultura da periferia”, ver em <http://www.ocupar.org.br>, acessado em 12 de outubro de 2006

<sup>59</sup> Entrevista “Novos espaços para a cultura da periferia”, ver em <http://www.ocupar.org.br>, acessado em 12 de outubro de 2006.

<sup>60</sup> Vídeo “Maria na Serra”, ver em <http://www.ocupar.org.br>, acessado em 12 de outubro de 2006

A fala de dona Maria associa o termo comunidade à participação em ações e atividades políticas no Aglomerado Santa Lúcia como uma “liderança comunitária”. Ao mesmo tempo em que por parte de alguns moradores – Dona Maria e Reinaldo - há um desejo de se pensar o Aglomerado como comunidade, para os moradores que não estão diretamente ligados a grupos ou associações evidencia-se uma certa dubiedade quanto à natureza desse pertencimento como vemos na fala de Chiquito:

*“Eu moro no bairro São Pedro. Antigamente, era Morro do Papagaio. Agora é Vila Santa Rita de Cássia, Alto São Pedro.” (Chiquito – morador do Aglomerado Santa Lúcia/Ocupar Espaços)<sup>61</sup>*

Oficialmente, para a Prefeitura de Belo Horizonte, o local é conhecido como Vila Santa Rita de Cássia, uma das vilas do Aglomerado Santa Lúcia. Historicamente, o local famoso na imprensa como Morro do Papagaio foi classificado, por um bom tempo, como uma das favelas mais perigosas da capital mineira. Por isso, alguns moradores recorrem ao nome de um bairro de classe-média, vizinho à favela, para falarem de seus endereços. Outro aspecto que emerge em algumas falas é a necessidade de se repassar para outras pessoas, principalmente para os mais jovens, as vivências das favelas e as tradições.

Esse aspecto demarca a opção por uma identidade coletiva no que diz respeito ao compartilhamento simbólico de uma cultura local. Em algumas falas, a utilização do termo comunidade como elemento de identificação dos sujeitos sobrepõe-se a aspectos da individualidade. Um dos atributos destacados pelos moradores não está relacionado à profissão, ao status econômico, mas sim a uma condição política: ser membro de uma comunidade. Fazer parte de uma comunidade é uma forma que os sujeitos encontram para se fortalecerem politicamente, para ressaltar a importância do indivíduo.

Os moradores enfatizam sempre que a formação e o exercício do direito de falar por si representam um ganho para o coletivo:

*“Uma das coisas que chamou muito a atenção foi a autovalorização da comunidade e a importância das pessoas se verem. Quando você grava uma imagem aqui e depois vê o que foi registrado, vê pessoas que você conhece, isso tudo move a comunidade na direção de sua valorização” (Reinaldo Santana/Ocupar Espaços)<sup>62</sup>.*

<sup>61</sup>Vídeo “Cigano e Chiquito”, ver em <<http://www.ocupar.org.br>>, acessado em 12 de outubro de 2006

<sup>62</sup>Entrevista “Novos espaços para a cultura da periferia”, ver em <<http://www.ocupar.org.br>>, acessado em 12 de outubro de 2006

Em diversas falas, os moradores destacam a importância de ações que resultem no bem-estar da comunidade. Opiniões como a do DJ Rey, mostram também um certo orgulho de se morar no aglomerado:

*Tenho 25 anos, sou natural de Belo Horizonte. Vou sobrevivendo até hoje como muitas pessoas sobrevivem, em um mundo que tem diversão, lazer, drogas e muita criminalidade. Eu sou um DJ, tenho um som. Minha vida praticamente é aqui dentro dessa comunidade. Eu me orgulho bastante de trabalhar aqui. Tenho que passar as coisas que aprendi na convivência na favela. Desejo de coração que Deus possa estar iluminando os nossos caminhos para que eu possa fazer a felicidade da comunidade. Uma das coisas que mais me orgulham (DJ Rei/Ocupar Espaços)<sup>63</sup>.*

A defesa que DJ Rey faz é o mesmo que percebemos em texto de um bolsista do Observatório de Favelas na Rocinha, Antônio Carlos Firmino. Ele questiona que, embora a Rocinha tenha passado ao status de bairro, ainda enfrenta problemas relacionados à falta de saneamento, falta de escolas e à violência. Ainda tenta mostrar que, em termos comerciais, houve modificações no local: diversas empresas abriram filiais na Rocinha que virou ponto turístico. Implicitamente, o texto apresenta as contradições vividas pela “comunidade” que, do ponto de vista comercial, se desenvolveu muito, mas ainda sofre com problemas infra-estruturais. Por um lado, o discurso ainda reforça o discurso da carência e da falta.

*Essa nova nomeação, no entanto, não apresentou melhorias para a comunidade. A situação continua a mesma dos anos anteriores ao decreto: a falta de saneamento básico, de segurança, o número insuficiente de escolas públicas e postos de saúde. (Antônio Carlos Firmino, Rocinha/Observatório de Favelas)<sup>64</sup>*

Por outro lado, ele tenta mostrar a autonomia da comunidade, pois, a despeito da ausência do poder público, a comunidade procurou se organizar para reivindicar direitos:

*Mesmo com a falta de infra-estrutura, a comunidade sempre buscou se organizar para melhorar suas condições de vida. As organizações das "mães crecheiras", construídas no final da década de 70, são um exemplo dessa organização. Elas contribuíram para o surgimento da primeira creche comunitária na comunidade. Além disso, são tocados projetos e fóruns de instituições comunitárias. Estas atuam com o objetivo de integrar para melhorar as perspectivas locais. (Idem)*

<sup>63</sup>Vídeo “Spots TV”, ver em <<http://ocupar.org.br>>, acessado em 12 de outubro de 2006

<sup>64</sup> Artigo “Rocinha, bairro-favela” - texto Antônio Carlos Firmino, bolsista do núcleo Rocinha – 25.09.2003, ver em <<http://www.observatoriodefavelas.org.br>>

O fato de Antônio Carlos ser bolsista do Observatório de Favelas na favela da Rocinha possibilita a ele um olhar específico de quem vivencia uma determinada realidade e se põe a refletir sobre ela. A própria escolha do assunto do artigo demonstra esse lugar de fala. A preocupação com o fato de a Rocinha ter recebido o status de bairro, mas, mesmo assim, enfrentar diversos problemas demonstra o olhar de alguém que é concernido à questão. De forma geral, há textos que criam uma argumentação para se contrapor aos dois dos principais estereótipos relacionados às favelas. O artigo “Maré, retrato do maior bolsão de miséria do Rio”, por exemplo, procura questionar o estereótipo que se tem sobre o Complexo da Maré.

*(...) uma visão generalizante e discriminatória deve ser rebatida por aqueles que atuam nos movimentos populares e em espaços como a Maré, deixando bem claro que seus moradores são parte integrante da cidade. Estes são bem mais que vítimas – são atores sociais que necessitam de apoio para o desenvolvimento de suas potencialidades (Marcelo Costa/Observatório de Favelas)<sup>65</sup>*

Ele argumenta em favor dos aspectos positivos da comunidade:

*Mas vale ressaltar também que nos últimos cinco anos, o pré-vestibular local contribuiu para o ingresso de mais de 300 pessoas em instituições de ensino superior (Idem).*

Na mesma linha, estudantes universitários oriundos das favelas criam um discurso para legitimar os aspectos positivos das favelas. A partir da perspectiva de morador de favela ou de ex-morador, apresentam uma série de questionamentos sob como a imprensa e a sociedade em geral lidam com questões de direitos humanos. O artigo procura mostrar que há uma diferença de tratamento de acordo com a origem social de quem sofre a violação.

*Foi Tim Lopes o primeiro ou o último cidadão a morrer nessas condições? Será que o Estado pratica e garante respeito às prerrogativas básicas dos direitos humanos? Como isso funciona no caso específico da população pobre e jovem? Essas três perguntas irão contribuir para a estruturação de nossos argumentos construídos a partir de vivências nas comunidades. (Sinesio Jefferson Andrade Silva, Mariluci Correia do Nascimento, Marcia Menezes Thomaz Pereira, José Wellington Gomes Araújo, Elaine Sandra A. Savi, Eduardo N. Stotz, Teresa Cristina C. L. Neves/Observatório de Favelas)<sup>66</sup>*

<sup>65</sup>Artigo “Maré, retrato do maior bolsão de miséria do Rio” – texto Marcelo Costa, bolsista do núcleo Maré de 07.10.2003, ver <<http://observatoriodefavelas.org.br>>

<sup>66</sup>Artigo “Juventude, Saúde e liberdade de ir e vir na cidade do Rio de Janeiro” - 20.08.2004, ver <<http://observatoriodefavelas.org.br>>

Ao associarem a proliferação desses discursos negativos sobre o Complexo da Maré à mídia, eles tensionam o discurso da carência e da violência. Ao contrapor o discurso da falta e da violência, propõem uma representação que ressalta aspectos positivos das favelas: a solidariedade e o associativismo.

*Certamente esse imaginário preconceituoso é reproduzido e atualizado principalmente pela grande imprensa nos dias atuais, que é a porta-voz dos sentimentos da elite. A essa mídia não interessa mostrar o imenso esforço empreendido pelas pessoas dessas comunidades no intuito de suprir os efeitos da ausência do Estado. Esforço que é motivado pela necessidade, mas também, e principalmente, por valores humanos superiores, como a solidariedade, acrescida de uma grande capacidade associativa. São famílias que empreendem uma luta incansável contra a falta de perspectiva para os seus jovens (Idem).*

Consideramos que os jovens universitários identificam que há representações negativas sobre as favelas, no entanto, consideramos que a relação campo *dos media* e outros campos sociais é pouco problematizada. Tal leitura põe toda responsabilidade sobre os meios de comunicação e não fazem a devida relativização tendo em vista que os profissionais de comunicação estão também inseridos na sociedade. As matérias jornalísticas não são produto exclusivo da atuação de um profissional isolado é também o resultado das mediações culturais.

### 4.2.3 - Alternativa para escapar da pobreza x direito à subjetividade

O discurso do idílio marca a tensão entre combater estereótipos e reforçar estigmas. É o que chamaremos de *cilada discursiva*. Isso acontece muito quando se apresentam alternativas para os moradores de favelas escaparem da pobreza. A arte, a produção cultural e o esporte são sempre apontados como caminhos para superar todos os riscos aos quais os moradores estão expostos. Essas práticas ganham uma função pragmática de afastar o morador da pobreza, de impedir que siga o caminho inevitável do tráfico e da criminalidade. Essas formas de expressão perdem a dimensão subjetiva de fruição.

No site Favela é Isso Aí, os depoimentos de moradores sobre a importância da “arte e da cultura” revelam como as dimensões da arte, da cultura e do esporte são colocadas em primeiro plano. Dos 29 depoimentos, quase a metade (13 depoimentos<sup>67</sup>), parte da afirmação que a arte e a cultura são soluções que impedem os moradores de favelas, notadamente os jovens, de entrarem para o mundo das drogas. As falas, em sua maioria, estão estruturadas em torno de um mesmo argumento, que aqui exemplificamos na fala de André:

*A arte e cultura para os moradores da comunidade é muito importante, por quê? É através da arte e cultura que muitos jovens largam as drogas. Muitos desenvolveram seu talento. São cantores, jogadores de futebol. A arte e a cultura é importante para os Aglomerados... está tirando muitos jovens das drogas (André, Vila Acaba Mundo)<sup>68</sup>.*

O morador aceita o argumento que os jovens das favelas precisam de ocupação para não se envolverem com o mundo das drogas. Essa associação não é feita apenas entre moradores de favelas. Entre as famílias de classe-média, os pais também procuram ocupar o tempo dos filhos a fim de distanciá-los dos entorpecentes lícitos e ilícitos. A diferença, no entanto, em relação às crianças e jovens das favelas, é que os jovens de classe-média não são vistos como potenciais bandidos e criminosos. Em geral, o medo é de que os jovens possam se tornar usuários e não traficantes. Esse discurso, implicitamente, vê todo e qualquer jovem e

---

<sup>67</sup>Ver depoimentos em <<http://www.favelaeissoai.com.br/depoimentos.php>> : Alessandra (Vila Acaba Mundo), André (Vila Acaba Mundo), André (Vila Acaba Mundo), Carla Lucia Crispin Santos (29 anos/ Comerciante - Vila Nova Ouro Preto), Deuzadi Prereira Ramos (44 anos - Doméstica - Vila São Rafael), • Douglas Antônio de Moura (26 anos - Vigilante - Vila Nossa Senhora do Rosario), Dulcineira do Carmo Primeira dos Santos (25 anos - Cabelereira - Vila Imbaúbas), Luigi César de Abreu (16 anos - estudante - Conjunto Tirol), Marcelo Braga Oliveira (18 anos - estudante - Conjunto Tirol), Max Robert (15 anos - estudante - Vila Maria), Nair de Freitas (45 anos - costureira aposentada - Vila Marieta), Orlando Francisco de Medeiros (49 anos - serviços gerais, Vila Apolonia), Silvania Gomes (35 anos - comerciante - Vila São Miguel)



adolescente de favelas como um potencial marginal, em risco social, além de colocar a existência do tráfico nas favelas como fator determinante para a definição da vida dos jovens. No discurso do tráfico e da violência, a arte e a cultura perdem a sua dimensão estética, poética, deixa de ser a possibilidade de os sujeitos experienciarem esta dimensão e passa a ter apenas um caráter preventivo e pragmático de livrar o jovem das drogas. O argumento da ocupação do morador de favela traz embutido o dilema de ser morador de favela e ser associado a um propenso marginal.

*O que eu tenho a dizer que.... não tem que desistir porque mora em uma favela, porque estar cercado por um mundo perigoso de droga. Se a gente quiser a gente pode mudar. Moro aqui há 13, nunca me envolvi com porcaria nenhuma. Você não tem que ser bandido porque mora em uma favela. Cada um tem a sua cabeça, se quiser melhorar pode melhorar (Manoela Cristina/Favela É Isso Aí).<sup>69</sup>*

*A vida não é só violência. Temos muitas coisas boas na favela, que procurem as coisas boas e não o lado mal. (Aparecido Donizetti de Oliveira/Favela É Isso Aí)<sup>70</sup>*

*Procurarem estudar mais, procurarem trabalhar. A gente vive em uma realidade muito difícil. A gente convive com muita violência. Então a gente buscar uma forma de não fazer parte disso, correr atrás de melhores condições de vida. (Carla Batista/Favela É Isso Aí)<sup>71</sup>*

O dialogismo em torno do discurso da violência e do tráfico é observado, implicitamente, na fala de Éder Rufino. Nas favelas, o esporte deixa de ser uma alternativa de lazer para ser uma forma de tirar os jovens da criminalidade:

*“É um incentivo para os meninos da periferia praticar esportes, praticar taekwondo, jiu jitsu. é um mini-evento esportivo para a comunidade do Cafezal.” (Éder Rufino/Ocupar Espaços)<sup>72</sup>*

No site do Observatório de Favelas, Silva apresenta um contra-discurso:

*Um outro exemplo do tratamento concedido aos pobres na grande mídia, em particular aos jovens, é bem expressa pelo trecho de uma reportagem do principal jornal carioca: “principal alvo da violência urbana, jovens de comunidades carentes começam a encontrar em escolas dos Estados do Rio*

<sup>68</sup>Depoimentos, ver em <<http://www.favelaeissoai.com.br/depoimentos.php>>

<sup>69</sup>Depoimentos, ver em <<http://www.favelaeissoai.com.br/depoimentos.php>>

<sup>70</sup>Depoimentos, ver em <<http://www.favelaeissoai.com.br/depoimentos.php>>

<sup>71</sup>Depoimentos, ver em <<http://www.favelaeissoai.com.br/depoimentos.php>>

<sup>72</sup>No vídeo “Campeonato de Barras”, ver em <<http://www.ocupar.org.br>>, acessado em 12 de outubro de 2006

*de Janeiro e Pernambuco a oportunidade de se afastar das drogas e do crime” (O Globo, 08/04/01)*

*O juízo subjacente à citação é que todos os jovens da periferia são potencialmente criminosos e, por isso, precisariam ter o seu tempo ocupado – sem importar muito como – a fim de não seguirem o caminho da criminalidade. O fato de existirem tão poucas pessoas, proporcionalmente falando, envolvidas com atos criminosos no Rio de Janeiro - considerando-se as precárias condições de vida da população, historicamente - não é levado em conta na afirmação do discurso (SILVA, 2006)<sup>73</sup>.*

Há uma intenção explícita de se combater o discurso da violência e do tráfico. Há exemplos raros de depoimentos em que a arte é compreendida em suas dimensões expressivas mais amplas. A apresentação do grupo Arautos do Gueto foi feita pelos coordenadores do grupo que indicam para as especificidades das favelas (*rodas de samba*), mas mostrando que a produção cultural não se fecha em uma única identidade (*uma polifonia*). O “nós” é demarcado pela idéia de “gueto”. A fala também atribuiu importância às experiências vividas na comunidade e ao papel desempenhado por lideranças comunitárias. A arte é apresentada como um caminho para a organização da comunidade.

*Banda formada pelos atuais coordenadores do grupo Cultural Arautos do Gueto. Fazem o show "O Morro Pede Paz!"; uma polifonia, saída das ruas do gueto onde todo o tipo de som é aproveitado, desde as rodas de samba, que são comuns nos aglomerados, até as manifestações religiosas, misturadas as insatisfações políticas e sociais, contando com um trabalho autoral, onde as composições variam de relatos da experiência desenvolvida na comunidade, homenagens a pessoas que contribuíram para a rica história do Aglomerado morro das pedras, e letras falando de amor, justiça, esperança, contando também com algumas esquetes teatrais, formando então, uma justa posição; a busca pela paz! Neste espetáculo com pitadas de muito ritmo, "Música Negra de Atitude para pensar e dançar"(Arautos do Gueto)<sup>74</sup>*

A música é, ao mesmo tempo, um *locus* para se experienciar a vivência como também é vista como um meio para se instaurar debates de questões políticas.

#### **4.2.4 – Âmbitos e questionamentos analíticos**

<sup>73</sup>Artigo “Mídia e Espaços Populares”, de 7/06/2006, ver em <<http://www.observatoriodefavelas.org.br>>, acessado em 15 de março de 2007.

<sup>74</sup> Ver na seção Grupos disponível em <<http://www.arautosdogueto.org.br/grupos.htm>> , acessado em 12 de outubro de 2006.

Nas três subseções que se seguem, procuramos indicar aspectos que perpassam as três dimensões das disputas discursivas por nós identificadas. Nos três níveis de contra-discursos (4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3) emergem (a) a busca por autonomia e (b) a interlocução com não-moradores. Ao discutirmos a busca por autonomia, procuramos evidenciar os ganhos políticos e para os sujeitos. Também consideramos necessário evidenciar a interlocução pressuposta para explicitarmos a construção de sentidos compartilhados sobre as favelas. Por fim, julgamos pertinente retomar a construção de linguagem nos sites e portais para se efetivar canais de expressão para o morador.

#### **4.2.4.1 – A busca por autonomia e a interlocução pressuposta**

A luta por autonomia política se revela quando os moradores de favelas entram na disputa pela definição de suas necessidades na esfera pública. Nesta última, eles buscam compreender e definir o que são as favelas, quem são seus moradores, procurando uma concepção da favela como espaço da diversidade e de várias subjetividades. A imagem da favela como um espaço habitado por pessoas criminosas, com baixa capacidade cognitiva e política tenta ser substituída por uma representação da favela como espaço de resistência (NOGUEIRA, 2004, p.93), através da participação ativa dos moradores em processos públicos de criação de novos sentidos, representações e normas.

A maioria das falas por nós coletadas tenta evidenciar a autonomia política do morador de favela. Elas revelam que estar em um local, contrariando as determinações do poder público, exige tomar decisões que são, no sentido lato, políticas. Trabalhos que mostram o processo de constituição das favelas (GUIMARÃES, 1991, GOMES, 2004, FONSECA, 2006) evidenciam como essa parcela da população vem se organizando para que esses espaços não sejam reduzidos a uma anormalidade nas cidades.

*Os moradores desses espaços se negam a aceitá-la como um lugar separado, à margem, e lutam dia-a-dia por fazer valer a cidadania a que têm direito. Surgem assim diversos grupos, organizações e movimentos que procuram alterar essa realidade e exigir do Estado que assuma efetivamente a favela como parte integrante da cidade e se faça presente em todas as instâncias. Este é o caso do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). Essa Organização não-Governamental vem, desde 1997, realizando trabalhos em toda a região da Maré, numa luta constante por instauração de políticas públicas e garantia da cidadania da população*

*local (vários autores/Observatório de Favelas)75.*

Seja com a intenção explícita ou não de utilizar especificamente a Web como canal para emissão de voz, o fato é que os sites e portais constituem um importante *locus* para a construção da autonomia política dessa parcela da população. As falas dos moradores evidenciam alguns níveis da busca por autonomia política, como pontuadas por Warren:

- (a) os efeitos na esfera pública – possibilitar o debate e a discussão de questões que concernem aos moradores de favelas. Os sites e portais trazem uma diversidade de temas relacionados ao cotidiano dos moradores de favelas, questões que apresentam suas demandas, os problemas por eles enfrentados e, sobretudo, a diversidade de falas por eles produzidas acerca de questões que os concernem
- (b) *representações das diferenças* – As falas procuram mostrar o quão diverso as favelas são, seja do ponto de vista urbanístico e geográfico ou das relações estabelecidas entre os moradores, seja com relação aos aspectos econômicos e distributivos. As falas evidenciam como os moradores de favelas são diferentes em termos de escolaridade, raça, gostos e interesses.
- (c) *c) resistência/ coordenação e cooperação, /alternativas ao poder público* – Nos sites e portais, os moradores se posicionam diante de diversas questões de interesse coletivos, também encontramos espaço para a organização de grupos diversos e possibilidades de organização de ações.

Ainda podemos identificar indicadores do que Warren (2001) apresenta como resultado da autonomia política. Ao mesmo tempo em que possibilitam a busca por autonomia política, os sites e portais contribuem para o fortalecimento da autonomia individual uma vez que “na democracia, autonomia política e individual são co-determinadas. Esta co-determinação está na base do conceito: democracia significa decidir junto” (WARREN, 2001).

No que diz respeito à construção da autonomia política, identificamos a possibilidade de construção compartilhada de entendimentos. A abertura de um espaço para os processos discursivos reforça as *habilidades políticas* dos moradores no ciberespaço, uma vez, que são instaurados canais para que eles falem sobre si próprios, se auto-representem, criem

---

<sup>75</sup>Artigo “Juventude, Saúde e liberdade de ir e vir na cidade do Rio de Janeiro” - 20.08.2004, ver

entendimentos políticos e soluções para problemas que os concernem.

Ainda verificamos a possibilidade de formação de *habilidades críticas*, uma vez que os moradores passam a participar cognitivamente e criticamente dos processos políticos. O colunista do portal CUFA fala da importância dos moradores de favelas se organizarem em diferentes âmbitos da vida social e exercerem seu papel de cidadãos.

*Para nós, mais que uma união, foi um aprendizado, onde organizar a CUFA e fazer parte dessa família nos possibilitou transitar em lugares antes não freqüentados por gente da nossa origem étnica e social. E assim nos fez ver que não podemos ser coadjuvantes da nossa própria história, que temos que falar por nós mesmo. Nos representar não só culturalmente, mas política e socialmente (Preto Zezé/CUFA)<sup>76</sup>.*

Os dispositivos da internet têm sido utilizados em grande medida por moradores de favelas e grupos sociais de favelas para tematizar questões de interesse dessa parcela da população. Os moradores buscam afirmar a autonomia e a relevância dessas comunidades. O desejo de falar por si indica a urgência para que essa parcela da população seja ouvida na esfera pública. A multiplicidade de falas com perspectivas diferentes produzidas pelos moradores mostra a construção de uma rede de discursos em torno da questão da determinação de qual seria a representação mais adequada sobre a favela e seus moradores. Contudo, há um claro desafio à noção estigmatizante e degradante dos moradores de favela como indivíduos inferiores, cidadãos de segunda classe e criminosos.

#### **4.2.4.2 – A interlocução com não-moradores**

Os sites e portais que tratam da temática da favela contribuem para a democracia quando possibilitam que os moradores falem por si. Essa contribuição pode ser ainda mais substancial quando essas falas passam a compor um debate entre diferentes atores sociais. A existência do site da CUFA possibilitou que a questão das favelas do Brasil pudesse ser tematizada por um cidadão de Portugal:

---

<<http://observatoriodefavelas.org.br>>

<sup>76</sup>Artigo “A Luz da Dignidade que Teima em Brilhar” - texto Preto Zezé – 03/08/2006, ver <<http://cufa.org.br>>

O trabalho do MV Bill e do Celso Athayde nesse livro e documentário é a primeira abordagem decente e sincera que se faz ao flagelo que devassa as favelas brasileiras e conseqüentemente toda a sociedade brasileira, é a primeira vez que se olha para o problema dentro da favela e não de uma delegacia de policia ou do prédio classe média do outro lado da pista (Ruben Moreira, Lisboa Portugal/CUFA)<sup>77</sup>.

Embora fale do trabalho de MV Bill e Celso Athayde com certo exagero, o interlocutor mostra a relevância da voz dos moradores de favelas. Nos sites, dialogam falas de especialistas, profissionais de comunicação que não são moradores de favelas. O desejo de o morador falar por si marca o olhar de um dos membros da coordenação técnica do projeto Ocupar Espaços, André Hallack:

*O que as imagens já gravadas revelam sobre o cotidiano da favela? Vou deixar para que quem assistir às imagens entenda à sua maneira. Posso falar da minha impressão contaminada pelo processo que estou vivendo no projeto [Ocupar Espaços]. Temos visto comunidades que precisam de um espaço para se expressar tanto externa, quanto internamente. São pessoas que querem mostrar as mais diversas atividades e vivências, não se limitando a divulgar aquele mesmo conteúdo já exteriorizado e estereotipado que predomina nas mídias mais tradicionais. Esse espaço aberto para a divulgação colabora para despertar o interesse em participar do projeto (André Hallack/Ocupar Espaços)<sup>78</sup>.*

Hallack sustenta em sua fala a diferença entre o “morro” e o “asfalto” mas acredita que a tensão gerada por essa dicotomia possa ter um potencial criativo. O depoimento deixa claro que a demarcação do “nós” e dos “outros” é, muitas vezes, alimentada pela diferença de paisagem entre a favela e outras partes da cidade. A arquiteta Ana Paula Baltazar<sup>79</sup>, que colaborou na idealização do projeto Ocupar Espaços, fala dessa diferença de paisagens, mas incorpora em sua fala um discurso de valorização das intervenções arquitetônicas nas favelas que, por muito tempo, foram vistas apenas como sendo totalmente desplanejadas:

*A configuração é fruto de um processo de negociação dos próprios moradores, somado às condições topográficas, à capacidade de cada um investir na construção de sua casa, etc. A produção do espaço na cidade formal, das construções legalizadas, tem muito que aprender com essa dinâmica. Não estou fazendo apologia à pobreza, à precariedade de infraestrutura ou à estética das favelas, mas tentando voltar o olhar para o*

<sup>77</sup>Carta publicada em 25/09/2006, vem em <<http://www.cufa.org.br>>, acessada em 12 de outubro de 2006

<sup>78</sup>Entrevista “Hora de Aparecer no Vídeo” disponível em <<http://ocupar.org.br>>, acessado em 12 de outubro de 2006.

<sup>79</sup>Entrevista “O Espaço como Evento” disponível em <<http://www.ocupar.org.br>>, acessada em 12 de outubro de 2006.

*processo informal, dinâmico e sem planejamento prévio do qual elas são resultado (Ana Paula Baltazar/Ocupar Espaços)<sup>80</sup>.*

A fala da arquiteta confronta o discurso da favela como uma chaga social, um desvio arquitetônico da cidade. Nessa mesma direção, a fala do jornalista Bruno Moreno também é marcada pela intertextualidade. O jornalista constrói seu argumento de modo a contrapor-se ao discurso da favela como responsáveis por degradações ambientais e aponta a responsabilidade dos condomínios de luxo e os bairros de classe média alta do Rio de Janeiro que contribuíram muito para a degradação ambiental da cidade.

*Um dos maiores renques de condomínios de alto luxo no Rio se encontram à beira do Canal do Marapendi, na barra da Tijuca, uma via de drenagem que corta um pedaço do bairro, nasce na lagoa homônima e deságua no mar. Lá era mangue, área de preservação. Pelo Estatuto da Cidade, Código Florestal que data de 1997, qualquer construção humana deve manter uma distância mínima de 30 metros dos cursos de água com menos de 10 metros de largura. Recomendo um passeio de barquinho por esse canal e vemos construções de cimento à beira dele e, a menos de 15 metros, o início dos mega-portões automatizados dos condomínios. Ao longo desses prédios, vê-se o esgoto sair. E, num passe de mágica, vê-se algum esgoto entrar nesse canal. Isso é irregular (Bruno Moreno/CUFA)<sup>81</sup>.*

Moreno relaciona autonomia e intervenção política e dialoga com lideranças comunitárias, que procuram mostrar que os problemas urbanísticos da cidade não são causados apenas pelas favelas. Ele coloca a mídia como vilã na criação de estereótipos negativos sobre as favelas:

*Os discursos sociocêntricos que buscam colocar a favela pra escanteio mudam durante os anos. Não é uma força secreta, maçônica e ultra-conservadora querendo acabar com elas desde o início do século. Não. É outra coisa, uma espécie de preconceito em forma de poder e comunicação. À primeira vista não tem cara, voz nem desenho. Depois, essas falas que são da parte elitizada e endinheirada majoritariamente, ganham concretude quando chegam aos jornais e ao governo (Idem).*

O artigo da jornalista Fânia Rodrigues, colaboradora do portal da CUFA, procura enaltecer o protagonismo dos moradores de favelas:

*Mas para isso precisa-se criar condições para essa pessoas pensarem, raciocinarem, protestarem e exigirem. Talvez isso seja mais difícil para a dona Maria, que sai todos os dias, às 4h da manhã para trabalhar de*

<sup>80</sup>Entrevista “O Espaço como Evento” disponível em <<http://ocupar.org.br>>, acessado em 12 de outubro de 2006.

<sup>81</sup>Artigo Favelização x condominização – texto Bruno Moreno – 25/08/2006, ver em <<http://cufa.org.br>>

*empregada doméstica, servir a burguesia, para ganhar um salário mínimo e quando chega em casa não quer nem pensar em política ou no sistema econômico que a levou à essa situação.*

*Assim como ela existe uma multidão de donas Marias. Mas não há como culpá-las por essa apatia política, pois não tiveram outra opção. Aqui a pobreza é, inclusive, de conhecimento, salvo algumas exceções. E são essas exceções que estão fazendo toda a diferença.*<sup>82</sup>

Os dispositivos da internet começaram a ser utilizados para criar uma terceira possibilidade de se pensar a representação sobre o morador de favela: não é a perspectiva de quem mora nas favelas nem tampouco de quem não mora. Pode ser um olhar novo que passa pelo crivo da constante tensão em torno do “nós” e dos “outros”, pois é feito conjuntamente por moradores e não-moradores. Os sites e portais apresentam-se, assim, como uma arena onde os diferentes discursos estão em constante tensão.

---

<sup>82</sup>Artigo A revolução já começou, publicado em 25/08/2006, ver em <<http://cufa.org.br>>



## Conclusões

Os processos de favelização tanto em Belo Horizonte quanto no Rio de Janeiro possibilitam-nos perceber como a dimensão material — desde a formação urbanística até a organização das casas — está relacionada com os aspectos simbólicos sobre esses espaços e seus moradores. Arriscamos dizer que os padrões discursivos, como por exemplo da chaga social ou da favela como espaço da violência e do tráfico, ganham força no início do século 20, período inicial da formação das favelas, e alcançam o senso comum. Tanto na capital mineira como na cidade fluminense, os governantes e a elite da época sustentavam discursivamente um projeto arquitetônico/urbanístico modernizador, baseado em argumentos técnicos, que, em muitos momentos, velou a segregação dos espaços de favelas e, conseqüentemente, de seus moradores. No primeiro capítulo, mostramos como as representações das favelas vêm sendo construídas historicamente. Vimos que a favela, entendida como um fenômeno social em transformação é ressignificada constantemente por atores sociais de diferentes campos. Buscamos apontar alguns discursos sobre as favelas e seus moradores. Eles se configuram em diferentes domínios: na música, no cinema, nos meios de comunicação de massa.

Feita a contextualização sócio-histórica, procuramos dar especificidade à idéia geral de luta dos moradores de favelas por melhores condições de vida. Entendemos ser conveniente examinar não apenas os aspectos distributivos que são apontados como causas da formação das favelas, mas, sobretudo, a dimensão simbólica. A teoria do reconhecimento foi um importante aporte teórico para captarmos as controvérsias morais e de valores envolvendo os moradores de favelas. Em nenhum momento desconsideramos o peso das questões distributivas para a luta contra a desvalorização dos sujeitos. Nos propusemos, contudo, a entender as diferenças econômicas imbricadas em aspectos de uma busca por reconhecimento. Nesse percurso, relacionamos a luta por estima social aos processos de formação de identidade — esta última entendida não como uma ou algumas características imanentes, mas como sendo um processo discursivo contínuo e relacional.

A nossa análise demonstrou como a estima social pode ser o ponto de interseção entre a autonomia política e a autonomia individual. O direito de falar por si, mais do que evidenciar direitos pessoais, é prerrogativa para que a tomada de decisões coletivas possa ser considerada legítima e democrática.

O método que melhor se adequava à nossa idéia de captar a voz social de moradores de favelas na Internet foi construído tendo como base a teoria crítica da análise de discurso. Tal perspectiva nos possibilitou olhar para três dimensões dos *eventos comunicativos*: os discursos, as formas de produção desses discursos a partir dos dispositivos da internet, e a localização desses discursos em um processo sócio-histórico.

Os usos da internet por moradores de favelas, em um primeiro momento, aparecem como resultado da exploração de um canal de expressão alternativo aos meios de comunicação massivos. Isso porque, no senso comum, a mídia costuma ser apresentada como a responsável pela difusão de preconceitos e estigmas contra os moradores de favelas. No entanto, nossa pesquisa vem corroborar diversos estudos na área da comunicação que mostram que os discursos disponíveis publicamente resultam de mediações culturais e simbólicas que atravessam outros campos sociais.

A nossa pesquisa ratifica os estudos desenvolvidos principalmente na área das ciências sociais que apontam para a necessidade de desestabilizar as representações sociais em torno dos moradores de favelas. Para tal tarefa, procuramos analisar uma intrincada competição discursiva que se estabelece em torno do processo de favelização.

Apesar de considerarmos que as representações sociais dos moradores de favelas são construídas por uma diversidade de atores sociais, sendo os profissionais de comunicação um deles, encontramos diversos indícios sobre a baixa participação dos moradores de favelas no debate de temas que os concernem diretamente. A perspectiva do morador, muitas vezes, é negligenciada em função de uma representação social que o coloca como um sujeito com pouca ou nenhuma autonomia política e individual. Ao longo do processo de *favelização* no Brasil, como nosso trabalho revela, o morador foi sendo identificado como criminoso ou como carente, características que os impediam de serem vistos como cidadãos capazes de argumentarem sobre questões que os concerniam.

Nesse sentido, um dos propósitos de nossa pesquisa foi examinar o fenômeno da utilização da internet por moradores de favelas como uma dimensão da luta desses moradores por estima social. Contextualizamos a utilização da Internet como uma forma de os moradores de favelas se estabelecerem nas cidades como cidadãos a despeito de todas as condições adversas impostas: em um primeiro momento, pelo desejo do poder público de eliminá-los das áreas nobres das duas capitais sem, contanto, oferecer políticas de habitação que contemplassem uma infra-estrutura urbana digna e, na atualidade, por não serem vistos

com sujeitos cognitivamente capazes de sustentarem pontos de vista pertinentes e próprios no espaço público.

Mostramos como os processos de formação de identidade estão diretamente relacionados às possibilidades de se vislumbrar uma sociedade mais justa à medida que reconstituímos o conflito social estabelecido em torno das favelas, tendo com base os aspectos valorativos da disputa simbólica. Nesse contexto, os usos da Internet devem ser entendidos não apenas como a apropriação de um suporte, mas como a dimensão social imbricada nos processos comunicativos. Ao identificarmos a rede discursiva sobre a temática da favela no ciberespaço, demonstramos que mudar padrões discursivos é uma tarefa complexa, uma vez que muitos aspectos simbólicos que devem ser combatidos podem ter sido naturalizados inclusive pelos sujeitos diretamente afetados.

A pesquisa mostra ainda que os espaços destinados à expressão da voz dos moradores são fundamentais para a democracia, primeiro, porque possibilitam instaurar debates públicos sobre temas controversos e, segundo por possibilitarem que os sujeitos, ao se expressarem, organizem suas identidades. A produção de discurso sempre nos coloca em interação com o outro, obriga-nos a tensionar a nossa auto-representação com a imagem que o outro faz de nós. Para além dos ganhos individuais, tais processos trazem ganhos políticos para a coletividade.

Nesse sentido, os sites e portais possibilitaram que a perspectiva do morador de favelas aparecesse com maior vigor do que ocorre nos meios de comunicação massivos. É o que acontece quando os temas são violência e tráfico de drogas, como demonstrado em nossa análise. Os sites e portais possibilitaram evidenciar as tensões em torno das representações do morador de favelas que, muitas vezes, são apagadas nos meios massivos. A tensão em torno dos eixos de representação do morador de favela — bandido *versus* pessoa de bem; a favela como lugar de perigo *versus* lugar da diversidade; a arte, a cultura e o lazer apenas como caminhos para escapar da pobreza *versus* a expressão da subjetividade desses sujeitos — tornam o debate no ciberespaço fundamental para se construir representações sociais mais plurais.

Os espaços na Web para que diferentes atores sociais possam engajar-se em uma discussão podem ser potencializados pelos sites aqui investigados. A institucionalização da linguagem jornalística adotada por boa parte deles funciona como um meio para divulgação de informações sobre as favelas. No entanto, para a luta por estima social, esse formato limita a participação e a voz dos moradores de favelas uma vez que a mediação promovida pelos

meios de comunicação tradicional aparece também nesses sites. Não estamos aqui desconsiderando o importante papel de produção de informações sobre as favelas que eles proporcionam. Defendemos, no entanto, que os espaços para expressão direta do morador devem ser potencializados. Os sites e portais podem apostar na formação dessa rede discursiva, não só incentivando a participação direta do morador, principalmente do morador ordinário, nos debates como também elegendo essa participação como prioridade desde as páginas iniciais. No entanto, a análise empreendida nos mostrou que a preocupação com a abertura de canais para a expressão dos moradores de favelas pode incentivar também a consolidação de espaços para construção da cidadania e a estima social.

Em alguns casos, a adoção do padrão jornalístico, submete a participação do morador de favela a procedimentos, linguagens e normas pertinentes a esse campo, que da forma como se estrutura, é apresentado pelos próprios coordenadores dos sites e portais como insuficientes para falar da complexidade da representação da favela e de seus moradores.

Diversos estudos sobre a internet derrubaram o mito de que a informação na rede não recebe nenhum tipo de filtragem. O que nosso estudo aponta, no entanto, é como a possibilidade das pessoas participarem de disputas discursivas pode ser rico para a construção da autonomia individual e política.

A possibilidade de o morador ordinário falar também se mostrou essencial para apresentar a tensão entre os padrões discursivos hegemônicos e os discursos mais criativos sobre a favela que estão sempre num processo aberto de construção.

Não se trata de contrapor a Internet aos meios de comunicação massivos, mas de salientar algumas especificidades da rede que fazem com que ela se torne um meio eficaz de expressão para grupos marginalizados. Questões que antes dificilmente chegariam à esfera pública se não houvesse a mediação dos meios tradicionais, com a Internet podem ter seu potencial de publicidade ampliado. Identificamos uma rede discursiva descentralizada, dinâmica e permanente em torno da questão da favelização. Como dissemos não foi propósito de nossa pesquisa estudar os efeitos dessa emissão na esfera pública ou também medir o grau de visibilidade que tais emissões alcançam. Mas podemos afirmar, com convicção, que a Internet democratizou a apresentação de demandas dos moradores de favelas.

Essa nossa conclusão pode parecer um pouco contraditória dados os números de exclusão digital dessa parcela da população. Ao longo de nosso trabalho, demonstramos que,

embora os números das pesquisas mostrem uma baixa utilização da Internet por moradores de favelas, eles vêm construindo alternativas para minar as barreiras tecnológicas. Apesar da exclusão digital, de forma voluntária ou não, os moradores de favelas lidam cotidianamente com códigos comunicacionais como celulares, votação eletrônica, telecentros, diversas redes de satélites, fibra óptica, telefonia fixa e móvel.

Arriscamos propor, então, que os projetos de inclusão social dessa parcela da população devam levar em conta não só a possibilidade de acesso físico dos moradores mas, sobretudo, como tais suportes e dispositivos podem ser usados para que esses sujeitos apresentem suas demandas. Surge assim mais um desafio para o exercício da cidadania que deve passar não apenas pelo direito ao acesso aos novos códigos, mas principalmente pelo processo de formação discursiva da vontade (MAIA, 2001, p.115). O direito à voz é, sem dúvida, uma prerrogativa deste contexto.

Os sites e portais certamente apresentam suas limitações, mas criaram de fato um espaço rico e diversificado para se apresentar as demandas e temáticas dos moradores de favelas. Embora não tenhamos feito uma análise quantitativa dos depoimentos de moradores nos sites e portais, propomos que os sites e portais devam estar atentos em pensar os processos de formação de vontade a partir e nos dispositivos da rede. Não estamos defendendo aqui a abertura de mais canais para que os moradores se expressem, pois tal iniciativa por si não garante a participação das pessoas. Mas um olhar atento para essa questão pode propiciar uma reflexão que, em alguma medida, contribui para fomentar o interesse político e facilitar a conquista de estima social.

## Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. De Mário da Gama Kury. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

ALEJANDRO, Roberto. *Hermeneutics, citizenship and the public esphere*. New York: State University of New York Press, 1993.

ARAÚJO, Landa e OLIVEIRA, Tetê. 2005 <http://www.vivafavela.com.br>

ASEN, Robert e BROUWER, Daniel C. *Couterpublics and the state*. New York: State University of New York Press, 2001.

ASSIS, Mariana Prandini Fraga. Deliberação, diferença e reconhecimento: da esfera pública “neutra” à participação paritária. In: I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política. Salvador, 2006.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. Pp. 185 - 192

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da demoracia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

\_\_\_\_\_. Teoria Democrática e Deliberação Pública. In: *Lua Nova*, n. 49, p. 25-46, 2000.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo. Ed.Martins Fontes, 2000, p.328-357. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira.

BAKHTIN, M. M.; LAHUD, Michel; VIEIRA, Yara Frateschi. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do metodo na ciencia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981. 196p

BAKHTIN, M. M; BERNADINI, Aurora Fornoni. *Questões de literatura e de estetica: (a teoria do romance)*. 4. ed. São Paulo: Ed. da Unesp: Hucitec, 1998. 439p

BARROS, Diana Luz Pessoa. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa e FIORIN, José Luiz (orgs). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade em torno de Bakhtin*. Ed. Edusp,1993.p 1-9

BALLARD, J.D.; HORNIK, J.G.; MCKENZIE, D.Technological Facilitation of Terrorism: Definitional, Legal, and Policy Issues. *American Behavioral Scientist*, 45(6), 2002, p.989-1016.

BAUER, Martin. A popularização da ciência como iluminação cultural: a função de resistência das Representações Sociais. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis. Editora Vozes, 1998. p. 36-67

BRAGA, José Luiz. Interação & Recepção. In: FAUSTO, Antônio Neto (et.al), organizadores. *Interação e Sentidos no Ciberespaço e na sociedade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001

\_\_\_\_\_. A Constituição do Campo da Comunicação. In: NETO, Antônio Fausto, PRADO José Luiz Aidar e PORTO, Sérgio Dayrrel. *Campo da Comunicação: Caracterização, problematização e perspectivas*. João Pessoa. Ed.Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. Niterói, *Revista Contracampo*, nº10/11. Edição especial, 2004.

BIMBER Bruce. The Study of Information Technology and Civic Engagement. *Political Communication*, 17:329–333, 2000

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

BOHMAN, James. What is public deliberation? A dialogical account. In: \_\_\_\_\_. *Public Deliberation: Pluralism, Complexity and Democracy*. The MIT Press. 1996

BUCHSTEIN, H. Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy. *Constellations* 4(2), p. 248-263. 1997

COHEN, Joshua. Procedimiento y sustancia en la democracia deliberativa. *Metapolítica*, Cidade do México, v.4, n.14, p.24-47, abr.jun.2000

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHLBERG, L. 2001 Democracy via cyberspace. *New Media & Society*, 3(2), p.157–177.

\_\_\_\_\_. 2001 The Internet and Democratic Discourse. Exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere. *Information, Communication & Society* 4:4 2001 615–633

DRYSEK, John S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, Vera Schattan e NOBRE, Marcos (Org). *Participação e Deliberação – Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

DEAN, J. 1997 Virtually Citizens, *Constellations*, 4(2), p. 264-282.

DOUGLAS, K. M.; MCGARTY, C.; BLIUC, A.-M.; LALA, G. 2005 Understanding Cyberhate: Social Competition and Social Creativity in Online White Supremacist Groups. *Social Science Computer Review*, February 1, 2005; 23(1), p. 68-76.

EMBAR-SEDDON, Ayn. Cyberterrorism: Are We Under Siege? *American Behavioral Scientist*, 45, 2002, p. 1033-1043.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical Analysis of media discourse. FAIRCLOUGH, Norman. *Media Discourse*. London: Arnold, 1995.

FERNANDES, Edésio. *A regularização de favelas no Brasil: problemas e perspectivas*. In: SALES JÚNIOR, Nelson (Coord.). *Direito à Cidade: Trilhas Legais para o Direito às Cidades Sustentáveis*. São Paulo: Pólis Max Limonad, 1999.

FORTUNA, Carlos. Os novos espaços públicos: identidades e práticas culturais. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 54, junho 1999, pp. 139-148.

FRANÇA, Vera. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: In: FRANÇA, Vera, VAZ, Paulo Bernardo, SILVA, Regina Helena, GUIMARÃES, César. *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FRANÇA, V. R.V. e SIMÕES, P. G. Rádio Favela: Um outro lugar de Fala. In: FRANÇA, V.R.V. *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FRANÇA, Vera. Sujeitos em Comunicação. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRASER, N. From Redistribution to recognition? Dilemmas of Justice in a "Postsocialist" Age. In: \_\_\_\_\_. *Justice interruptus*. New York: Routledge, 1997. pp 11-39

FONSECA, Rodolfo Nazareth Junqueira. Uma outra cidade: imaginário urbano através de artistas de uma favela de Belo Horizonte. Dissertação de mestrado – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/IBRE. *Mapa da Exclusão Digital*. Rio de Janeiro: Marcelo Côrtes Neri.CPS, 2003.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1996, p.25 -75

GOMES, Lilian Cristina Bernardo; AVRITZER, Leonardo; Entre o legal e o ilegal associativismo e participação em três vilas e favelas de Belo Horizonte - um estudo de caso comparativo. 2004. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

GOMES, Lilian. *MST e OP no processo de luta por Justiça Social: Reconhecimento e Redistribuição*. 2006 mimeo

GOMES, Wilson. Opinião Pública na Internet: Uma abordagem ética das questões relativas a



censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. In: X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação Em Comunicação – COMPOS. Brasília: FD 29/05 a 01/06 de 2001. Disponível em <http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Wilson2001.pdf>

GOMES, W. S. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista da FAMECOS*, Porto Alegre, v. 27, p. 58-78, 2005.

\_\_\_\_\_. A nova esfera pública política: da discussão à visibilidade. In: GOMES, W. Comunicação e Democracia de Massa: Problemas e Perspectivas. Salvador, 2007a (no prelo).

\_\_\_\_\_. Capital Social, Democracia e Televisão em Robert Putnam. In: GOMES, W. Comunicação e Democracia de Massa: Problemas e Perspectivas. Salvador, 2007b (no prelo).

GIMMLER, A. Deliberative democracy, the public sphere and the Internet. *Philosophy & Social Criticism*, 27(4), p.21–39, 2001.

GUIMARÃES JÚNIOR, Mário José Lopes. A Cibercultura e o Surgimento de Novas Formas de Sociabilidade. Nuevos mapas culturales: Cyber espacio y tecnologia de la virtualidad". Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~guima/ciber.html>, visitado em 30 set. 2004.

GUIMARÃES, César. A imagem e o mundo singular da comunidade. In: FRANÇA, Vera, VAZ, Paulo Bernardo, SILVA, Regina Helena, GUIMARÃES, César. *Imagens do Brasi: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GUIMARÃES, Berenice. Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, cidade planejada — 1894-1945. Tese de Doutorado em Sociologia. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. As vilas e favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *O Futuro das metrópoles, desigualdades e governabilidade – IPPUR/UFRJ-FASE*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

\_\_\_\_\_. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: Pechman, Robert & Ribeiro, Luiz César Queiroz. *Cidade, Povo e Nação: a gênese do urbanismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GUTMANN, Amy, THOMPSON, Dennis. *Why deliberative democracy?* Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2004. p. 1-63.

HABERMAS, Jürgen. *O "Espaço Público"*, 30 anos depois. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. Ano 7, n 12, abril 1999.

\_\_\_\_\_. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. *Direito e Democracia: entre a faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo

Brasileiro, 1997. 2v.

\_\_\_\_\_. Political Communication in Media Society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative Theory on Empirical Research. In: *Communication Theory*, n 16, p.411-426, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 102 p

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo. 2003

\_\_\_\_\_. Recognition or Redistribution? Changing Perspectives on the Moral Order of Society. In: *Theory, Culture & Society*, Vol. 18(2-3): 43-55.

\_\_\_\_\_. On the destructive power of the third. Gadamer and Heidegger's doctrine of intersubjectivity. In: *Philosophy & Social Criticism*, Vol 29 n 1, pp. 5-21.

JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

JOHNSON, Allan G. *Dicionario de sociologia: guia pratico da linguagem sociologica*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

KALLIO, K.; KÄKÖNEN, J. 2002 Internet in improving democracy? Some critical remarks. Euricom colloquium Njimegen, *Euricom colloquium: Electronic networks and democratic engagement, Nijmegen*.

KAHN, Richard; KELLNER, Douglas. New Media and Internet Activism: From the 'Battle of Seattle' to Blogging. *New Media Society*, 6, 2004, p. 87 - 95.

LANGMAN, Lauren 2005 From Virtual Public Spheres to Global Justice: A Critical Theory of Internetnetworked Social Movements. *Sociological Theory*, 23 (1), p. 42-74.

LEMOS, André. Um modelo de Inteligência Coletiva. In: \_\_\_\_\_. *Cibercidade: A cidade na cibercultura*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004. pp. 19-26.

A. "As Estruturas Antropológicas do Ciberespaço"., in *Textos de Cultura e Comunicação*., Facom/UFBA, n.35, julho 1996, pp. 12-27.

LÉVY, Pierre. *Filosofia World : O mercado, o ciberespaço, a consciência*. Éditions Odile Jacob, 2000. Tradução Carlos Aboim de Brito

LIBÂNIO, Clarisse. *Guia Cultural de Favelas de Belo Horizonte*, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2004.

MAIA, R. C. M. . *Redes Cívicas e Internet: Do ambiente informativo denso às condições da deliberação Pública*. In: José Eisemberg; Marcos Cepik. (Org.). *Internet e Política: Teoria e prática da democracia eletrônica*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, v. 1, p. 10-37

\_\_\_\_\_. Deliberação e Mídia. In: Democracia e Mídia: Dimensões da Deliberação. *Belo Horizonte: Editora Brasiliense, 2006 (no prelo)*

\_\_\_\_\_. Dos dilemas da visibilidade midiática para deliberação política. In: LEMOS, André. (Org.). *Mídia.Br : Livro do XII Compós-2003*. Porto Alegre: Sulina, 2004

\_\_\_\_\_. Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: Estratégias e culturas da comunicação. Brasília: Editora da UNB, 2002.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos - o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Da Esfera cultural à esfera política: a representação de grupos de sexualidade estigmatizada nas telenovelas e a luta por reconhecimento. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2003

MEAD, G.H. *Espiritu, persona y sociedad*. 2 ed. México: Paidós, 1993.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos sociais e interação comunicativa: a formação da comunicação sem sujeito. *Contemporânea. Revista de Comunicação e Cultura. Salvador*, V.4. N.1, p.73 -98, junho 2006.

\_\_\_\_\_. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. In: I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política. Salvador, 2006, pp 1- 24.

MITRE, Maya; MAIA, Rousiley; DOIMO, Ana Maria. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net. In: *Revista Comunicação e Política*, n.s., V.X, n.1, pp.001-247, abril 2003.

MITRA, Ananda. Marginal voices in cyberspace. *New Media & Society*. 2001

\_\_\_\_\_. Voices of the Marginalized on the Internet: Examples From a Website for Women of South Asia. *Journal of Communication*. September 2004

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

MIRANDA, Orlando. Para ler Ferdinand Tonnies. São Paulo: EDUSP, 1995.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

NIELSEN, Donald. Os conceitos de Lei Natural de “Comunidade” e “Sociedade” e suas relevâncias para o estudo comparativo das civilizações: uma nota sobre a teoria de Ferdinand Tönnies. In: MIRANDA, Orlando. Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: EDUSP, 1995.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Mobilidade psicossocial: a história de Nil na cidade vivida. enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. 2004

O’LOUGHLIN Ben. 2001. The Political Implications of Digital Innovations: Trade-offs of democracy and liberty in the developed world. *Information, Communication & Society* 4 (4), 595–614.

OLIVEIRA, Jane Souto de Oliveira & MARCIER, Maria Hortense e A palavra é: favela. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PALCZEWSKI, Catherine Helen. Cyber-movments, New Social Movements and Counterpublics. In: ASEN, Robert e BROUWER, Daniel C. *Couterpublics and the state*. New York: State University of New York Press, 2001.

PIETIKÄINEN, Sari e DUFVA, Hannele. Voices in discourses: dialogism, critical discourse analysis and ethnic identity. *Journal of Sociolinguistic* 10/2.2006 pp 205- 224

PRIMO, Alex. Quanto interativo é o hipertexto? : Da interface potencial à escrita coletiva. *Fronteiras: Estudos Midiáticos*, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 125-142, 2003

PALACIOS, Marcos Silva. Hipertexto, Fechamento e o uso do conceito de não-linearidade discursiva. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 08, p. 111-121, 1999.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. 257p.

QUÉRÉ, L. D’un mod’ele épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. *Réseaux*. Paris, n° 4647, Mar-Abr,1991. Tradução: Lúcia Lamounier Sena e Vera Lúgia Westin.

REIS, Heitor. *21 março Dia Internacional de Combate ao Racismo*. Disponível em <<http://www.radiofavelafm.com.br/21%20de%20março.htm>> Acesso em 20 de setembro de 2005

REGINENSI, Caterine. Favela.Com: uma antropóloga na fronteira do virtual. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Universidad de Barcelona. Vol. VIII, núm. 170 (32), Acesso em 1 de agosto de 2004.

RIBAS, Beatriz. Características da notícia na Web - considerações sobre modelos narrativos. 2004

ROCHA, Simone Maria. . Debate público e identidades coletivas: a representação de moradores de favela na produção cultural da televisão brasileira. *InTexto*, v. 14, p. 4, 2006a.

\_\_\_\_\_. Televisão, *mundo da vida e mobilidade simbólica*: A favela e seus moradores no imaginário de adolescentes, 2006b.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? *Revista Serviço Social e Sociedade*. V. 72, n° 23, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Discurso e o Poder*: Ensaio Sobre a Sociologia da Retórica Jurídica. Porto Alegre: Fabris, 1998.

SCHMITZ, Kenneth L. Comunidade: A unidade ilusória. In: MIRANDA, Orlando. Para ler Ferdinand Tonnies. São Paulo: EDUSP, 1995.

SIMMEL, Georg. *Superordenação e Subordinação*. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org). Simmel. Ed. Ática

SILVA, R.H. e SOUZA, C.C. Múltiplas Cidades: Entre Morros e Asfaltos. In: FRANÇA, V.RV. *Imagens do Brasil: modos de viver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Jailson de Souza e BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

\_\_\_\_\_. *Um espaço em busca de seu lugar*: a favela para além dos estereótipos. 2002. Disponível em <[http:// www.iets.inf.br/acervo/Artigos.htm](http://www.iets.inf.br/acervo/Artigos.htm)> Acesso em 10 set. 2004.

SQUIRES, Catherine R. Rethinking the Black Public Sphere: na alternative Vocabulary for Multiple Public Sphere. *Communication Theory*. N° 4. Novembro 2002. Pp 446-468

SOUZA, Bruno. *Saber a narrativa*. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.B

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. In: SOUZA, Jessé (org). *A invisibilidade da Desigualdade Brasileira*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. Por uma teoria da ação social da modernidade periférica: Um diálogo crítico com Florestan Fernandes. In: SOUZA, Jessé (org). *A invisibilidade da Desigualdade Brasileira*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. A visibilidade da Raça e a Invisibilidade da classe: contra a evidência do conhecimento imediato. In: SOUZA, Jessé (org). *A invisibilidade da Desigualdade Brasileira*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

STANLEY, J. Woody; WEARE, Christopher. The Effects of Internet Use on Political Participation: Evidence From an Agency Online Discussion Forum. *Administration Society*, 36, p. 503 – 527, 2004

STANTON, John J. Terror in Cyberspace: Terrorists Will Exploit and Widen the Gap Between Governing Structures and the Public. *American Behavioral Scientist*, 45, 2002, p. 1017 - 1032.

STOCKINGER, Gottfried. A Interação em Ciberambientes e Sistemas Sociais In LEMOS, André; PALACIOS, Marcos (orgs). *Janelas do Ciberespaço: comunicação e cibercultura*. Porto Alegre. Ed. Sulina, 2001 – p. 105 a 125

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VIEGAS, Luiz. *Aspecto socio-econômico das Favelas*. Belo Horizonte, 1957

WATANABE, Hiroshi e BRAGA, Welber da Silva. *Morro do Querosene: Alguns aspectos na formação de uma favela*, 1960.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação na pesquisa de Representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

WARREN, Mark E. The Democratic Effects of Association. In: \_\_\_\_\_. *Democracy and Association*. Princenton: Princenton University Press 2001

WEBER, Lori M, LOUMAKIS, Alysha, BERGMAN, James. Who Participates and Why? In: *Social Science Computer Review*, vol.21, n° 1, 2003, pp 26-42.

YANG, Guobin The Internet and the rise of a transnational Chinese cultural sphere. *Media, Culture & Society* 2003 SAGE Publications (London, Thousand Oaks and New Delhi), Vol. 25: 469–490

YAR, Majid. Honneth and the communitarians: towards a recognitive critical theory of community. In: *Res Publica* 9, pp 101-125, 2003.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *RBCS*. N° 25, out. 1997

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (org). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

### **Matérias jornalísticas**

Violência manda no Morro. Estado de Minas, Belo Horizonte 26 dez. 2000, Chamada de capa e pág.17

ALVES, Maria Elisa. Moradores dizem que expansão é inevitável. O Globo, Rio de Janeiro 7 out. 2005, p.15

ALENCAR, Gislene e PORTELA, Marcelo. Guerra e Paz. Estado de Minas, Belo Horizonte, 21 nov. 2005, Gerais, p. 21

BERTA, Ruben e SCHMIDT, Selma . Favelização na mira da Câmara. O Globo, Rio de Janeiro 4 out. 2005, p.12

CALAES, Carlos. Ministro visita “quilombo”em plena Zona Sul de BH. Hoje em Dia, Belo Horizonte, 4 dez. 2004, Minas, p.15

\_\_\_\_\_. Favela luta contra o crime e o estigma. Hoje em Dia, Belo Horizonte, 13 de jun.2004, p.19

CASTRO, Cynthia. Inserção social é medida indispensável. O Tempo, Belo Horizonte, 23 mai. 2004, Cidades, p.A13

DAMASCENO, Natanael, SCHMIDT, Selma e MENDES, Taís. A solução nas mãos de César. O Globo, Rio de Janeiro 3 out. 2005, p.8

ENGELBRECHT, Daniel e MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Favelas emergentes. O Globo, Rio de Janeiro 11 out. 2005, p.14

FIUZA, Marcelo. Podem buscar os tambores. O Tempo, Belo Horizonte, 5 jan. 2005, Magazine, C1

FRANCO, Eduardo. Mudando o rumo da história. Jornal de Opinião, Belo Horizonte, 30 jun. a 6 jul. de 2003, p.13

GALVÃO, Daniela. Favelas cercam Belo Horizonte. Estado de Minas, Belo Horizonte 07 ago. 2006, p. 23.

GUIMARÃES, Igor. Projetos sociais reduzem homicídios.O Tempo, Belo Horizonte 05 jul.2002

GUIMARÃES, Elian. Equipamento de primeiro mundo. Diário da Tarde, Belo Horizonte 18 jun.2004, p.3

HAMDAN, Ana Amélia. Documento denuncia abuso de militares. O Tempo, Belo Horizonte, 30 dez. 2000, Cidades, p.2

KIEFER, Sandra. Prisão acirra ânimos no Santa Lúcia. Estado de Minas, Belo Horizonte, 26 dez. 2000, Gerais

LIMA, Ilson. Tensão máxima no Morro do Papagaio. Estado de Minas, Belo Horizonte 26 dez.2000, Gerais

MAGALHÃES, Luiz Ernesto e MARQUEIRO, Paulo. Prefeito e Câmara recuam. *O Globo*, Rio de Janeiro 5 out. 2005, p.14

MALTA, Ana. Morro do Papagaio questiona PM. Estado de Minas, Belo Horizonte, 27 de dez. 2000, Gerais, p.21

MELO, Janaina Cunha. Arte contra o preconceito. Estado de Minas, Belo Horizonte, EM Cultura, p.4

PONTES, Fernanda e BERTA, Ruben .O sai-não-sai de uma favela. *O Globo*, Rio de Janeiro 7 out. 2005, p.12

PONTES, Fernanda e SCHMIDT, Selma. Favela do Humaitá segue exemplo da Rocinha. *O Globo*, Rio de Janeiro 13 out. 2005, p.24

RAMOS, Mariana. Negros ainda lutam por cidadania. Estado de Minas, Belo Horizonte, 14 mai. 2002, Gerais, p.22

SOLER, Alessandro. Favela do Cantagalo avança sobre a mata. *O Globo*, Rio de Janeiro 1 out. 2005, p.23



## Anexos

Anexo 1- Mapa dos endereços na Internet relacionados à temática da favela

TIPO DO SITE	DESCRIÇÃO	ENDEREÇO
Educativos e culturais	São sites sobre projetos ou programas sociais localizados e específicos, normalmente circunscritos a uma comunidade. Um dos principais propósitos é divulgar a instituição e seus respectivos projetos sociais.	<a href="http://ceasm.org.br">http://ceasm.org.br</a> , <a href="http://www.casadecultura-rocinha.com.br">http://www.casadecultura-rocinha.com.br</a> <a href="http://www.arautosdogueto.org.br">http://www.arautosdogueto.org.br</a> <a href="http://www.grupodobeco.com.br">http://www.grupodobeco.com.br</a> , <a href="http://www.afroreggae.org.br">http://www.afroreggae.org.br</a> , <a href="http://www.favelatotheworld.org">http://www.favelatotheworld.org</a>
Noticiosos e agência de notícias	O objetivo é criar um canal de informação sobre o que acontece nas favelas. A intenção é dar um tratamento jornalístico aos fatos ocorridos nestas localidades. Adotam uma linguagem jornalística.	<a href="http://www.vivafavela.com.br">http://www.vivafavela.com.br</a> e <a href="http://www.favelaeissoai.com.br">http://www.favelaeissoai.com.br</a> , <a href="http://www.anf.org.br">http://www.anf.org.br</a> , <a href="http://www.tvroc.com.br">http://www.tvroc.com.br</a> <a href="http://www.radiofavelafm.com.br">http://www.radiofavelafm.com.br</a>
Estético-políticos	São sites que trabalham com as imagens da favela, seja por meio de fotografias, seja por meio de vídeos.	<a href="http://www.ocupar.org.br">http://www.ocupar.org.br</a> <a href="http://www.wolharesdomorro.org.br">http://www.wolharesdomorro.org.br</a> <a href="http://www.fotofavela.com.br">http://www.fotofavela.com.br</a> , <a href="http://www.artefavela.org">http://www.artefavela.org</a> , <a href="http://www.favelafaces.org">www.favelafaces.org</a>
Banco de dados	São sites que servem como banco de dados, trazendo um conjunto de informações e dados sobre as favelas.	<a href="http://www.favelatemmemoria.com.br">http://www.favelatemmemoria.com.br</a>
Reflexivos	São sites cujo propósito é fazer uma reflexão sobre o processo de favelização. Normalmente, pensam a favelização de uma forma mais abrangente, não se restringindo a determinadas comunidades.	<a href="http://observatoriodefavelas.org.br">http://observatoriodefavelas.org.br</a>  <a href="http://www.cufa.org.br">http://www.cufa.org.br</a> ou <a href="http://www.cufa.com.br">http://www.cufa.com.br</a>
Comerciais	São sites de alguma atividade comercial relacionadas às favelas ou que fazem alusão ao termo como forma de marketing.	<a href="http://www.jeeptour.com.br">http://www.jeeptour.com.br</a> , <a href="http://www.exotictours.com">www.exotictours.com</a> , <a href="http://www.favelinha.com">www.favelinha.com</a> , <a href="http://www.favelatour.com.br">www.favelatour.com.br</a> , <a href="http://www.favelite.com">www.favelite.com</a>